

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**UNIPAMPA CAMPUS ALEGRETE: EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA E ARTICULAÇÃO UNIVERSIDADE-
COMUNIDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Antonio Marcos Teixeira Dalmolin

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

PPGE/UFSM, RS

DALMOLIN, Antonio Marcos Teixeira

Mestre

2014

**UNIPAMPA CAMPUS ALEGRETE: EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA E ARTICULAÇÃO UNIVERSIDADE-
COMUNIDADE**

Antonio Marcos Teixeira Dalmolin

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elena Maria Mallmann

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dalmolin, Antonio Marcos Teixeira
UNIPAMPA Campus Alegrete: Extensão Universitária e
Articulação Universidade-Comunidade / Antonio Marcos
Teixeira Dalmolin.-2014.
124 p.; 30cm

Orientadora: Elena Maria Mallmann
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Educação, RS, 2014

1. Extensão Universitária 2. Paulo Freire 3. PLACTS
4. UNIPAMPA I. Mallmann, Elena Maria II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**UNIPAMPA CAMPUS ALEGRETE: EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA E ARTICULAÇÃO UNIVERSIDADE-
COMUNIDADE**

elaborada por
Antonio Marcos Teixeira Dalmolin

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Educação

COMISSÃO EXAMINADORA:

Elena Maria Mallmann, Dr^a.
(Presidente/Orientadora)

Henrique Tahan Novaes, Dr. (UNESP/Marília)

Décio Auler, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 10 de março de 2014.

Dedico este trabalho à minha família,
principalmente ao meu pai Leonir, a
minha esposa Cristiane e ao nosso
filho Carlos Eduardo.

Agradecimentos

Por entender que não há agradecimento melhor que um abraço, registro aqui alguns abraços àqueles que de alguma maneira marcaram minha história de vida.

Um abraço a toda minha família, principalmente meu pai Leonir e minha avó Honorina, responsáveis por minhas primeiras aprendizagens na caminhada de compreensão do mundo vivido.

Um abraço a minha esposa Cristiane pelo amor, carinho e apoio ao longo da jornada de escrita da dissertação. Um abraço apertado ao nosso filho Carlos Eduardo, que chegou prematuramente, com 1895g bem distribuídas nos seus 42,5cm, além de uma força de recuperação impressionante, em sua estada na UTI Neonatal de Alegrete. Ele chega para dar um novo sentido e significado a nossa vida, encher nossos corações de alegria e nos dar as mãos na caminhada pela felicidade.

Um abraço aos meus mestres, principalmente a inesquecível professora de literatura e redação do IEE Vicente Dutra, Terezinha Militz, e aos estudantes que compartilharam comigo momentos de ensino-aprendizagem fundamentais na construção de minha identidade docente.

Um abraço, na pessoa da minha grande amiga Tati Gomes, a toda a família do Pré-Vestibular Popular Alternativa pelos 5 anos de muito trabalho, mas sobretudo de muitas alegrias.

Um abraço aos amigos da melhor equipe de Física que a história do Alternativa já vivenciou, Paulo Bairros e Saul Schirmer.

Um abraço aos colegas do curso de Física da UFSM, da memorável turma de 2002/2, e todos os colegas dos outros semestres com os quais convivi. Cada um como uma partícula em um movimento aleatório dentro da sequência aconselhada do curso.

Um abraço à UNIPAMPA pelo espaço e condições para realização desta pesquisa e aos servidores do campus Alegrete pela amizade e apoio.

Um abraço aos colegas de sala e amigos Cleiton Lucatel, Felipe Denardin, Gerson Sena e Tiago Belmonte.

Um abraço aos colegas do GETCTS Luciana Ferrão, Rosemar Ayres, Sandra Hunsche, Suiane Rosa, Wesclei Lima e, de maneira especial, ao amigo Caetano Roso pelas muitas discussões, na roda de chimarrão, sobre Freire, CTS, Educação em Ciências, mundo vivido...

Um abraço especial ao professor Décio Auler, que, mais do que orientador, é um grande amigo, preocupado com questões para além dos muros da universidade. É também um lutador e vencedor dos desafios que a vida lhes impôs. É essa postura que me permitiu contar com sua presença na banca de defesa da dissertação.

Um Abraço à professora Elena Mallmann por me acolher no meio do caminho como seu orientando e pela sua importante contribuição nesta caminhada.

Um abraço aos membros das bancas de defesa final e de qualificação, professores Celso Henz, Henrique Novaes e Liliana Ferreira pelas importantes contribuições na construção deste trabalho.

Um abraço aos mestrandos, doutorandos, técnicos administrativos e docentes do PPGE pela vivência no curso de mestrado.

Um abraço ao poeta Mário Quintana, que por não estar “lá” (sob sua lápide), segundo seu epitáfio, pode escrever minhas epígrafes.

Por fim, um abraço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho a todos que de alguma maneira financiaram a educação pública durante meus estudos e que lutam pela manutenção de seu caráter público e com qualidade apoiada em valores sociais.

A existência, porque humana,
não pode ser muda, silenciosa,
nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras,
mas de palavras verdadeiras,
com que os homens transformam o mundo.
Existir, humanamente,
é pronunciar o mundo, é modificá-lo.
O mundo pronunciado, por sua vez,
se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes,
a exigir deles novo pronunciar
(Paulo Freire).

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Linha de Pesquisa: Práticas Escolares e Políticas Públicas
Universidade Federal de Santa Maria

UNIPAMPA CAMPUS ALEGRETE: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ARTICULAÇÃO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE

AUTOR: ANTONIO MARCOS TEIXEIRA DALMOLIN

ORIENTADORA: ELENA MARIA MALLMANN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 10 de março de 2014.

Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito da linha de pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria, com o tema da extensão universitária. Esta, em linhas gerais, assume uma perspectiva ofertista, linear, na qual são ofertados à comunidade resultados de pesquisa que, muitas vezes, possuem escassa relação com os efetivos problemas da comunidade local/regional. Nesse contexto surgiu o presente problema de pesquisa: Como os projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa, Campus Alegrete, contemplam as orientações do Projeto Institucional na relação universidade-comunidade em geral, cultura local e regional? O objetivo geral consistiu em analisar de que modo os projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa, Campus Alegrete, contemplam as diretrizes do Projeto Institucional segundo os referenciais de Paulo Freire e do Pensamento Latinoamericano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS). Em termos de classificação metodológica a pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso. O corpus de análise foi composto pelas minutas dos projetos de extensão registrados na UNIPAMPA, nos anos de 2008 a 2012 e a técnica de análise foi a Análise Textual Discursiva, constituída de três etapas: unitarização, categorização e a comunicação. Os resultados foram sintetizados em três categorias inter-relacionadas, que são: Concepção Ofertista, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Articulação Universidade-Comunidade. A primeira apresentou três tendências, representativas do caráter ofertista da maioria dos projetos, que são: oferta de conhecimentos com foco na divulgação/difusão da Ciência-Tecnologia, oferta de conhecimentos com foco em cursos e treinamentos e oferta ajustada por demandas sociais. A segunda categoria apresentou três condicionantes inter-relacionados que, em maior ou menor intensidade, dificultam uma articulação efetiva entre Ensino-Pesquisa-Extensão. São eles: o caráter ofertista associado à extensão, a extensão no currículo e aspectos conceituais da extensão universitária. Na terceira categoria foram discutidas três sinalizações presentes no corpus da pesquisa, que podem ser associadas a processos de “avermelhamento” na articulação universidade-comunidade, na UNIPAMPA Campus Alegrete. São elas: extensão como troca de conhecimentos entre universidade-comunidade, identificação de demandas sociais pela extensão e extensão e transformação social.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Paulo Freire. PLACTS. UNIPAMPA.

ABSTRACT

Dissertation of Master's degree
Program of Post-Graduation in Education
Research Line: School Practice and Public Policies
Federal University of Santa Maria

UNIPAMPA CAMPUS ALEGRETE: UNIVERSITY EXTENSION AND SOCIETY- UNIVERSITY ARTICULATION

AUTHOR: ANTONIO MARCOS TEIXEIRA DALMOLIN

ADVISER: ELENA MARIA MALLMANN

Date and Local of the defense: Santa Maria, March 10th, 2014.

This work was developed under the research line School Practice and Public Policy, the Graduate Program in Education, the Federal University of Santa Maria, with the theme of university extension. This, in general, assumes an extension offer perspective, linear, in which are offered to the community results that, oftentimes, have little relation to actual problems of the local/regional community. In this context this research problem emerged: How do the extension projects of the Federal University of Pampa, Campus Alegrete, contemplate the guidelines of the Institutional Project in the relationship between university-society in general, local and regional culture? The overall objective was to examine how the extension projects of the Federal University of Pampa, Campus Alegrete, contemplate the guidelines of the Institutional Project according to the references of Paulo Freire and Latin American Thought in Science, Technology and Society (PLACTS). In terms of methodological rating the research is qualitative, case study type. The corpus analysis was composed of drafts of extension projects registered in UNIPAMPA between the years 2008-2012 and the analysis technique was the Textual Discourse Analysis, made of three stages: unitarization, categorization and communication. The results were synthesized into three interrelated categories, which are: extension offer conception, inseparability Teaching-Research-Extension and University-Society link. The first one showed three trends, representing the extension offer character of most projects, which are: knowledge provision with a focus on dissemination/diffusion of Science-Technology, offering expertise with a focus on courses and training and adjusted offer by social demands. The second category showed three interrelated conditions that, to a greater or lesser extent, hampers effective joint between Education-Research-Extension. They are: the extension offer character associated with the extension, the extension on curriculum and conceptual aspects of the university extension. In the third category three signals were discussed in the research corpus, which may be associated with processes of "redness" on society-university articulation, at UNIPAMPA, Campus Alegrete. They are: extension as knowledge exchange between university-society, social demands identification by extension and extension and social transformation.

Key-words: University Extension. Paulo Freire. PLACTS. UNIPAMPA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sistematização do processo de Análise Textual Discursiva.....	33
Figura 2 – Desenvolvimento de CT segundo a visão alternativa.....	41
Figura 3 – Distribuição geográfica dos Campi da UNIPAMPA.....	51
Figura 4 – Processo de codificação das unidades de análise.....	64
Figura 5 – Processo de categorização.....	66
Figura 6 – Modalidades das ações de extensão.....	68
Figura 7 – Áreas do Conhecimento das ações de extensão.....	69
Figura 8 – Áreas Temáticas das ações de extensão.....	70
Figura 9 – Compreensão pouco crítica sobre as interações entre CTS.....	74
Figura 10 – Concepção ofertista associada à Extensão Universitária.....	81
Figura 11 – Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.....	89
Figura 12 – Tipologia das “mentes” e “corações”.....	91
Figura 13 – Análise de Impactos no Desenvolvimento de CT.....	95
Figura 14 – Sinais de “Avermelhamento” na Articulação Universidade-Comunidade.....	97
Figura 15 – Extensão Universitária na UNIPAMPA Campus Alegrete e suas Possibilidades.....	102
Figura 16 – Esboço da Articulação Universidade-Comunidade.....	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACG – Atividade Complementar de Graduação
AST – Adequação Sócio-Técnica
ATD – Análise Textual Discursiva
CES – Câmara de Educação Superior
CLE – Comissão Local de Extensão
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CSE – Comissão Superior de Extensão
CT – Ciência-Tecnologia
CTG – Centro de Tradição Gaúcha
CTS – Ciência-Tecnologia-Sociedade
DC – Desenvolvimento Científico
DE – Desenvolvimento Econômico
DS – Desenvolvimento Social
DT – Desenvolvimento Tecnológico
EC – Educação em Ciências
EDO – Equações Diferenciais Ordinárias
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EU – Extensão Universitária
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
GETCTS – Grupo de Estudos Temáticos em Ciência-Tecnologia-Sociedade
HUSM – Hospital Universitário de Santa Maria
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
NTIC – Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação
NUDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional
PAMPATEC – Parque Tecnológico do Pampa
PCT – Política Científico-Tecnológica
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEIES – Programa de Ingresso ao Ensino Superior
PLACTS – Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
PRE – Pró-Reitoria de Extensão
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PROLICEN – Programa de Licenciaturas
RES – Redes de Economia Solidária
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS – Rio Grande do Sul
RTS – Rede de Tecnologia Social
SESU – Secretaria de Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU – Sistema de Seleção Unificada
SPGD – Sistema de Planejamento e Gestão de Desempenho
TAE – Técnico Administrativo em Educação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UABA – União das Associações de Bairros de Alegrete
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
URCAMP – Universidade da Região da Campanha

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Unidades de Análise.....	114
---------------------------------------	-----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Carta de ciência da UNIPAMPA sobre a realização da pesquisa.....	124
--	-----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	20
1.1 Alguns passos de minha caminhada escolar.....	20
1.2 Movimentos em Direção ao Problema de Pesquisa	25
1.3 Encaminhamentos Metodológicos	29
2 ARTICULAÇÃO FREIRE-PLACTS: EM BUSCA DE COMUNICAÇÃO-INTENÇÃO NO DIÁLOGO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE	34
3 UNIPAMPA: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	48
3.1 Nasce um compromisso: promover Desenvolvimento Regional no Pampa Gaúcho	48
3.2 UNIPAMPA Campus Alegrete: Educação Superior às margens do Rio Ibirapuitã.	58
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
4.1 Concepção Ofertista	70
4.2 Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão.....	81
4.3 Articulação Universidade-Comunidade.....	90
5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS E ENCAMINHAMENTOS	98
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICE	113
Apêndice A – Unidades de Análise.....	114
ANEXO.....	123
Anexo A – Carta de ciência da UNIPAMPA sobre a realização da pesquisa .	124

APRESENTAÇÃO

DAS UTOPIAS

Se as coisas são inatingíveis... ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos, se não fora

A presença distante das estrelas!

(MÁRIO QUINTANA).

O desenvolvimento da presente pesquisa, em projetos de extensão da UNIPAMPA, tem ciência e autorização da reitoria da universidade, conforme a carta no anexo A. Tal investigação esteve vinculada ao projeto de pesquisa denominado “A gênese dos projetos de extensão Universitária na Unipampa – Campus Alegrete”, registrado no referido campus, sob o número 01.025.11.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, primeiras palavras, fiz um breve movimento em direção ao problema de investigação, apoiado em minhas vivências pessoais e profissionais, as quais contribuíram para minha constituição enquanto ser humano, histórico, inconcluso e curioso. Também apresentei os primeiros passos na caminhada com a extensão universitária e sinalizei algumas críticas à política de Educação Superior, principalmente sua política científico-tecnológica. Por fim, concluo o primeiro momento com a discussão da metodologia utilizada nesta investigação, uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, cujo corpus de análise foi composto por projetos de extensão registrados na UNIPAMPA entre 2008 e 2012. A técnica de análise empregada foi a Análise Textual Discursiva, constituída de três etapas: unitarização, categorização e comunicação.

No segundo capítulo, Articulação Freire-PLACTS: em busca de comunicação-intenção no diálogo universidade-comunidade, busquei alicerçar os pressupostos teóricos do presente projeto, por meio da articulação Freire-PLACTS. O educador Paulo Freire defende na extensão universitária uma postura de comunicação, apoiada no diálogo entre universidade-comunidade. Os pressupostos do PLACTS, aqui discutidos, principalmente as críticas de Renato Dagnino às universidades latinoamericanas, defendem o potencial da extensão no desenvolvimento social e

entendem a necessidade de mais “intenção” do que extensão, de modo que a universidade internalize, tome para si, a agenda de discussão social.

No terceiro capítulo caracterizei e contextualizei a UNIPAMPA, lócus da pesquisa. Discuti aspectos históricos e organizacionais da instituição que nasce com o compromisso do desenvolvimento regional, no pampa gaúcho. Apresentei de forma breve o município de Alegrete, seus aspectos geográficos e socioeconômicos, e também um pouco da UNIPAMPA Campus Alegrete.

No quarto capítulo apresentei e discuti os resultados da investigação, que foram sintetizados em três categorias inter-relacionadas, denominadas: Concepção Ofertista, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Articulação Universidade-Comunidade.

Por fim, no quinto momento, chamado de considerações (não) finais e encaminhamentos, sintetizei os resultados oriundos desta pesquisa e sinalizei alguns desafios na construção de uma universidade “encharcada” de comunidade, que trata a extensão universitária como principal articuladora entre a academia e o tecido social. Entre tais desafios figura uma lista de referenciais que, mediante aprofundamento teórico-metodológico de seus pressupostos, podem contribuir para o desenvolvimento de uma articulação mais efetiva entre universidade-comunidade.

1 PRIMEIRAS PALAVRAS

SEISCENTOS E SESSENTA E SEIS

A vida é uns deveres que nós trouxemos para fazer em casa.

Quando se vê, já são 6 horas: há tempo...

Quando se vê, já é 6ª feira...

Quando se vê, passaram 60 anos...

Agora, é tarde demais para ser reprovado...

E se me dessem - um dia - uma outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.

Seguia sempre, sempre em frente...

E iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas

(MÁRIO QUINTANA).

1.1 Alguns passos de minha caminhada escolar

Nasci em 15 de março de 1984, na cidade de Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul (RS). Sou filho único de pais separados e minha trajetória escolar, em nível de Educação Básica, foi vivenciada na rede pública de minha cidade natal. Fui alfabetizado em uma pequena escola rural, hoje fechada, que superava a escassez de recursos financeiros e materiais com profissionalismo e atenção aos poucos estudantes da localidade. As duas professoras, em classes pequenas e multisseriadas, dividiam, não apenas as turmas, mas também as atividades da direção da escola, secretaria, limpeza e preparo da merenda.

Os anos finais do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) foram cursados em uma escola pública da zona urbana de Júlio de Castilhos, assim como o Ensino Médio. Neste, minha trajetória escolar foi marcada por uma identificação mais forte com as chamadas Ciências Exatas, em função de minha facilidade com a Matemática, aliada a um desinteresse pela disciplina de Língua Portuguesa, por repetidas tentativas de ensiná-la por meio da memorização de regras gramaticais. A

motivação externa não era mais suficiente. O argumento propedêutico de que me serviria em momentos futuros, como o vestibular, não se sustentava por si só.

Nesse período formativo, passei por momentos de dúvida com relação ao prosseguimento dos estudos em nível superior, sobre qual carreira seguir. Estudar na universidade fazia parte de meus objetivos. Entre as poucas visitas que fiz à biblioteca da escola, pesquisei em livros sobre as profissões. Foi muito importante para saber o que eu não queria. No entanto, o tempo foi passando e a indefinição persistia. Chegado o momento de escolher o curso para as últimas etapas do processo seletivo seriado, então denominado Programa de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES)¹, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a opção, dentre minhas preferências, foi pela Física pela amplitude de áreas relacionadas, de meu interesse, com as quais poderia me especializar, como: Educação, Física Ambiental, Meteorologia e Astronomia. Já a preferência à licenciatura, em detrimento do bacharelado, ocorreu pela vontade de trabalhar diretamente com pessoas a ficar limitado ao contexto de laboratórios de simulação computacional em Física.

A escola na qual cursei o Ensino Médio fazia parte da rede de escolas cadastradas que seguia o denominado currículo do PEIES, composto por uma lista de conteúdos, de cada disciplina, divididos nos três anos do Ensino Médio. A área de abrangência do Programa atingia grande parte dos municípios gaúchos e havia um movimento de expansão para cidades de Santa Catarina e Paraná.

Na referida escola, em 2001, ano em que concluí tal etapa de escolarização, apenas dois estudantes (cerca de 2%) aprovaram no processo seletivo seriado e ingressaram na universidade através do PEIES. Entendia como natural o fato da maioria dos colegas não lograrem aprovação, pois considerava a questão em um patamar de individualidade. Como se o sucesso e o fracasso estivessem condicionados ao maior ou menor esforço de cada um, independente de outros fatores como, por exemplo, os socioeconômicos.

Faltava-me a sensibilidade para entender que, talvez, para a maioria dos meus colegas a universidade não era o objetivo principal em suas vidas, naquele momento. A dificuldade de identificar os interesses dos estudantes não era

¹ Processo seletivo seriado, no qual havia aplicação de uma prova ao final de cada um dos três anos do ensino médio.

exclusividade minha, a escola reproduzia um currículo distante de suas vidas. No entanto, consiste em erro culpabilizar tanto os estudantes quanto os professores por insucessos na trajetória educacional, pois, talvez, ambos padecem do mesmo problema: a ausência de oportunidades para que sejam problematizadas as intencionalidades do currículo.

No ano de 2002 iniciei o curso de Licenciatura em Física na UFSM, no qual os instigantes fenômenos da natureza que me aproximaram desta ciência, no Ensino Médio, reduziram-se ao cálculo de intermináveis derivadas, integrais e equações diferenciais desvinculadas dos próprios fenômenos. Após a aprovação nas disciplinas do primeiro semestre, não obtive o mesmo êxito no período seguinte, no qual a abstração da álgebra e as descontextualizadas resoluções de integrais e derivadas não aguçavam a minha curiosidade, ao ponto de considerar, naquele momento, mais satisfatório o trabalho como bolsista (secretário) no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM)². Esta atividade me proporcionou, aos 18 anos de idade, um positivo crescimento pessoal, pois o trabalho com pessoas emocionalmente sensíveis e desprovidas de condições financeiras de arcar com tratamentos particulares foi muito prazeroso na medida em que lhes “arrancava” sorrisos de agradecimento. O trabalho no HUSM ratificou meu acerto na escolha por um curso licenciatura, mas a realidade no curso de Física, com raras exceções, encontrava-se em um tempo verbal diferente, o futuro.

Tal concepção, propedêutica, está presente na cultura pedagógica, tanto da Educação Básica quanto da Superior. A Proposta Político-Pedagógica da Escola Plural de Belo Horizonte exemplifica este aspecto ao afirmar que,

A escola sempre sonhada como, garantia da futura república, da futura democracia, da futura cidadania, do futuro progresso, da futura vivência dos direitos, da futura libertação, da futura igualdade... Os movimentos sociais democráticos vêm lutando contra essa permanente negação dos direitos no presente e seu adiamento para tempos e idades futuras (ESCOLA PLURAL, 1994, p. 11).

A falta de significado atribuída às ações do presente pode estar associada a importantes questões educacionais como evasão e repetência. Por exemplo, no Ensino Fundamental uma motivação para aprender determinado conteúdo é a

² Hospital escola da UFSM, com atendimento exclusivo pelo Sistema Único de Saúde.

posterior utilização no Ensino Médio. Neste, a justificativa é sua importância para o vestibular e na universidade são as disciplinas seguintes ou, na falta de argumento, apenas para “acumular” mais conhecimento.

Esse tipo de motivação, externa ao ser humano, é criticada por Freire e Shor (2003, p.15), pois estes, não entendem “o processo de motivação fora da prática, antes da prática. É como se, primeiro, devesse estar motivado para, depois, entrar em ação!” A motivação é intrínseca ao ato de estudar, ou seja, o educando se motiva à medida que estuda e vice-versa. Para tal, é fundamental uma íntima relação entre as vivências do educando e seu fazer educacional.

As dificuldades com o curso de Física, como por exemplo, a reprovação por quatro vezes na disciplina de Equações Diferenciais Ordinárias (EDO) foi uma reação à lógica do “Resolva a EDO”, por meio da memorização de técnicas de resolução, desvinculadas do contexto. A aprovação neste componente curricular ocorreu quando o professor trabalhou a partir das aplicações na área de Ciências, em um movimento de aproximação entre a teoria e a prática.

Ainda com relação às minhas experiências no curso de Física, considero o início das disciplinas relacionadas à área pedagógica e a participação em um projeto do Programa de Licenciaturas da UFSM (PROLICEN), em 2004, como o limite da minha dúvida em continuar o curso. Neste projeto vivenciei pela primeira vez a participação em atividades de Ensino na condição de professor. Foi construído e implementado, junto a estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública de Santa Maria – RS, um módulo didático com atividades experimentais sobre circuitos elétricos. No entanto, hoje, entendo que reproduzi o que meus professores faziam. Os circuitos elétricos trabalhados eram genéricos, distantes do mundo vivido dos educandos. Ao invés de abordar, por exemplo, as instalações elétricas de suas residências ou pesquisar seus interesses antes da construção do material didático, reproduzi práticas tradicionais com aulas expositivas, mescladas a atividades experimentais.

No ano de 2006, passei a integrar o Grupo de Estudos Temáticos em Ciência-Tecnologia-Sociedade (GETCTS), do Centro de Educação da UFSM, sob coordenação do professor Décio Auler. Neste grupo, encontrei pessoas que compartilharam comigo das mesmas angústias educacionais. Em termos de referenciais teóricos do grupo, os principais são contribuições do educador brasileiro Paulo

Freire e referenciais ligados ao denominado Movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS)³.

Nesse contexto, participei de atividades de pesquisa como o aprofundamento teórico-metodológico da articulação entre os referenciais de Paulo Freire e do Movimento CTS, iniciada por Auler (2002), com destaque para a investigação sobre a natureza dos temas e Freire e CTS. Também tomei parte em atividades de extensão, no grupo, através do acompanhamento dos cursos de formação de professores na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no qual foram investigados com os educandos e implementados temas geradores, a partir do referencial freireano.

Dentre as atividades desenvolvidas no GETCTS, das quais participei, destaco a contribuição na construção da Temática⁴ “Sol, Luz e Vida” e nas intervenções pontuais realizadas em escolas públicas das cidades de Santa Maria e Jaguari, no RS. A temática “Sol, Luz e Vida” tem como eixo articulador a conservação e a degradação de energia, mas perpassam conhecimentos como, por exemplo, a origem do universo, as reações de fusão nuclear que ocorrem no Sol, radiação eletromagnética e suas implicações na saúde dos seres humanos, a fotossíntese, o ciclo do carbono, a formação de combustíveis fósseis, a Revolução Industrial, a química orgânica, as reações de combustão e o efeito estufa.

Nesse contexto, embora em momento histórico anterior, um projeto desenvolvido com um grupo de professores de escolas da rede pública da região de Santa Maria, propôs nova reorganização curricular na EJA, a partir de temas, na qual foram selecionados, estruturados e implementados em parte do semestre, propostas envolvendo temas sociais, locais. Em contrapartida ao tema “Sol, Luz e Vida”, que foi escolhido pelo grupo de pesquisa a partir de implementações anteriores, a definição do tema no referido projeto ocorreu por meio do processo de investigação temática⁵ de Paulo Freire. Identificado o tema gerador (na quarta etapa), os conhecimentos articulam-se em torno dele, tendo como ponto de partida o

³ Movimento social mais amplo, com repercussões no campo educacional e com caráter polissêmico de encaminhamentos.

⁴ Versão preliminar de um material didático estruturado a partir de referenciais ligados ao Movimento CTS e ao trabalho do educador Paulo Freire.

⁵ Etapas da Investigação Temática: 1) “Levantamento preliminar”; 2) Análise das situações e escolha das codificações; 3) Realização de diálogos descodificadores; 4) Redução temática; 5) Desenvolvimento do programa em sala de aula.

questionamento de quais conhecimentos são necessários para compreender este tema (em algumas escolas foi identificado o desemprego). A Física, por exemplo, discutiu o advento das máquinas térmicas, o processo de miniaturização dos componentes eletrônicos e sua relação com a empregabilidade. Esses referenciais, assim como os projetos desenvolvidos alimentaram minha esperança de ressignificação do currículo escolar em busca de minimizar “deformações” e maximizar a criticidade.

1.2 Movimentos em Direção ao Problema de Pesquisa

Meus primeiros passos no terreno da extensão universitária ocorreram no contexto de assistência da comunidade, quando, no período de 2005 a 2009 atuei como professor de Física e, no último ano, como coordenador pedagógico de um projeto da Pró-Reitoria de Extensão (PRE) da UFSM, o Pré-Vestibular Popular Alternativa. A referida ação de extensão atende gratuitamente, desde o ano 2000, a comunidade da Região Central do RS que não tem condições de pagar um curso pré-vestibular particular. Neste projeto, a PRE/UFSM oferece a infraestrutura, o material didático para 150 estudantes. As aulas são ministradas por profissionais graduados, pós-graduados e acadêmicos dos cursos de licenciatura e bacharelado da UFSM e de outras Instituições de Ensino Superior de Santa Maria – RS, todos em caráter voluntário.

No entanto, algumas questões me inquietavam, por exemplo, o caráter assistencialista do projeto, ao qual cabe problematização, pois em alguns contextos as atividades de extensão têm características do que Dagnino (2010, p. 297) define como “consciência pesada” da universidade, o que a “obriga” retribuir algo à sociedade que a financia. No entanto, há aspectos positivos, por exemplo, a interação com movimentos sociais e a política de acesso a bens culturais. Esta oportunizou peças teatrais, ciclos de cinema, viagens de estudo pelo Estado entre outras atividades. Pequenas ações, que podem representar muito para os que, por motivos econômicos, são alijados de tais oportunidades. Lembro-me da emoção de

um estudante com mais de 50 anos de idade, na visita à cidade de Rio Grande – RS, e, lá, na Praia do Cassino, pode enfim conhecer o mar.

Sobre minha experiência profissional, desde fevereiro de 2010, sou servidor Técnico Administrativo em Educação (TAE), no cargo de Técnico de Laboratório / Física, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Alegrete, com atuação nos Laboratórios de Engenharia Elétrica. Fiz parte da Comissão Própria de Avaliação da Universidade de 2010 a 2011, no contexto de construção de indicadores para o primeiro processo de avaliação institucional. Em função deste envolvimento, na referida comissão, e da necessidade de aprofundamento teórico sobre o assunto, direcionei a tal área meus estudos para a elaboração da monografia, do Curso de Especialização em Gestão Educacional *Lato Sensu*, da UFSM. Na ocasião, 2011, analisei artigos publicados em dois periódicos brasileiros conceituados na área da educação, nos últimos anos, a respeito da avaliação institucional e a gestão democrática na Educação Superior.

Essa vivência, de adentrar os meandros da universidade pública na condição de servidor técnico administrativo, incute responsabilidades outras, distintas das atribuídas aos discentes, como a gestão da instituição, pautada no respeito aos preceitos legais, morais e éticos. A UNIPAMPA, jovem instituição, com jovens servidores sofre, por vezes, com a falta de experiência de muitos de seus colaboradores. Por outro lado, tal juventude pode representar maior potencial para a construção de propostas mais democráticas e sociais. No art. 2º, de sua lei de criação⁶ constam os objetivos da UNIPAMPA, quais sejam: “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do RS”. Ela nasce com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento regional e sustentável.

Entretanto, no ano de 2011, a Pró-Reitoria de Planejamento tentou implementar um Sistema de Planejamento e Gestão de Desempenho (SPGD) para todos os servidores, que embora apresentasse pontos questionáveis, dirigia as ações dos servidores da UNIPAMPA prioritariamente para o desenvolvimento do Projeto Institucional. Este documento, balizador das ações institucionais, contempla o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

⁶A UNIPAMPA foi criada pela Lei Nº 11.640, de 11 de Janeiro de 2008.

O SPGD propunha a avaliação dos servidores em processo contínuo e único. A proposta previa, entre outras etapas, a pactuação, do servidor (TAE ou docente) ou grupos de servidores das duas categorias com a instituição. Ou seja, eles definiriam os objetivos a serem alcançados, de acordo com as condições de trabalho, suas atribuições legais e em consonância com o projeto Institucional.

A resistência dos docentes à referida proposta foi mais intensa do que a dos TAE, no Campus Alegrete, no qual trabalho, em função de suas atividades de pesquisa. Um professor manifestou sua opinião, de maneira enfática, que seu trabalho de investigação na UNIPAMPA associa-se ao desenvolvimento de pesquisas de seu interesse, o que não implicaria relação com o Projeto Institucional. Encontrei ressonância entre referenciais ligados ao Pensamento Latino-Americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS) e a reação daquele docente.

Em 2006, iniciei a imersão na literatura europeia do denominado Movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS), principalmente da Região Ibérica. Neste contexto, não há convergência com relação às delimitações do campo CTS, há encaminhamentos que defendem o resgate às origens do Movimento CTS, com objetivo de democratizar decisões em temas que envolvem Ciência-Tecnologia (CT), até compreensões que situam CTS como uma nova metodologia para melhorar o Ensino de Ciências.

A partir de 2011, tenho me dedicado ao estudo de outra vertente de CTS, a latino-americana. Desta, destaco autores como Amílcar Herrera, Oscar Varsavsky, Renato Dagnino Henrique Novaes e Rafael Dias, representantes do PLACTS, que, entre outros assuntos, problematizam a Política Científico-Tecnológica (PCT), a concepção de neutralidade da Ciência-Tecnologia e o Determinismo Tecnológico. Dagnino (2010, p. 296), ao fazer uma análise do Ensino Superior, afirma que a universidade pública na América Latina é disfuncional tanto para a sociedade, quanto para o contexto mais amplo. Ele também critica o ensino repetitivo, a pesquisa autoreferenciada, vinculada a agendas construídas no hemisfério norte e o caráter ofertista da extensão universitária.

O posicionamento do referido docente, quanto à definição dos problemas em suas pesquisas, constitui indícios de que ele tece investigações na UNIPAMPA vinculadas a outros contextos. O SPGD, embora construído com outra finalidade, a partir de outros referenciais, me conduziu a reflexão acerca da possibilidade de

construção de agendas locais. A construção da agenda de pesquisa da universidade a partir das demandas locais/regionais. Desse modo a extensão universitária não incorreria em erro no seu trabalho com a comunidade, pois a articulação Ensino-Pesquisa-Extensão e as agendas locais garantiriam o atendimento de necessidades reais da comunidade, ao contrário da concepção ofertista pautada no que outros entendem que ela precisa.

A possibilidade de avançar no estudo da Extensão Universitária na UNIPAMPA e sua relação com a comunidade aguçam minha curiosidade. Nesse contexto, construí um projeto de pesquisa, cuja aprovação na seleção para o Mestrado em Educação da UFSM viabilizou seu desenvolvimento.

Assim, o problema de investigação foi: Como os projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa, Campus Alegrete, contemplam as orientações do Projeto Institucional na relação universidade-comunidade em geral, cultura local e regional?

O objetivo geral consiste em:

- Analisar de que modo os projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa Campus Alegrete, contemplam as diretrizes do Projeto Institucional, segundo os referenciais de Paulo Freire e do PLACTS.

E os objetivos específicos, são apresentados como:

- Investigar se a preocupação temática dos projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa, Campus Alegrete, decorre de demandas da região e municípios;

- Analisar o contributo dos objetivos e metas dos projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa com o horizonte do desenvolvimento regional;

- Investigar a articulação das ações previstas nos projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa com os movimentos sociais;

- Sinalizar redimensionamentos à proposta de Extensão da Universidade Federal do Pampa, a partir dos referenciais de Paulo Freire e do PLACTS.

Tanto o problema de pesquisa quanto os objetivos, foram construídos apoiados na concepção de extensão da UNIPAMPA, presente em seu projeto institucional.

Portanto, justifico o desenvolvimento da pesquisa, em função da necessidade de superação da perspectiva ofertista associada à extensão universitária, criticada

por Dagnino (2010) e Freire (2006), na qual são ofertados à comunidade, resultados de pesquisa que, muitas vezes, possuem escassa relação com os efetivos problemas da comunidade local/regional.

Esse movimento em direção aos contributos do PLACTS e do educador Paulo Freire, ao invés de outros referenciais, ocorreu em função de que eles reavivaram em minhas inquietações, sobre extensão universitária, a esperança na construção de “outra” sociedade, mais democrática, participativa das decisões sociais e da construção das políticas públicas.

1.3 Encaminhamentos Metodológicos

A metodologia em um projeto de pesquisa constitui-se como etapa fundamental, pois ela, ao passo que delimitou o campo de investigação, expressou as escolhas do pesquisador para o exercício de imersão no problema. O trabalho de pesquisar exige posicionamentos e tomadas de decisão que conferem identidade à investigação, haja vista a impossibilidade de postura neutra do pesquisador. Para Minayo (2002, p.16) “a metodologia é entendida como caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Logo, a teoria e a prática, assim como os referenciais teóricos e a metodologia, caminhando juntos na pesquisa têm potencial para produzir resultados coerentes com as vivências do pesquisador e os pressupostos teóricos nos quais se apóia.

No mundo macroscópico, a visão humana é dependente da radiação eletromagnética (luz). A visualização de um objeto é resultado da reflexão da luz que incide sobre este e chega aos olhos de quem observa. Na Física Quântica há uma crise no paradigma clássico acerca da natureza das medições, pois ao “iluminar” um elétron para determinar sua posição há fornecimento de energia a ele, o que interfere na medida de sua posição. Assim como o exemplo da Física Quântica, as pesquisas educacionais são complexas e multivariadas, pois investigam o tecido social. Por exemplo, a presença de um observador externo em uma sala de aula, já interfere no comportamento normal dos estudantes. A existência de múltiplas variáveis interagindo na pesquisa educacional é um complicador, pois não é possível

selecionar variáveis e ignorar, por exemplo, em uma sala de aula, a fome, os problemas familiares, as drogas, a violência, etc.

Frente a tal complexidade da dinâmica social contemporânea, o problema de investigação desta dissertação consiste em: Como os projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa contemplam as orientações do Projeto Institucional na relação universidade-comunidade em geral, cultura local e regional?

Na busca de responder ao citado problema, a presente pesquisa caracteriza-se, quanto à abordagem, como pesquisa qualitativa. Segundo Moraes e Galiuzzi (2011, p.11) a pesquisa qualitativa, tem por objetivo a compreensão profunda de fenômenos, com o propósito de construir/reconstruir conhecimentos existentes sobre o tema objeto de estudo, sem a pretensão de comprovar ou refutar hipóteses ao fim da investigação. Para Minayo (2002, p. 21) a pesquisa qualitativa nas ciências sociais preocupa-se com um nível de realidade não quantificável, ou seja,

[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21-22).

A pesquisa social requer a compreensão em profundidade dos fenômenos, em geral não abarcáveis em abordagens unicamente quantitativas, é uma questão de natureza do problema de pesquisa. Tanto as abordagens qualitativas quanto as quantitativas, assim como as mistas (quali-quantitativas), são igualmente importantes. Neste trabalho a primeira figurou como mais apropriada.

No que se refere à classificação quanto ao tipo/modalidade, a presente pesquisa foi classificada como estudo de caso. Em meio a um vasto espectro de tipos de pesquisa, segundo Alves-Mazzotti (2006, p. 639), o estudo de caso qualitativo foi apresentado, muitas vezes, de maneira equivocada no meio acadêmico, como uma forma “mais fácil” de fazer pesquisa. Assim como Alves-Mazzotti, André (2008, p. 14), critica os estudos que, equivocadamente, autodenominam-se estudos de casos apenas por investigarem um número pequeno de sujeitos ou contextos reduzidos (turma, escola, etc.). Para esta, há uma clara confusão entre “estudos de caso” e “estudo de um caso”, o que culmina em investigações superficiais da realidade analisada.

Segundo Stake (1998, p. 11) “el estudio de casos es el estudio de la particularidad y la complejidad de un caso singular, para llegar a comprender su actividad em circunstancias importantes.”

Alves-Mazzotti (2006, p. 641), parafraseando Robert Stake, sintetiza o conceito de estudo de caso do autor. Para Robert Stake, o caso é uma unidade específica de um sistema com partes integradas. A generalização do caso a outros contextos é uma possibilidade, não uma exigência. Os estudos de caso foram classificados por Stake, de acordo com suas finalidades, em intrínseco, instrumental e coletivo. No primeiro, o interesse pelo caso surge da particularidade dele. No instrumental o interesse pelo caso ocorre pela possibilidade de compreensão de algo mais amplo e o coletivo consiste na investigação de um dado fenômeno, por um conjunto de pesquisadores ou conjunto de casos.

O estudo de caso instrumental se aproxima da proposta que defendi neste trabalho, pois o estudo dos projetos de extensão da UNIPAMPA, particularmente na orientação de seu projeto institucional sobre a relação universidade-comunidade em prol do desenvolvimento regional, constituiu uma unidade específica e complexa, tendo em vista a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, assim como possíveis contributos à transformação social. Outra característica desse tipo de estudo de caso é a possibilidade de compreender algo mais amplo ou problematizar generalizações aceitas, como a concepção ofertista associada à extensão universitária brasileira.

O caso a ser estudado pode ser relacionado, por exemplo, a um estudante, sua situação sócio-econômica e desempenho escolar até a uma instituição educativa. Para (STAKE, 2000 apud ALVES-MAZZOTTI, 2006, p.641), “a escola, como caso, deve ser estudada como um sistema delimitado”, embora não possam ser ignoradas outras influências como o contexto físico, sociocultural, histórico e econômico, em que a escola está inserida, assim como a legislação que a rege.

Quanto da técnica de análise utilizada na pesquisa, as fontes foram submetidas à Análise Textual Discursiva (ATD), segundo Moraes (2003) e Moraes e Galiuzzi (2011). A ATD localiza-se, e tem seus pressupostos apoiados, entre dois extremos, a análise de discurso e a análise de conteúdo. Esta proposta metodológica:

[...] pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma seqüência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES, 2003, p. 192).

O corpus⁷ da pesquisa foi constituído por produções textuais. Nesta investigação ele foi composto pelas minutas dos projetos de extensão da UNIPAMPA Campus Alegrete, referentes ao período de 2008 a 2012. Os projetos de 2006 e 2007 estão registrados nas universidades responsáveis pela implantação da UNIPAMPA (UFSM e UFPEL), motivo pelo qual não serão analisados nesta pesquisa. O quadro abaixo apresenta o número de projetos registrados, por ano, totalizando 57 minutas de projetos de extensão compondo o corpus desta investigação.

	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Nº de Projetos Registrados por Ano	05	07	09	18	18	57

Quadro 1 – Número de Projetos analisados na pesquisa.

O aumento no número de projetos possivelmente esteve associado ao crescimento da instituição em termos do número de cursos e de servidores ao longo do período citado.

Quanto ao instrumento de pesquisa, foi utilizada apenas a análise de documentos. A justificativa para a não utilização de entrevistas, por exemplo, que é um instrumento pujante na pesquisa em educação, decorre dos elevados índices de evasão de servidores na UNIPAMPA, neste momento histórico.

Na UNIPAMPA Campus Alegrete, de 2008 a 2012 foram registrados 57 projetos de extensão, por 29 coordenadores diferentes. Destes, 07 não fazem mais parte do quadro da instituição e 02 estão afastados para doutoramento.

⁷Termo utilizado por Moraes (2003), apoiado em Bardin (1977).

Aproximadamente 30% dos coordenadores envolvidos com a extensão não pertencem mais ao quadro de servidores da UNIPAMPA Campus Alegrete.

No que se refere ao corpus da pesquisa, ele foi composto de projetos de extensão e estes são entendidos como documentos. Segundo (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDZNAJDER, 1998, p. 169), documento é “qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação”. Para (LAVILLE e DIONNE, 1999) e (PHILLIPS, 1974 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38) são considerados documentos, não apenas fontes de informação impressas, mas também recursos audiovisuais sejam públicos, privados ou pessoais.

O corpus foi submetido à ATD e o processo está sistematizado na figura abaixo.

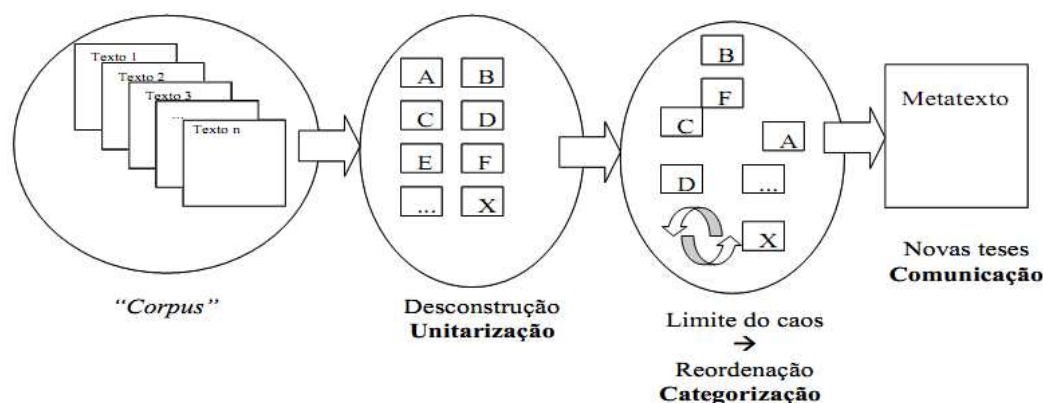


Figura 1 – Sistematização do processo de Análise Textual Discursiva construído por Torres et al. (2008, p. 4)

O processo de análise, ou ciclo de análise, segundo Moraes (2003), foi composto de três elementos principais: a) unitarização, b) categorização e c) comunicação. No primeiro, a partir dos documentos analisados foram extraídas as unidades de significado ou também chamadas de unidades de análise. Na segunda etapa foram reordenadas as unidades de modo a construir categorias. E no terceiro momento foram escritos metatextos de comunicação dos conhecimentos construídos na pesquisa.

2 ARTICULAÇÃO FREIRE-PLACTS: EM BUSCA DE COMUNICAÇÃO-INTENÇÃO NO DIÁLOGO UNIVERSIDADE-COMUNIDADE

*Uma vida não basta apenas ser vivida:
também precisa ser sonhada
(MÁRIO QUINTANA).*

Minha escolha por trabalhar com o referencial freireano vai além de uma simples opção de pesquisador em seu fazer investigativo, mas esteve alicerçado na profundidade com a qual seus escritos ainda ressoam na educação deste século. Por exemplo, entre outras questões, a concepção bancária de educação, criticada por Paulo Freire desde os anos de 1960 ainda permeia a prática em nossas instituições educativas, o que corrobora a atualidade do trabalho de Freire enquanto educador, a despeito das críticas que o tratam como referencial ultrapassado no campo educacional.

O PLACTS, por sua vez, agrega a este trabalho importantes discussões sobre a construção de Política Científico-Tecnológica voltada ao contexto latino-americano, com vistas à mudança social. Também merecem destaque membros do PLACTS que envidaram esforços para a discussão da Educação Superior na América Latina. Um dos principais expoentes deste pensamento foi Oscar Varsavsky⁸. A articulação desses dois referenciais, Freire-PLACTS⁹, configura importante caminho para a discussão de políticas para a Educação Superior na América Latina e para a construção de propostas voltadas para o desenvolvimento social.

O movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS)¹⁰ surge de um movimento social mais amplo que compreendeu ambientalistas, pacifistas entre outros atores sociais. Ele emerge em meados da década de 1960, fruto de questionamentos

⁸ Dedicou-se principalmente a problematizar a política científica vigente, criticando a neutralidade da CT, postulando a construção de projetos nacionais de desenvolvimento voltados para os problemas sociais/locais e também se envolvendo diretamente em processos de reformas educacionais nos diferentes níveis de ensino na Argentina.

⁹ Auler (2002) realizou uma aproximação entre o referencial de Paulo Freire e o Movimento CTS, por entender que este movimento possui elementos comuns à matriz teórico-filosófica adotada por Freire.

¹⁰ Para aprofundamento acerca do surgimento do Movimento CTS, ver: Garcia, Cerezo e López (1996).

acerca dos rumos do desenvolvimento da Ciência-Tecnologia (CT)¹¹. Destaco como potencializadores das discussões sobre CTS, a nível mundial, a degradação ambiental decorrente da ação humana, o desenvolvimento da CT vinculado à guerra, por exemplo, as bombas atômicas na segunda guerra mundial e o “Agente Laranja” na guerra do Vietnã, além das publicações de dois norte-americanos: Thomas Kuhn em “A Estrutura das Revoluções Científicas” e Rachel Carson em “Silent Spring”. Estes autores, embora não façam parte de referido movimento, teceram importantes contribuições sobre o desenvolvimento da ciência no século XX.

Nesse momento histórico, pós-segunda guerra mundial, na qual a CT teve papel determinante, alguns atores sociais começaram a questionar-se sobre o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico, pois estes não estavam conduzindo, linear e automaticamente, ao bem estar social (AULER, 2002, p. 24). A preocupação com a construção de uma proposta democrática para a participação social nos rumos do desenvolvimento da CT contribuiu para consolidar o que figura como um dos objetivos centrais do movimento CTS, em suas origens, a democratização de processos de tomada de decisão em temas que envolvem CT.

Em oposição a este cenário mais democrático para o desenvolvimento de CT, cabe crítica à denominada perspectiva tecnocrática, situada na condição de alicerce da concepção de neutralidade da CT, a qual defende o denominado modelo tradicional/linear de progresso. Neste, criticado por Auler (2002, p. 25), “o desenvolvimento científico (DC) gera desenvolvimento tecnológico (DT), este gerando desenvolvimento econômico (DE) que determina, por sua vez, o desenvolvimento social (DS – bem-estar social).”

DC → DT → DE → DS (modelo tradicional/linear de progresso).¹²

¹¹ No atual contexto histórico não é possível estabelecer as barreiras que separam ciência e tecnologia. Desse modo, representantes do PLACTS utilizam o termo Tecnociência, no entanto, em função da carga semântica a ele atribuída pelos autores, neste trabalho, utilizarei o termo Ciência-Tecnologia (CT).

¹²Organizado por Auler (2002), apoiado na “concepción unidireccional del progreso humano (GARCÍA, CERESO e LÓPEZ, 1996, p. 31).”

A linearidade do modelo citado não se sustenta a partir de pressupostos democráticos, pois o DS não pode ser condicionado ao desenvolvimento de uma CT definida apenas por técnicos.

García, Cerezo e López (1996) apresentaram duas tradições de CTS, a tradição europeia e a tradição americana (nos Estados Unidos da América). A primeira, de natureza mais teórica, com ênfase na ciência e nas influências da sociedade sobre o desenvolvimento CT. E a segunda, com caráter mais prático e ênfase na tecnologia e sua capacidade de influenciar a dinâmica social.

Além das tradições europeia e americana de CTS, surge no mesmo contexto histórico, a tradição latino-americana, representada principalmente pelo PLACTS e muitas vezes negligenciada pela literatura do hemisfério norte. Ambas as correntes situavam como questão central a crítica em relação à visão clássica da ciência, “essencialista (no que se refere à atribuição de propriedades ao mundo natural) e triunfalista” (a ciência como representação suprema e definitiva da verdade objetiva) (LÓPEZ CERESO, 2004 apud DIAS, 2008, p. 1).

O PLACTS ocupa destacado lugar na produção de conhecimento em CT, em especial o campo das políticas (Policy), incluindo a Política de Ciência-Tecnologia (PCT) na, e para, a América Latina. Mesmo sendo, o PLACTS, um grupo latino-americano, segundo Dias (2008), ele não padecia de isolamento teórico do pensamento, “se mostrou bastante capaz de preservar uma grande autonomia em relação às reflexões geradas nos países centrais, o que resultou em ideias de maior aderência ao contexto da região – algo cada vez mais raro nos dias atuais (p. 2).”

A valorização regional também é defendida pelo educador brasileiro Paulo Freire. Este lutou pela libertação dos oprimidos, principalmente no contexto latino-americano, em sociedades classistas e excludentes. Seu trabalho por uma educação como prática de liberdade, entre outras questões, valorizou o potencial de transformação social associado à educação, apoiado na problematização sobre o mundo vivido dos sujeitos. Seus escritos (do fim da década de 1950 até meados de 1990) representam uma leitura crítico-transformadora de sua ação histórica, como ser humano e sua interação com os grupos sociais que trabalhou.

Freire alfabetizou adultos no nordeste brasileiro no momento (início dos anos de 1960) em que ideias progressistas, como educação crítica para todos, adentravam o país. No entanto, em 1964 o Brasil passou por uma significativa

ruptura política, um longo ciclo de contrarreforma/contrarrevolução que neutralizou atores sociais e movimentos imbuídos com a democratização do estado brasileiro, principalmente com a participação pública. Após a tomada do poder pelos militares foi realizado um processo de “limpeza ideológica”, no qual muitas pessoas foram presas e exiladas políticas do regime militar brasileiro. Paulo Freire foi exilado e em sua passagem pelo Chile vivenciou o processo de reforma agrária no governo de Salvador Allende, que mais tarde também “caiu”, vítima do golpe militar liderado por Augusto Pinochet.

Sua assessoria ao governo chileno, nos setores da educação e do desenvolvimento agrário o conduziu à participação no projeto de reforma agrária daquele país, com enfrentamento aos latifundiários da terra. Sua práxis o levou a publicar em 1969, no Chile, o livro “Extensión o Comunicación? La Concientización en el Medio Rural”, com tradução na língua portuguesa com o título de “Extensão ou comunicação?”. Esta obra problematiza a relação vertical entre o agrônomo e o camponês, entre a universidade e a sociedade. Paulo Freire sinaliza que a ação educativa do agrônomo, e também do professor, “deve ser a de comunicação, se quiser chegar ao homem, não ao ser abstrato, mas ao ser concreto inserido em uma realidade histórica (FREIRE, 2006, p. 12)”, sem dissociá-lo de sua realidade social.

Representantes do PLACTS também criticaram a relação vertical entre universidade-comunidade existente, mesmo após o término das ditaduras militares. Bem verdade que a euforia da redemocratização, da abertura política brasileira na segunda metade da década de 1980, veio acompanhada de uma série de dificuldades (principalmente no campo da economia) ligadas ao sistema globalizante neoliberal. A PCT vigente, voltada ao setor privado, novamente deixou o conjunto da população à margem da possibilidade de participação nos rumos da CT brasileira.

É premente a discussão sobre o papel e o potencial das universidades, na construção de uma CT para o contexto latino-americano, definida pela sociedade da América Latina. Como exemplo, destaco o movimento das Tecnologias Sociais¹³. A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu artigo 207, postula como princípio da Educação Superior a indissociabilidade entre ensino-

¹³Dagnino, Brandão e Novaes (2010) discutem contribuições ao marco analítico-conceitual das Tecnologias Sociais.

pesquisa-extensão. No entanto, esta operacionalização é complexa e restrita a ações pontuais.

Para Dagnino (2010, p. 296) a universidade pública na América Latina perdeu sua funcionalidade para com a sociedade e o contexto (econômico, político e social) que a envolve, pois não atende os interesses nem da classe dominante nem da classe dominada. A primeira, em função de sua condição socioeconômica pode prescindir da Educação Pública, enquanto a segunda corre o risco de ter seus direitos negligenciados. Renato Dagnino critica o que se faz, hoje, na universidade – docência, investigação (pesquisa) e extensão – e afirma que a mudança está relacionada com um fazer educacional de, mais “decência” do que docência, mais “exinvestigação” do que investigação e mais “intenção” do que extensão. Nas palavras do autor,

[...] a docência que a comunidade de pesquisa faz é repetitiva. Ela repete o que lhe foi ensinado, sem se dar conta de que o mundo tem mudado. Em geral, essa comunidade continua com um modelo de ensino-aprendizagem autoritário, que é herdado do século passado, ineficaz, e, sobretudo, marcado pela concepção de neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico (DAGNINO, 2010, p. 296).

Analogamente à concepção bancária da educação, citada por Freire (1987), o autor critica o ensino mecânico, por repetição, autoritário e neutro, o qual não contribui para politizar a docência e construir uma sociedade decente. Muitas vezes, segundo Dagnino (2010, p. 297), a política na universidade é a de “cumpro-e-minto” ao invés do cumprimento das obrigações, principalmente em termos de desenvolvimento social. Tal modelo de ensino-aprendizagem, pouco problematizado, não abarca a complexidade da dinâmica social contemporânea, pois fragmenta o conhecimento em disciplinas estanques.

Com relação à pesquisa universitária, o referido autor, entende a necessidade de que ela seja conduzida por problemas (sociais), ao invés de pautada por disciplinas. Tal crítica é procedente com base na atual dinâmica social, cujos problemas são interdisciplinares e não podem ser fragmentados, isolados e tratados separadamente em cada área. Ainda, o caráter auto-referenciado da investigação, no qual comunidade de pesquisa não pergunta à sociedade o que ela deve pesquisar, contribui para a reprodução de agendas de pesquisa

descontextualizadas, construídas para atender demandas de outros países, outros contextos sociais, diferentes do latino-americano.

A agenda de pesquisa brasileira, para Dagnino (2010, p. 297), “tende a ser conservadora e pouco relevante” em função de dois aspectos, a escassa relação com a realidade local e o caráter cientificista, no qual a comunidade de pesquisa vê a ciência como verdade codificada na natureza e busca desvelá-la. Também mereceu destaque sua crítica à importação de tecnologias (e também importação de agendas de pesquisa) em função do contexto social, atrelado a tais tecnologias, muitas vezes distintos da realidade do hemisfério sul. Outra destacada questão é o processo de legitimação do conhecimento produzido nas universidades brasileiras pelo setor privado e multinacionais, os quais priorizam o lucro em um viés mercadológico que pouco contribui para a mudança social. Além das falácias associadas às propostas de construção de incubadoras, pólos e parques tecnológicos, que também possuem escassa relação com a realidade social, e usam instituições públicas em favor da maximização do lucro privado.

A defesa da “exinvestigação” ante a investigação decorre de uma proposta de construção de conhecimento, “para fora”, com a participação coletiva. A definição da agenda de pesquisa conta com a participação dos diferentes atores sociais (estudantes, pesquisadores, movimentos sociais, entre outros). No entanto é importante que a maior parte da comunidade de pesquisa, que compartilha de uma visão instrumentalista e neutra da Ciência-Tecnologia (DAGNINO, 2007a, p. 102), alcance a condição de “mentes e corações vermelhos.”¹⁴

A discussão sobre pesquisa do PLACTS e de Paulo Freire são construtos apoiados em distintos contextos, mas concordam com a inseparável relação entre ensino-pesquisa. Um ensino (docência) repetitivo, bancário, que não considera as mudanças sociais e a investigação que ignora os problemas do mundo vivido dos sujeitos não contribuem para o desenvolvimento social, apenas ratificam a manutenção do *status quo*.

Já a extensão universitária, na prática, é quase que hegemônica a concepção de que ela se limita a apresentação de resultados de pesquisa. Entendo a ação

¹⁴ A tipologia de “mentes e corações”, Dagnino (2010, p. 305), afirma que a maioria dos “fazedores” de CT, possuem o coração vermelho (querem a inclusão social e a sustentabilidade ambiental) e a mente cinzenta (não percebem que sua prática não contribui para a mudança, mas para a exclusão social).

isolada de levar à sociedade o resultado de pesquisas, cuja agenda não foi construída coletivamente, como um movimento análogo à pedagogia da resposta, criticada por Paulo Freire, na qual o educador responde perguntas não feitas aos educandos, que sequer participaram da construção do currículo e da agenda.

Associado à extensão, segundo Dagnino (2010, p. 297), figura certa “consciência pesada” da universidade, na qual oferta à comunidade seus resultados de pesquisa e o que lhes julgar conveniente, como espécie de retribuição à sociedade que a financia. Logo, se a pesquisa está vinculada a agendas externas, seus resultados são representativos a outros contextos, outras culturas, que acabam por não mobilizar o contexto social latino-americano. Ainda,

[...] a idéia de extensão tem uma conotação muito significativa, porque não indica um questionamento junto à sociedade ou aos atores sociais o intuito de saber o que lhes é considerado relevante, para que a comunidade de pesquisa, remunerada pela sociedade, redirecione suas atividades. (DAGNINO, 2010, p. 297)

Em termos de construção da agenda de pesquisa, situada no contexto de crítica ao modelo tradicional/linear de progresso, Dias e Dagnino (2007), apresentam importantes contribuições do enfoque teórico, denominado de visão alternativa. Ela parte das contribuições de Andrew Feenberg, na obra “Critical theory of technology”, e atribui “protagonismo social” à classe trabalhadora e aos movimentos sociais. Segundo Dias e Dagnino (2007, p. 92) “esse enfoque incorpora as críticas às visões da neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico e as contribuições do PLACTS, em uma tentativa de propor uma abordagem mais aderente à realidade dos países latino-americanos.”

A visão alternativa aponta uma disfunção na pesquisa científica em função da dicotomia entre o momento de “fazer” ciência e a etapa de aplicação desse conhecimento em relação às demandas sociais. A teoria crítica conclui que:

[...] a ciência e a tecnologia produzidas dentro do capitalismo serviriam apenas para sustentar um estilo capitalista de sociedade e de desenvolvimento sendo, portanto, elementos inadequados para suportar estilos alternativos de desenvolvimento econômico e social (DIAS e DAGNINO, 2007, p. 104).

Dessa forma, o PLACTS e a teoria crítica defendem, sob o risco de insucesso em propostas de mudança social, o redesenhar da ciência e tecnologia vigentes.

Embora não há linearidade e dependência exclusiva do Desenvolvimento Social em função do desenvolvimento da CT, há uma forte influência ancorada nas características da dinâmica social contemporânea, marcada pela componente Científico-Tecnológica.

Tal redesenho da CT, não significa o apoio a construções teóricas luddistas, tampouco o abandono dos conhecimentos que, histórica e epistemologicamente, foram produzidos. A construção de modelos alternativos (ao vigente) do desenvolvimento de CT está atrelada ao modelo de sociedade que se pretende construir, mais democrática e partícipe das decisões sociais. A figura a seguir representa a concepção de desenvolvimento de CT, construída pela visão alternativa.

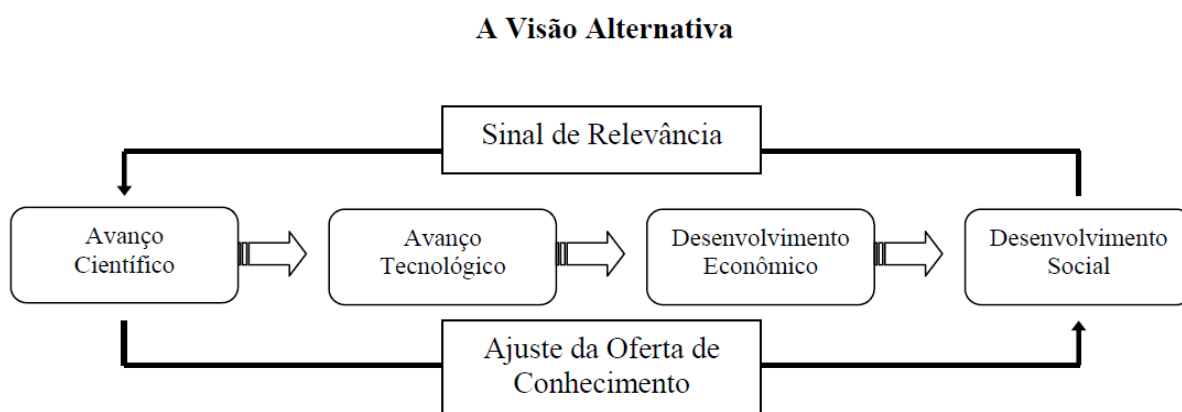


Figura 2 – Desenvolvimento de CT segundo a visão alternativa (DIAS e DAGNINO, 2007, p. 109).

Nesta visão, os avanços da CT têm implicações no desenvolvimento social. No entanto, a sociedade emite um “sinal de relevância”, no qual ela sinaliza os problemas sociais que lhes são relevantes, assim como a comunidade de pesquisa ajusta a oferta de conhecimentos a tais demandas. Esse diálogo entre os atores sociais contribui para a construção da agenda de pesquisa, que incorporada pela academia, contribui para a qualidade da produção científico-tecnológica desenvolvida, assim como para o bem estar social.

Nesse sentido, Santos (2010, p. 73) ratificou o potencial transformador da extensão universitária, que tenta transpor as barreiras impostas pelo capitalismo global com vistas a “funcionalizar a universidade e transformá-la numa vasta agência

de extensão ao seu serviço.” A extensão é vista como alternativa a esse capitalismo na “construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.” Para Santos (2010), a reforma democrática e emancipatória da universidade começa pela extensão. Analogamente, Dagnino (2010, p. 298) postula “que a mudança na universidade – docência e pesquisa – deve passar, primeiramente, pela extensão.” Em seu jogo de significados ele entende a necessidade de mais “intenção” do que extensão. Tal “intenção” significa, além de “fazer algo”, de movimento em direção à mudança social, também postula a internalização da agenda de pesquisa por parte da universidade. Esta não vai resolver todos os problemas sociais, mas ao internalizar a agenda de discussão social, assume para si a responsabilidade de buscar soluções aos problemas que lhes couber, em seus campos de conhecimento.

Freire (2006) desenvolve uma análise em torno do termo “extensão” a partir de distintos pontos de vista, o sentido linguístico, as relações com o termo “invasão cultural” e a teoria filosófica do conhecimento. A análise sintática do verbo estender remete a dois complementos, que no contexto universidade-comunidade são entendidos como: o de “estender algo” – os conhecimentos e técnicas do extensionista na área agrícola – e o de “estender este algo a alguém” – ao camponês. Se o objetivo do extensionista trata apenas de estender seus conhecimentos e técnicas aos camponeses, sem diálogo algum, a ação perde sentido, pois desconsidera o domínio humano e a realidade como mediadora do processo educacional.

Nesse sentido, a partir de uma análise linguística, na tentativa de mapear o campo associativo do termo extensão, Freire aponta muitos significados atribuídos a ele:

- Extensão Transmissão.
- Extensão Sujeito ativo (o que estende).
- Extensão Conteúdo (que é escolhido por quem estende).
- Extensão Recipiente (do conteúdo).
- Extensão Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra-muros).
- Extensão Messianismo (por parte de quem estende).
- Extensão Superioridade (do conteúdo de quem entrega).
- Extensão Inferioridade (dos que recebem).
- Extensão Mecanicismo (na ação de quem estende).

Extensão Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem) (FREIRE, 2006, p. 22).

Na extensão como transmissão o agrônomo extensionista transmite seus conhecimentos e técnicas ao camponês com o propósito de “modernizar” sua prática, enquanto este passivamente figura como ouvinte do discurso. Analogamente ao que preconizou Freire (1987, p. 41), em sua crítica à educação bancária, a qual manteve e ainda reforçou as contradições nesta relação de verticalidade entre educador e educando, tal concepção educacional afirmou que:

O educador é o que educa; os educandos, os que são educados; o educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem; o educador é o que pensa; os educandos, os pensados; o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados; o educador é o que opta e prescreve sua opção; os educandos os que seguem a prescrição; o educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam; o educador escolhe o conteúdo programático; os educandos, se acomodam a ele; o educador identifica a autoridade do saber com sua autoridade funcional, que opõe antagonicamente à liberdade dos educandos; estes devem adaptar-se às determinações daquele; o educador, finalmente, é o sujeito do processo; os educandos, meros objetos (FREIRE, 1987, p.68).

Nesse contexto o agrônomo (educador), ao fazer um paralelo entre as relações agrônomo e camponês e educador e educando, enquanto único sujeito (ativo) do processo profere seu discurso ao camponês (educando), o qual é reduzido à condição de objeto (passivo) e tem apenas a ilusão de atuar. Este, segundo Freire e Faundez (2002, p. 28), se limitou a condição de recipiente a ser cheio por um discurso estruturado em respostas às perguntas não realizadas pelos próprios estudantes.

Outra questão importante é a relação estabelecida entre a extensão e o conteúdo (escolhido por quem estende), pois o educador bancário não se preocupa com o conteúdo do diálogo que será estabelecido com o educando. Para Freire, o diálogo é algo central e entendido, não como conversa informal, tampouco sobre qualquer assunto, mas sim um diálogo entre os saberes vivenciais do estudante e os saberes dos diversos campos de conhecimento mediatizados pelo mundo vivido dos sujeitos. Segundo Dalmolin et al. (2009, p. 5) “o diálogo a que Paulo Freire se refere é uma relação de comunicação e intercomunicação, que gera a crítica e a problematização da realidade.” É importante ressaltar que, ao contrário de outras

perspectivas educacionais, o mediador do processo de ensino-aprendizagem é o mundo vivido e a ação educativa libertadora pressupõe uma relação horizontal entre agrônomo (educador) e camponês (educando), além de exigir atitude de transformação da realidade conhecida.

Ainda quanto ao conteúdo do diálogo, elemento fundamental do currículo, o autor afirma que há uma co-intencionalidade dos sujeitos em torno do objeto cognoscível. A educação como situação gnosiológica tem como ponto de partida do diálogo a busca pelo conteúdo programático. Embora, Paulo Freire em suas obras, cite poucas vezes o termo currículo, sua proposta de tematização, dos temas geradores, “mexe” com as cristalizadas estruturas curriculares vigentes. A definição do tema gerador está apoiada no processo de investigação temática, Freire (1987), composto de cinco etapas: a) “Levantamento preliminar”; b) Análise das situações e escolha das codificações; c) Realização de diálogos descodificadores; d) Redução temática; e) Desenvolvimento do programa em sala de aula.

Portanto, a articulação ensino-pesquisa-extensão, a partir do referencial Freire-PLACTS, começa pela extensão, por meio da identificação de demandas oriundas do “sinal de relevância” emitido pela sociedade. A universidade promove um ajuste na oferta de conhecimento de modo a incluir em sua agenda de pesquisa os problemas sociais dos quais ela é capaz de investigar, em um processo indissociável com ensino-pesquisa. Após, a extensão retorna à comunidade com os resultados acadêmicos da tentativa de resolver determinado problema social. Um processo de extensão/ensino-pesquisa/extensão.

Em termos de encaminhamentos à busca de caminhos alternativos ao desenvolvimento linear/tradicional da CT, Dagnino e Novaes (2005) propõem um processo denominado de Adequação Sócio-Técnica (AST). Esta, para Dagnino (2007a, p. 9), é uma perspectiva alternativa de desenvolvimento da Tecnociência que “consiste no “reprojetamento” das tecnologias atualmente disponíveis”, onde o ponto de partida são outros interesses e valores (de “grupos sociais relevantes”), distintos da sociedade capitalista, para construir outras tecnologias, denominadas de tecnologias sociais.

Desse modo, a proposta não se apóia na perspectiva de seguir o caminho trilhado pelos países hoje desenvolvidos em função das diferentes contradições históricas entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, conforme afirma

Herrera (2000, p. 29). Alguns grupos destacaram-se na construção de “Tecnologias Apropriadas” a contextos específicos, como: as Redes de Economia Solidária (RES), a Rede de Tecnologia Social (RTS) entre outras organizações independentes. A extensão possui importante potencial na articulação universidade-comunidade, no estreitamento dos laços entre a academia e os empreendimentos solidários e autogestionários.

Historicamente a extensão universitária brasileira nasce na primeira metade do século XX, sob influência de dois modelos educacionais, o inglês, apoiado em cursos e palestras, e o modelo originário dos EUA, com base na prestação de serviços.

No início da década de 1930, além a criação do então Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, ganhou destaque o Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, que estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, o qual tratou da organização técnica e administrativa do sistema universitário. O crescimento da Educação Superior no país vem acompanhado da preocupação com a Extensão Universitária (EU). O referido estatuto trata, em seu artigo 99, a extensão como uma organização fundamental da vida social no contexto universitário. Ainda, no artigo 109, apresenta como finalidades da EU a difusão de conhecimentos nos campos filosóficos, artísticos, literários e científicos em prol do desenvolvimento individual e coletivo. A operacionalização da extensão nas universidades ocorreria principalmente por meio de cursos e conferências (por influência do modelo inglês).

Trinta anos mais tarde, considerada um marco na educação brasileira, a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961 – se consolida por conceber a liberdade de ensinar vinculada à transmissão de conhecimentos. Segundo Soares et al. (2002, p. 32), o referido documento “manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa”, tampouco avançou na temática da extensão.

No início da década de 1960, segundo (FORPROEX, 2006, p. 18) era intensa a participação do movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) intentava em prol da conscientização das camadas populares com vistas à superação das condições impostas pelo capitalismo e pela participação social na construção da nação. A partir do golpe militar, em 1964, algumas propostas estudantis no campo da extensão universitária foram transpostas pelo governo com

objetivo de institucionalizá-la a serviço da ideologia de desenvolvimento e segurança nacional e as demais propostas e vozes foram silenciadas.

Nesse sentido foi promulgada a Lei 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária) que, entre outras providências, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Em seu artigo 20, a lei afirmou que as instituições de “ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.” Tal sinalização situou a universidade em posição hierarquicamente superior à sociedade que a contém, conferindo à EU o caráter ofertista.

Outro importante marco histórico da EU foi a criação do FORPROEX, em 1987, o qual, segundo (FORPROEX, 2012, p. 5), trabalha em prol da articulação e definição de políticas acadêmicas sobre o assunto, da transformação social, do exercício pleno da cidadania e do fortalecimento da democracia. No primeiro encontro dos pró-reitores de extensão, no referido ano, foi pactuado um novo conceito de EU que apresenta potencialidades na relação universidade-comunidade.

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada da social (FORPROEX, 1987, p. 11).

A abertura à participação social na atuação da universidade constante no conceito de EU é um aspecto a ser salientado, possivelmente em função do contexto histórico de mudança no regime político brasileiro, com abertura à democracia. Também é marcante, a sinalização de rompimento na relação vertical entre universidade-comunidade por meio de um fluxo de conhecimento em mão-dupla, no qual há interação entre os saberes acadêmicos e populares.

Outro significativo avanço foi relação indissociável com o ensino e a pesquisa. Esta relação se fortaleceu com a redação do artigo 207, da Constituição Federal de 1988, (BRASIL, 1988), a qual definiu, sobre a Educação Superior, que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Também, neste documento, a EU conquistou a garantia de financiamento de suas ações por parte do poder público.

Em 1996, com a promulgação da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) houve uma reescrita nas finalidades da Educação Superior em comparação com a LDBEN de 1961. Entre tais finalidades consta segundo Brasil (1996), a promoção da EU, que no Artigo 43 inciso VII, ganha tom ofertista ao reduzir a extensão à “difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. No que se refere à autonomia das universidades, artigo 53 da referida lei, as instituições são responsáveis pela construção e oferta de atividades de extensão, entre outras atribuições. Tal aspecto margeia o conceito de extensão definido no FORPROEX de 1987, pois sua escrita gera entendimento de inexistência da via de mão-dupla do conhecimento, e sim, de um movimento unilateral da universidade para a sociedade.

Em termos de encaminhamentos vigentes, as políticas extensionistas nas universidades brasileiras apresentam consonância com a Política Nacional de Extensão, que a conceitua como:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Embora o caráter ofertista associado à extensão universitária aparenta ser questão superada no âmbito universitário, pelos entendimentos do FORPROEX e pela redação dos documentos institucionais, a prática nas universidades revela que este tem sido um desafio ainda latente.

3 UNIPAMPA: CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

*Lá em Alegrete quem não é estancieiro é boi.
Como não tenho vocação para nenhuma das duas coisas,
vim para Porto Alegre (MÁRIO QUINTANA).*

3.1 Nasce um compromisso: promover Desenvolvimento Regional no Pampa Gaúcho

A Universidade Federal do Pampa foi criada pela Lei Nº 11.640, de 11 de Janeiro de 2008 e, segundo ela, tem como objetivos:

[...] ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do RS (BRASIL, 2008, p.1).

A UNIPAMPA nasce envolta na bandeira da mudança social e com entendimento do potencial da educação para sua implementação. No entanto, o movimento das palavras às ações, no tecido social, é complexo, principalmente àqueles que negam a verdadeira práxis¹⁵. Segundo Freire (1987, p. 44) “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.”

Sobre a origem da UNIPAMPA não identifiquei muitos registros históricos (ou por não existirem ou por não estarem disponíveis na internet), mas alguns elementos são conhecidos. Sua origem esteve relacionada com um movimento social na metade sul do estado do RS – região da campanha e fronteira oeste – com vistas à construção de políticas públicas de Educação Superior para a região. Desconheço as lideranças desse movimento, quais segmentos sociais participaram e a existência de clamor popular (das classes mais humildes). Sei que em 2005, uma das pessoas com ativa participação no projeto de construção de uma

¹⁵Práxis = Ação + Reflexão (em uma relação indissociável com vistas à transformação social).

universidade federal na região foi o então prefeito da cidade de Bagé – RS, cujo partido político também estava à frente da Presidência da República. Possivelmente foi sua força política que ajudou na implantação da Reitoria da UNIPAMPA em Bagé. Segundo (UNIPAMPA, 2009, p. 3) a instituição é “resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior,” do Governo Federal. No entanto não detalha os conflitos vividos e os atores sociais que fizeram parte do movimento.

Há indicativos de que o movimento por uma universidade pública no pampa começou com uma proposta de federalização da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), com incorporação de seus servidores ao quadro da União. A URCAMP é uma instituição multicampi e está situada em 8 cidades da região que receberam a UNIPAMPA (Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Santana do Livramento, São Borja e São Gabriel). No dia 26 de julho de 2005 foi publicada na página do Ministério da Educação (MEC) uma notícia, na qual ele reconhece a antiga demanda por Educação Superior na região e também a necessidade de superar a estagnação econômica que afeta a metade sul gaúcha, nas últimas décadas. O MEC apresenta interesse, segundo (BRASIL, 2005), em trabalhar no projeto de transformar a URCAMP “em um caso exemplar de instituição pública não-estatal, mediante alteração estatutária,” que assegure a representação da comunidade acadêmica e da sociedade civil em seus colegiados e conselhos. No entanto a operacionalização de tal apoio federal estava condicionada ao cumprimento de obrigações trabalhistas em atraso, entre outros aspectos. A presente notícia corrobora a premissa de que havia um esforço em federalizar a URCAMP, que apresentava dificuldades financeiras.

No dia 27 de julho de 2005, na cidade de Bagé, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva proferiu o anúncio de criação de uma nova universidade federal, a UNIPAMPA. Em função de questões legais foi descartada a possibilidade de federalizar a URCAMP. No referido ato também foi anunciado o Consórcio Universitário responsável pela implantação desta nova instituição. No mês de novembro de 2005 foi assinado um “Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), prevendo a ampliação da educação superior no Estado (UNIPAMPA, 2009, p. 3)”.

A UFSM ficou responsável por implantar os campi nas cidades de Alegrete, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. A UFPEL implantou os campi de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento. Entendo que em termos de gestão, a implantação compartilhada não foi produtiva para a UNIPAMPA, pois as universidades tutoras trabalhavam com duas diferentes políticas de gestão, que em determinados momentos se confrontaram. Por exemplo, a UFSM buscou mais equilíbrio no início das atividades com 3 cursos de graduação em cada campi, a exceção foi Itaqui, por questões específicas. Já a UFPEL investiu em Bagé com a reitoria e 10 cursos de graduação, deixando os demais campi com apenas um.

Quanto à escolha das cidades sede e dos cursos a serem implantados em cada uma desconheço detalhes da metodologia utilizada. Posso inferir, a partir das notícias publicadas no endereço eletrônico do MEC, que o mesmo construiu uma proposta, escolheu as cidades e discutiu o projeto com a comunidade através de Audiências Públicas. Estas foram realizadas nas 10 cidades, nas quais a UNIPAMPA está instalada. Segundo (BRASIL, 2006) foram apresentados, e colocados em discussão, na comunidade de cada cidade os projetos pedagógico e arquitetônico. Os cursos teriam sido definidos a partir das particularidades locais. Em Caçapava do Sul o solo é rico em minerais, por isso foi implantado o curso de Geofísica e mais tarde Tecnologia em Mineração. Em Santana do Livramento e Jaguarão foram criados os cursos de Administração e Letras (Português-Espanhol), respectivamente, de modo a explorar o potencial fronteiriço da região. Não sei como foram tratados os conflitos que possam ter surgido nas Audiências Públicas, já que toda a região tem a atividade agropecuária como principal elemento de sua economia. Desconheço o motivo que conduziu a instalação de alguns cursos em determinadas cidades e não em outras. Portanto, uma avaliação mais profunda do processo de implantação da UNIPAMPA constitui importante problema para investigações futuras.

No segundo semestre de 2006 iniciaram as atividades acadêmicas na UNIPAMPA e em março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da instituição, que tinha por objetivo o planejamento da estrutura acadêmica, incluindo seu desenvolvimento institucional e curricular. A comissão foi presidida pela professora Maria Beatriz Moreira Luce e assessorada pelos professores Norberto

Hoppen, Gilberto Dias da Cunha, Maria Isabel da Cunha, Jorge Luiz da Cunha, Ricardo Lemos Sainz e Evaldo Rodrigues Soares.

No início de 2008 tomou posse o primeiro reitorado, na condição *pro tempore*, da instituição e foi desfeita a comissão de implantação. A Professora Maria Beatriz Moreira Luce¹⁶, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi indicada ao cargo de reitora, pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad. A partir de então a UNIPAMPA passou a construir sua própria estrutura e identidade. No mesmo ano foi constituído um conselho universitário provisório composto pelo reitorado, pró-reitores e diretores de campus. No mesmo ano foram realizadas eleições para diretores dos campi.

Em 2009 foi finalizada a primeira versão do projeto institucional, que passa por atualização em 2013. A partir de 2009, com a aprovação do Estatuto, foram implantados os seguintes órgãos colegiados: Conselho Universitário, Conselho Curador, Comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselhos de Campus.

A UNIPAMPA está situada em uma região (Metade Sul) com mais de 2,5 milhões de habitantes e com cerca de 100 municípios. As cidades que sediam campus da referida universidade são: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. A figura abaixo ilustra a distribuição geográfica dos campi no território gaúcho.



Figura 3 – Distribuição geográfica dos Campi da UNIPAMPA. Fonte: (UNIPAMPA, 2008).

¹⁶ Membro do Conselho Nacional de Educação, Formada em Pedagogia e Doutora em Educação, com atuação na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação.

O compromisso social da UNIPAMPA em promover desenvolvimento regional está ancorado nas características dessa região. A economia dos municípios da região da campanha e fronteira oeste teve como principal atividade a agropecuária. No passado, segundo seu Projeto Institucional, essa região ocupou lugar de destaque na economia gaúcha e ao longo da história foi perdendo espaço no cenário industrial, de serviços e até mesmo em sua principal atividade, a agropecuária. Esta, por conta do processo de expansão da fronteira agrícola brasileira. Outro aspecto negativo é o êxodo regional, na qual ela está submetida em função do desaquecimento histórico da sua economia e, por conseguinte a redução de oportunidades de trabalho.

Segundo (UNIPAMPA, 2009, p. 7) muitos são os desafios a serem superados em busca de um horizonte de desenvolvimento para a região, dentre os quais destaquei: o declínio da produção industrial, o baixo investimento público per capita, a baixa densidade populacional, a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos pólos mais desenvolvidos do estado.

No entanto, a região não apresentou apenas limitações ao seu desenvolvimento, mas também sinalizou potencialidades, como condições adequadas de clima e solo à produção agropecuária, reservas minerais importantes (principalmente carvão, argila e calcário)¹⁷, além da posição geográfica privilegiada em relação ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), através das fronteiras com a Argentina e o Uruguai. A UNIPAMPA, segundo seu projeto institucional, tem sua atuação comprometida com o enfrentamento das dificuldades identificadas e com o fortalecimento das potencialidades da região. Conforme (UNIPAMPA, 2009, p. 7) a instituição exercerá seu compromisso com o desenvolvimento regional “por meio de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa científica e tecnológica, de extensão e assistência às comunidades e de gestão.” O documento também aponta como fundamental necessidade o diálogo com os diferentes atores sociais, o trabalho coletivo com estes atores e o conhecimento das realidades locais.

¹⁷ Informações disponíveis no Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul (2011).

A concepção de universidade, presente nos documentos oficiais, sinalizou para além da mera formação profissionalizante, mas assumiu compromisso com o direito à vida e a promoção da ética em suas práticas. O projeto institucional também criticou a universidade como simples reprodutora do conhecimento produzido pelos seres humanos, assim como a condição de receptáculos passivos desse conhecimento, por parte dos estudantes. A UNIPAMPA adotou como princípios balizadores de seu fazer educacional:

- Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade;
- Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas;
- Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática. (UNIPAMPA, 2009, p. 10)

A respeito de sua política de ensino foi importante ressaltar sua contribuição para a questão curricular, na busca de encaminhamentos flexíveis, sensíveis aos problemas regionais, nacionais e mundiais. Também o reconhecimento do currículo como elemento dotado de intencionalidades que implicam diretamente no perfil de egresso e na formação deste. Nesse sentido, a instituição defendeu uma prática pedagógica que valoriza a diversidade, os diferentes contextos sociais, o estudante como sujeito do processo de ensino-aprendizagem, a interdisciplinaridade, a superação da dicotomia entre teoria e prática, a inserção de atividades de pesquisa e extensão nos currículos, entre outros desafios educacionais latentes neste século.

Em sua concepção de pesquisa (UNIPAMPA, 2009, p.33) sinalizou para a “construção de conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, e buscou o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade.” Embora o desenvolvimento social faça parte de seus objetivos principais, faz-se necessário avançar na discussão sobre a referida divisão do conhecimento científico em básico e aplicado, pois a Ciência-Tecnologia, tanto nas ditas Ciências Exatas quanto nas Ciências Humanas, em seus contributos teóricos e/ou práticos, são esforços humanos de responder aos problemas da

sociedade contemporânea. Por fim, a pesquisa figura como elemento central no projeto de desenvolvimento regional, a que a UNIPAMPA se propõe, sobretudo na formação de profissionais críticos e qualificados para intervenção no processo de transformação regional.

Com relação aos convênios firmados pela UNIPAMPA, em sua maioria, foram com prefeituras municipais, instituições públicas e privadas de educação e segmentos agropecuários como associações e cooperativas. Há, em menor número, parcerias com órgãos públicos e também a realização de pesquisa junto com empresas privadas.

A política de assistência estudantil até 2011 foi voltada principalmente a programas de bolsas (alimentação, permanência (moradia), entre outros e a consolidação dos denominados Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NUDE). Cada cidade possui um NUDE, composto pelos ocupantes dos cargos de Assistente Social, Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais¹⁸. A partir de 2012 a política esteve voltada à construção de restaurantes universitários e moradias estudantis.

Sua política de extensão foi estruturada a partir da Política Nacional e assinalou a importância da extensão na formação dos egressos da instituição, além de realimentar as pesquisas com a sinalização de novos problemas. A extensão na UNIPAMPA está apoiada em quatro princípios, denominados de diretrizes na Política Nacional de Extensão. São eles:

1. Impacto e transformação: Segundo (UNIPAMPA, 2009, p. 7) esta diretriz orientou todas as ações de extensão da universidade a contribuírem para o desenvolvimento sustentável, respeitando a diversidade e complexidade dos contextos regionais.

2. Interação dialógica: consistiu no estabelecimento de um diálogo entre a UNIPAMPA e os setores sociais, em uma perspectiva de mão-dupla.

3. Interdisciplinaridade: esta diretriz teve por esteio o diálogo, em busca de “interação entre disciplinas, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos (UNIPAMPA, 2009, p. 37).”

4. Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: Esta diretriz buscou a institucionalização da extensão nos currículos dos cursos da UNIPAMPA, por meio

¹⁸Cargo de nível superior, com formação em Licenciatura Plena.

da atribuição de créditos acadêmicos obrigatórios. A extensão foi entendida como elemento estruturante da formação dos estudantes, muito em função do seu potencial de articulação com o ensino e a pesquisa.

Ainda sobre a extensão, o projeto institucional elenca objetivos, estratégias e metas, dos quais destaco o objetivo 1 – “Aproximar a UNIPAMPA da sociedade em geral, compreendendo a cultura local e regional, numa perspectiva interdisciplinar apoiada no constante diálogo com os saberes científico e popular. (UNIPAMPA, 2009, p. 37).” Como estratégias o documento sinalizou para o conhecimento das demandas da região, bem como da própria universidade no sentido de orientar a estruturação das ações de extensão, nas oito áreas temáticas. Também são indicadas como estratégias a participação na elaboração de políticas públicas em prol do desenvolvimento da região e a interação com os movimentos sociais. Em termos de metas destacaram-se a proposta de aumento anual de 25% nas ações de extensão e a busca da flexibilização curricular no sentido de incluir a extensão nos currículos dos cursos, como atividade obrigatória. Os demais objetivos estão restritos a questões administrativas da Extensão na UNIPAMPA, como a criação do sistema de projetos, a criação de fórum permanente sobre o assunto, entre outros aspectos.

Em 2012 essa instituição aprovou a Resolução Nº 47, no Conselho Universitário, que instituiu normas para as atividades de extensão. Tal documento tratou de questões como: definições, gestão, equipe executora, registro, tramitação e certificação das atividades de extensão. A resolução (UNIPAMPA, 2012a, p. 1) apresentou nos artigos iniciais os termos ações e atividades de extensão, aparentemente tratados como sinônimos. No art. 7º apresenta a classificação das atividades de extensão (ações, projetos, programa, cursos, eventos e prestação de serviços) e define o termo ação de extensão como uma atividade eventual. Quanto à gestão institucional da extensão tem sua estrutura composta pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), Comissão Superior de Extensão (CSE) e Comissão Local de Extensão (CLE), conforme (UNIPAMPA, 2012a, p.1).

A Pró-Reitoria de Extensão juntamente com a CSE construiu uma estrutura mínima de projeto, composta de itens objetos de avaliação na submissão de propostas para registro e também para participação em editais de fomento institucionais. O modelo de projeto é muito semelhante ao modelo utilizado para

registro de projetos de pesquisa e aparentemente tem inspiração na estrutura de projeto solicitada no PROEXT-MEC, edital de fomento à extensão do Ministério da Educação. As propostas de extensão têm a seguinte configuração mínima:

- Informações de identificação (título, coordenador, área temática¹⁹, área do conhecimento²⁰, local, carga horária, período, etc.);
- Resumo;
- Equipe executora e Parcerias;
- Público Alvo atingido;
- Introdução;
- Justificativa;
- Objetivos;
- Material e métodos;
- Relação ensino, pesquisa e extensão;
- Avaliação da ação;
- Resultados esperados;
- Referências;
- Cronograma de Atividades e Plano de Aplicação de Recursos.

Quanto ao fluxo dos projetos, o processo inicia com a submissão na plataforma de projetos da UNIPAMPA, após ele é avaliado pela comissão local de extensão de cada campus. Em caso da necessidade de ajustes na minuta, a CLE solicita ao coordenador nova submissão com as correções. Após a emissão de parecer com a aprovação do projeto ele passa por homologação do conselho do campus. A etapa seguinte é a avaliação do projeto por parte da equipe da PROEXT para posterior registro. O formulário de avaliação dos projetos possui 12 itens que permitem classificação por meio de um tipo de escala de resposta psicométrica (semelhante a escala de Likert). As questões a serem pontuadas consistem em uma mescla dos itens que compõem o modelo de projeto disponível pela PROEXT com as cinco diretrizes da extensão universitária sinalizadas pelo FORPROEX.

¹⁹ As oito áreas temáticas da extensão universitária são: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho.

²⁰ As grandes áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) são: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharia / Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Nesse sentido, a própria pró-reitoria reconhece as limitações e a necessidade de ampliar o debate sobre a extensão, sua política e a construção de um processo avaliativo. Em termos orçamentários considero um avanço da instituição as pró-reitorias de pesquisa e de extensão possuírem iguais montantes de recursos. O número de bolsas oferecidas em editais conjuntos da UNIPAMPA também é o mesmo para a modalidade iniciação à pesquisa, quanto para iniciação à extensão.

No que tange aos números da UNIPAMPA, ela alcançou a marca dos 63 cursos de graduação e ultrapassou a de 10 mil estudantes matriculados. Já possui 10 programas de pós-graduação *stricto sensu*, com 10 cursos de mestrado e um de doutorado, nos quais 159 estudantes estão matriculados. Do rol de programas de pós-graduação *lato sensu*, são 13 cursos de especialização em andamento, 04 concluídos e 03 previstos, além de um corpo discente composto por 422 estudantes matriculados em 2012.²¹ Em se tratando do quadro de servidores da UNIPAMPA, somados os técnicos administrativos e os docentes, contabilizam 1192 servidores (no corrente ano), segundo o Portal da Transparência do Governo Federal²².

O Ingresso na Instituição para os servidores ocorre mediante concurso público nos termos da legislação vigente. Para os discentes de graduação o processo seletivo é realizado através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), organizado pela Secretaria de Educação Superior (SESU), do Ministério da Educação, o qual utiliza o desempenho dos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Na área de Gestão de Pessoas a instituição sofreu com a evasão de servidores. Segundo UNIPAMPA (2011, p. 156) só no ano de 2011 saíram da instituição 98 servidores (docentes e técnicos administrativos). Os motivos incluem cedência a outros órgãos, redistribuições, exonerações, entre outros. O elevado índice de evasão pode estar relacionado ao programa de expansão do Governo Federal que, nos últimos anos, criou novas vagas em todas as regiões do país, além da distância às principais cidades do estado e da falta de infraestrutura (moradia, transporte, serviços etc.) nas cidades com campus da UNIPAMPA.

O Sistema Federal de Educação Superior brasileiro teve destacado crescimento em meados do século XX, segundo Soares et al. (2002, p. 31), no período da Nova República (1930 a 1964) foram criadas 22 universidades federais

²¹Informações disponíveis na página da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (UNIPAMPA, 2012b).

²²Disponível no endereço eletrônico: www.portaldatransparencia.gov.br.

em um processo de interiorização a nível de país, com a implantação de instituições, principalmente, nas capitais dos estados. Outro destacado período de crescimento da Educação Superior brasileira ocorreu nos anos 2000, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que teve por objetivo principal a ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior. Neste momento histórico, com o REUNI, ocorreu uma interiorização a nível regional, na qual mais de 300 municípios já contam com Institutos Federais de Educação e já ultrapassou 200 o número dos que possuem pelo menos um campus de universidade federal (BRASIL, 2010). No entanto a expansão quantitativa não garante a qualidade “carregada de sentido e valor fortemente sociais”, segundo Ristoff (1999, p.18), ante a critérios eficientistas do capitalismo neoliberal.

Por fim, a UNIPAMPA, enquanto instituição de Educação Superior, multicampi, enfrenta o desafio de contribuir para o desenvolvimento da região da campanha e fronteira oeste do RS. No enfrentamento desse desafio a extensão universitária ganha terreno por suas características fundamentais de dialogar com a comunidade para além dos “muros” universitários. E desse modo articular as demandas sociais às atividades de ensino e de pesquisa da instituição.

3.2 UNIPAMPA Campus Alegrete: Educação Superior às margens do Rio Ibirapuitã.

Em 1831 um decreto provincial criou a vila de Alegrete, demarcando assim o território do oitavo município gaúcho, que passou a ocupar a condição de cidade em 1857. Dos anos de 1842 a 1845, Alegrete sediou a 3ª Capital da República Riograndense, símbolo da resistência dos separatistas durante a Revolução Farroupilha no enfrentamento ao avanço imperial. A história de lutas e guerras na região, no século XIX, o trabalho do Agrônomo e Folclorista Paixão Côrtes e seus amigos Luiz Carlos Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva, nos anos de 1900, em pesquisa sobre a cultura dos gaúchos do interior e posterior criação dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG), contribuíram para a constituição de um sentimento

regionalista no povo alegretense. Essa espécie de orgulho por sua cidade natal também é marcada pelo machismo da cultura gaúcha, exemplificada na expressão utilizada pelos alegretenses em referência à sua cidade, os quais não são naturais “de” Alegrete, mas sim “do” Alegrete.

A colonização da cidade foi edificada à margem esquerda do rio Ibirapuitã. No entanto, com o crescimento populacional, a ausência de planejamento urbano foi um problema que culminou em outros, por exemplo, os de habitação. O processo de construção do projeto educacional da UNIPAMPA, com o intuito de promoção do desenvolvimento regional, requer um esforço coletivo da comunidade acadêmica na implementação de seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A UNIPAMPA Campus Alegrete tem potencial humano e material de fazer sua parte em prol de seu compromisso institucional. Atualmente conta com cerca de 80 servidores docentes das áreas de Física, Matemática, Engenharias e Ciência da Computação, além de 40 técnicos administrativos em Educação, com formações diversas. Seu corpo discente já ultrapassou a marca de mil estudantes oriundos de todas as regiões do país, distribuídos entre os cursos de graduação em Ciência da Computação, Engenharia Agrícola²³, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações. Em nível de mestrado são dois cursos: Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica. Ainda há dois cursos de especialização lato sensu, em andamento, (Engenharia Econômica e Tópicos de Ensino de Física). A proposta de gestão descentralizada da UNIPAMPA permitiu a instalação de órgãos da reitoria em alguns campi. Alegrete, pelo empenho de seus servidores e pelas características dos cursos implantados, conta com parte do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação (NTIC), a Divisão de Obras e Manutenção e o Parque Tecnológico do Pampa (PAMPATEC)²⁴. O referido campus também sedia a Pró-Reitoria de Pós-Graduação por ter implementado o primeiro curso de mestrado da instituição (Mestrado em Engenharia Elétrica).

O município de Alegrete, nos anos de 1920, sob o governo de Osvaldo Aranha figurava entre os mais desenvolvidos do estado, possuía redes de esgoto, o que na época era privilégio de poucos brasileiros. Ainda hoje o problema do saneamento básico não foi resolvido no país, tampouco Alegrete vivenciou avanços

²³ Curso desenvolvido em cooperação com o Instituto Federal Farroupilha, Campus Alegrete.

²⁴ Parque de incubadoras de empresas nos moldes da “velha” universidade, voltado ao setor privado.

significativos nesta área. O Rio Ibirapuitã está entre os mais poluídos da Bacia do Rio Ibicuí, principalmente pelo despejo de resíduos domésticos da cidade, a qual carece de melhoria de infra-estrutura, planejamento urbano, transporte coletivo, entre outros aspectos. O município possui importante potencial de turismo rural, pouco explorado. Na área educacional apresenta modestos índices de desenvolvimento da Educação Básica, mas em processo de crescimento nos últimos anos.

Com relação às potencialidades de articulação da UNIPAMPA com a sociedade contatei via telefone os presidentes de cerca de 50 bairros e distritos de Alegrete com o seguinte questionamento: Qual a principal demanda/necessidade de sua comunidade? Desse breve diálogo destaco as principais demandas de Alegrete, identificadas neste momento histórico:

- Construção e revitalização de praças;
- Construção de áreas de lazer como pistas de caminhada e quadras de esportes;
- Construção e manutenção de pontes;
- Construção de calçamento em vias urbanas da periferia;
- Revitalização da pavimentação asfáltica em vias urbanas;
- Atenção a moradias em áreas de risco, principalmente de enchentes;
- Manutenção periódica em vias rurais não pavimentadas;
- Construção e ampliação da rede de esgoto doméstico e pluvial, assim como ampliar a capacidade de processamento e manejo dos resíduos;
- Melhorias na infra-estrutura dos pólos educacionais rurais;
- Melhorias no sistema de transporte coletivo.

A UNIPAMPA, sem dúvida, tem condições de discutir esses problemas na tentativa de buscar soluções para eles. Possivelmente existam pesquisas discutindo estas questões, mesmo que de modo indireto. Há pouca articulação com as demandas sociais e secundarização do potencial da extensão na interação com a sociedade. Por exemplo, o número de projetos de pesquisa em andamento, no ano de 2013, na UNIPAMPA Campus Alegrete é de 107, enquanto na extensão existem apenas 21 projetos (menos de 20%), o que indica a necessidade de ampliar a discussão sobre extensão universitária.

Por fim, outra questão que não pode ser ignorada é a curricular, pois suas intencionalidades vão sinalizar os horizontes formativos dos cursos da UNIPAMPA, de modo a construir uma prática coerente com os documentos oficiais e institucionais, além de viabilizar espaços de mudança social por meio da extensão.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

EDUCAÇÃO

O mais difícil, mesmo, é a arte de desler

(MARIO QUINTANA).

O processo de análise do corpus, segundo Moraes (2003), foi composto de três elementos principais: a) unitarização, b) categorização e c) comunicação.

a) Primeira etapa da análise – unitarização: Após a delimitação do corpus de modo que a amostragem de documentos seja adequada à proposta ocorre a unitarização. Este momento também é conhecido como desconstrução/desmontagem dos textos, pois a construção de uma “nova ordem” passa primeiramente por uma “desordem”. Inicia-se então a leitura e significação dos textos, na qual é necessária atenção especial para os diversos sentidos que a análise permite construir a partir deles. Segundo Moraes (2003),

[...] se um texto pode ser considerado objetivo em seus significantes²⁵ não o é em seus significados. Todo o texto possibilita uma multiplicidade de leituras, leituras essas tanto em função das intenções dos autores como dos referenciais teóricos dos leitores e dos campos semânticos em que se inserem. (MORAES, 2003, p. 192)

A análise dos textos está vinculada aos sentidos e significados atribuídos por quem analisa, não existindo, portanto, leitura e interpretações únicas para o mesmo, pois estas percepções são relacionadas com os pressupostos teóricos e vivências do leitor. Distintos referenciais podem conduzir a diferentes interpretações e percepções de um determinado texto. O corpus pode ser composto de textos construídos para a pesquisa, como por exemplo, diários e transcrições de entrevistas, e/ou constituído de documentos existentes, como relatórios, livros, artigos de periódicos, entre outros.

²⁵ Os significantes são os documentos que compõem o corpus, dos quais serão extraídos os significados. (MORAES e GALIAZZI, 2011, p. 69).

No processo de unitarização são mapeados e detalhados os elementos constituintes do texto. O grau de fragmentação do corpus é definido pelo pesquisador, o que, segundo Moraes (2003, p. 195), “pode resultar em unidades de análise de maior ou menor amplitude”. A unitarização pode ocorrer em três momentos distintos (MORAES, 1999 apud MORAES, 2003, p.195):

- 1) Fragmentação e codificação de cada unidade;
- 2) Reescrita de cada unidade de modo que assuma um significado mais completo possível, em si mesma;
- 3) Atribuição de um nome ou título para cada unidade assim produzida.

Logo, “a fragmentação dos textos é concretizada por uma ou mais leituras, identificando-se e codificando-se cada fragmento destacado, resultando daí as unidades de análise (MORAES, 2003, p.195).” Estas, são definidas em função dos propósitos da pesquisa. Desse modo, faz-se importante não perder a “visão de todo” na investigação, com a finalidade de evitar possíveis descontextualizações decorrentes de tangenciamentos do tema, durante o processo de fragmentação, pois a unitarização é a promoção de uma desordem a partir de uma ordem existente, para construção de uma nova ordem.

Nesses últimos seis meses busquei investigar a relação construída, por meio dos projetos de extensão, entre a UNIPAMPA e a sociedade na qual ela está inserida. As fontes da investigação foram os 57 projetos de extensão registrados no campus Alegrete, no período de 2008 a 2012. O processo de desconstrução dos textos, a unitarização, foi realizado a partir da detalhada leitura das minutas dos projetos.

Como resultado desta primeira etapa, foi construída uma lista contendo 94 unidades de análise, listadas no apêndice A, que entendi como representativas para a busca de respostas ao problema de pesquisa. As unidades aqui construídas foram transcrições fiéis dos textos e estão organizadas por meio de códigos alfanuméricos. Por exemplo, a unidade de análise P2-2008C refere ao projeto, por mim denominado de número 2 e registrado no ano de 2008. A letra C indica que foi a terceira unidade de análise extraída do projeto em questão, conforme ilustrado na imagem abaixo.

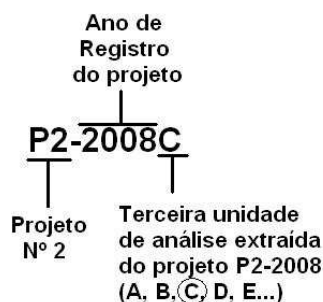


Figura 4 – Processo de codificação das unidades de análise.

Após a definição de tais unidades organizei o processo de categorização, na segunda etapa da ATD.

b) Estabelecimento de relações – categorização: esta etapa consiste no primeiro momento de comunicação dos novos entendimentos resultantes da análise. É um movimento de síntese e organização das aprendizagens e compreensões construídas na unitarização. Para (MORAES, 2003, p. 197) as categorias, que podem ser produzidas por diferentes metodologias são definidas como “os conjuntos de elementos de significação próximos” e a categorização como “um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a argumentos de elementos semelhantes.” Para Bardin (1977, p. 117) “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”.

A categorização contribui mais do que para agrupamento de elementos, mas também para avançar na precisão com relação à definição das categorias. A construção destas, a partir do agrupamento de tais elementos desconstruídos/unitarizados, pode produzir diferentes e novos significados para os significantes. Na ATD a categorização pode ocorrer em diferentes níveis de categorias (iniciais, intermediárias e finais), geralmente em um movimento das mais específicas, em maior quantidade, para as mais amplas e menos numerosas (MORAES e GALIAZZI, 2011, p.119).

Com relação à produção das categorias, (MORAES, 2003, p. 197) o autor destacou os métodos dedutivo, indutivo e intuitivo. No método dedutivo há criação

de categorias *a priori*, anteriores à de análise do corpus, com um olhar que vai do geral ao particular. Nele, as unidades de análise são distribuídas entre as categorias previamente definidas. No método indutivo as categorias, denominadas emergentes, surgem do corpus por meio de um processo de comparação e contrastação entre as unidades de análise. O método intuitivo consiste na mistura dos outros dois. Ele visa à superação da racionalidade linear e produz “categorias por “insights de luz”, inspirações repentinas que se apresentam ao pesquisador (MORAES, 2003, p.195)”. Este último permite uma maior liberdade criativa, se comparado com os anteriores, mas é importante realizar o registro escrito dos “insights” para evitar esquecimentos.

A partir das unidades de análise foram construídas as categorias por meio do processo denominado, por Moraes e Galiuzzi (2011), de indutivo, o qual produz categorias emergentes por meio da comparação e contrastação entre tais unidades. A categorização foi estruturada em três níveis de categorias: iniciais, intermediárias e finais. As 17 categorias iniciais foram construídas a partir do agrupamento das unidades de análise. Cada unidade ajudou a construir uma ou mais categorias iniciais, de acordo com a amplitude de seus escritos.

As categorias intermediárias, resultado do agrupamento do nível anterior, totalizaram o número de 5, sendo estas mais amplas do que as anteriores individualmente. Por entender que ainda havia espaço para reduzir o número de categorias e ainda sim abarcar satisfatoriamente a essência da discussão sobre a extensão universitária reduzi a 3 categorias, denominadas de finais, quais sejam:

- Concepção Ofertista;
- Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão;
- Articulação Universidade-Comunidade.

Não foi possível reduzir ainda mais o número de categorias, pois o processo de comunicação ficaria comprometido, haja vista a complexidade das categorias finais.

Na figura abaixo foi estruturado o processo de categorização nos seus diferentes níveis, incluídas as unidades de análise.

UNIDADES DE ANÁLISE			CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS	
P1-2008A P1-2008B P1-2008D P2-2008E P2-2009C P4-2009A	P1-2010A P1-2011D P3-2011A P4-2011A P4-2011B	P12-2011E P5-2012A P8-2012A P8-2012B P8-2012C	Divulgação do Conhecimento Científico-Tecnológico	Divulgação e Popularização da Ciência-Tecnologia	Concepção Ofertista	
P1-2008B P2-2008D P2-2008F	P6-2009B P2-2010A P1-2011A	P1-2011B P6-2011A	Conteúdos, Laboratório e Experimentação			
P2-2008B P2-2008C P2-2008E P2-2008F P2-2009C P5-2009A P6-2009A	P6-2009B P4-2010C P5-2010B P7-2010B P1-2011C P5-2011B P13-2011A	P16-2011A P17-2011A P17-2011B P18-2011C P18-2011D P6-2012B	Oferta de Cursos, palestras e oficinas	Formação Complementar		
P4-2008B P2-2009A P3-2009A P7-2009A P2-2010A P2-2010B	P7-2010B P10-2011A P17-2011A P18-2011A P18-2011C P2-2012A	P2-2012B P12-2012B P12-2012C P13-2012A P15-2012A	Treinamento / Capacitação para o Trabalho ou processo seletivo			
	P4-2008C		Avaliação da Ação de Extensão	Estrutura Universitária		Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão
	P3-2009B P6-2012A		Prestação de Serviço			
P1-2009A P1-2009B P2-2009C	P2-2011A P4-2011B P7-2011A	P18-2011A P5-2012A	Pesquisa Universitária			
P3-2008A P4-2008A P4-2008B P4-2008C	P5-2009A P5-2009B P6-2009A P1-2010B	P5-2010B P3-2011A P10-2011A	Propostas de Ensino			
P2-2011A P5-2010B P7-2011A P9-2011A	P6-2011A P6-2012B P9-2012A P10-2012A	P6-2011B P11-2012A P12-2012A P14-2012B	Currículo Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão			
P1-2008C P2-2009B P1-2010B	P2-2010C P5-2010A P8-2010B	P9-2010A P5-2011A P10-2012A	Troca de Conhecimentos / Saberes			
P1-2008C P1-2009A P1-2009B P2-2009C P3-2009B P1-2010B	P3-2010B P3-2010C P4-2010D P8-2010A P5-2011A P6-2011B	P12-2011E P17-2011B P7-2012A P8-2012A P12-2012B	Relação Universidade-sociedade			
P1-2008D P1-2009A	P7-2010A P9-2011A	P14-2012A	Papel Social da Universidade			
P2-2008A P2-2008B P2-2008F P3-2009B P3-2010A	P4-2010B P4-2010C P7-2010B P9-2010A	P9-2011A P12-2011A P12-2011B P13-2011A	Investigação de Demandas Sociais			
P3-2008A P4-2008*	P5-2009B P7-2010A	P12-2011D	Participação da Comunidade na Ação de Extensão			
	P4-2010A		Articulação com Movimentos Sociais e Populares			
P1-2008A P3-2010B P1-2011D	P12-2011C P18-2011B	P14-2012A P16-2012A	Transformações Sociais	Transformações Sociais		

Figura 5 – Processo de categorização.

c) Captando o novo emergente – comunicação: a proposta não tem por objetivo reproduzir os textos iniciais, mas sim tecer um novo escrito, denominado de metatexto, o qual estabelece com os textos originais uma relação de coerência.

Logo, as compreensões a partir desses originais configuram conhecimento novo e aferem a aprendizagem do pesquisador no processo investigativo.

O metatexto descritivo-interpretativo é construído em um processo de elementos auto-organizados, dotados de relação direta com os textos originais. A escrita desses inicia com a explicitação de relações entre as categorias. O pesquisador pode, também, escrever textos parciais para as categorias diferentes com vistas à estruturação do texto como um todo. É importante que o pesquisador tenha um distanciamento crítico na análise do corpus de modo a examiná-lo com mais intensidade e abrangência.

Moraes e Galiuzzi (2011, p. 123) apresentam a estrutura de um metatexto composta por uma tese geral e argumentos aglutinadores, na qual há um movimento que parte da tese geral, passa pelos referidos argumentos e retorna a ela. A tese geral perpassa todo o escrito e os argumentos aglutinadores, organizados em torno dela, estabelecem relações entre as categorias.

De modo geral um metatexto tem sua construção organizada em dois momentos, inter-relacionados entre si, que são o de interpretar e o de descrever. Este é responsável, segundo Moraes e Galiuzzi (2011, p.123), por apresentar os diferentes elementos que emergem do corpus, representados pelas categorias construídas. Enquanto na interpretação há interlocução com a literatura. Tanto as contribuições teóricas quanto as interlocuções empíricas (citações dos textos originais no metatexto) contribuem para a validação dos resultados da pesquisa Moraes e Galiuzzi (2011, p.126).

As novas compreensões expressas nessa etapa, oriundas do trabalho intuitivo e reiterativo, no qual não há previsão de resultados antecipados, são facilitadas pelo estabelecimento de pontes e relações entre as unidades de base. Segundo Moraes (2003), “chegar a esses argumentos novos e originais, não é apenas um exercício de síntese. Constitui-se muito mais em momento de inspiração e intuição resultante da impregnação intensa no fenômeno investigado.”

Desse modo, a tese geral neste trabalho perpassa a interação construída, por meio da extensão, entre a UNIPAMPA e seu contexto social. Os argumentos aglutinadores estão apoiados nas discussões produzidas nas categorias e o conjunto de escritos desde a discussão dos resultados até as considerações (não) finais compõem o metatexto desta pesquisa.

Da análise dos 57 projetos de extensão, da UNIPAMPA Campus Alegrete, foi possível identificar que 38 deles (67%) foram auto-identificados como cursos, palestras e eventos, enquanto que os demais ficaram distribuídos entre projetos (12), oficinas (3), exposições (2) e prestação de serviços (2). O gráfico abaixo ilustra a distribuição das ações de extensão nas modalidades desenvolvidas.

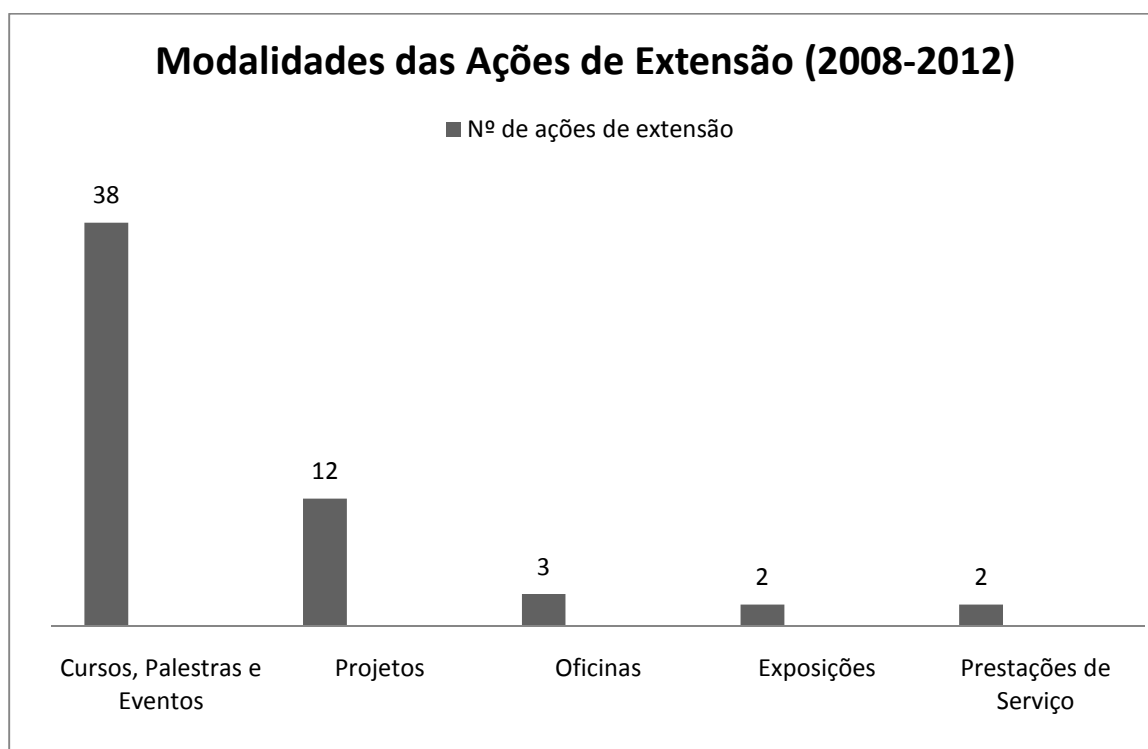


Figura 6 – Modalidades das ações de extensão.

Quanto às grandes áreas do conhecimento, segundo o CNPq, 24 projetos foram auto-identificados como Engenharia / Tecnologia (42%) e 15 como pertencentes às Ciências Exatas e da Terra (26%). No gráfico abaixo constam a distribuição detalhada dos projetos e as áreas indicadas por suas equipes. Coube destacar que em uma minuta foi indicada como área do conhecimento a “teoria de jogos”, a qual foi classificada como inexistente. Também mereceram destaque as 11 minutas sem identificação de área do conhecimento na submissão da proposta ao sistema de gestão de projetos.

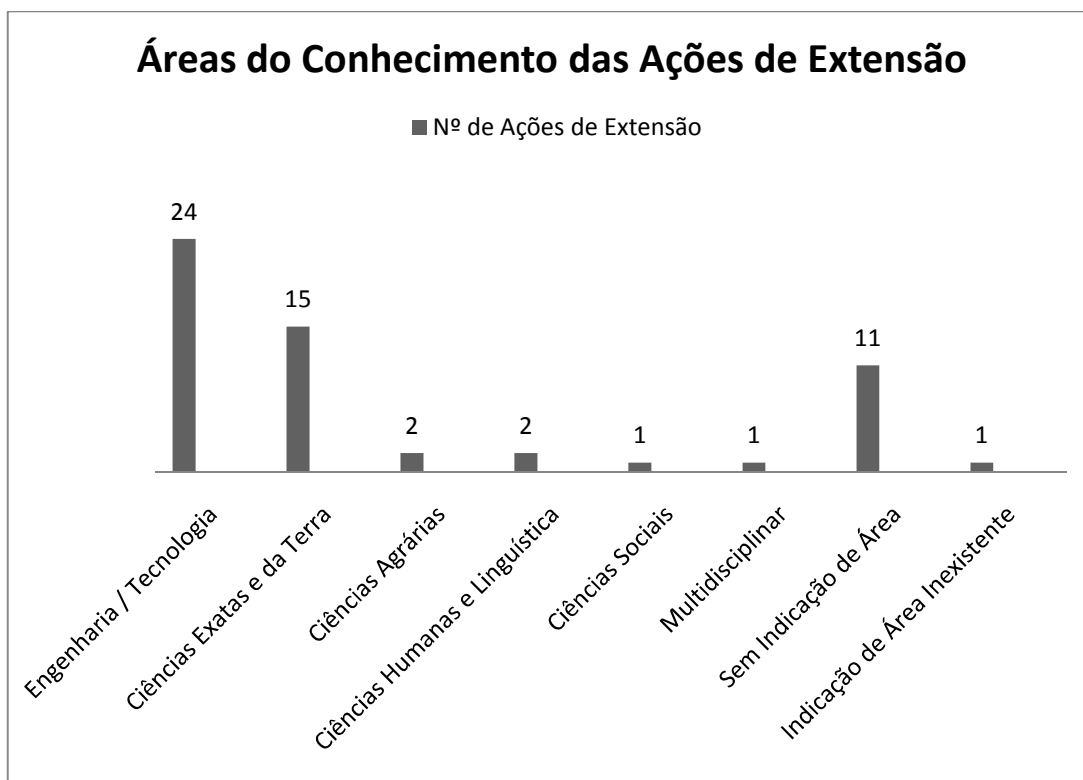


Figura 7 – Áreas do Conhecimento das ações de extensão.

Quanto às áreas temáticas da extensão as que mais foram indicadas nas minutas foram Educação, em 19 projetos (33%), e Tecnologia e Produção em 9 minutas (16%). Também apareceram trabalhos ligados às áreas de meio ambiente, comunicação, trabalho e cultura, conforme ilustração no gráfico a seguir. Em 6 projetos (11%), talvez por desconhecimento, as áreas temáticas indicadas não fazem parte das áreas da extensão. Foram classificadas pelas equipes dos projetos como áreas temáticas, por exemplo, energia, construção civil, engenharia agrícola, entre outras. Em 9 minutas (16%) não houve indicação de área temática. Tal aspecto permite inferir que há necessidade de promoção de espaços para discussão de política e organização da extensão universitária na UNIPAMPA Campus Alegrete. Tanto nas áreas do conhecimento, como nas áreas temáticas, foram consideradas para efeito das análises acima, apenas a primeira indicação, nos casos em que os projetos se auto-intitularam pertencentes a mais de uma área.

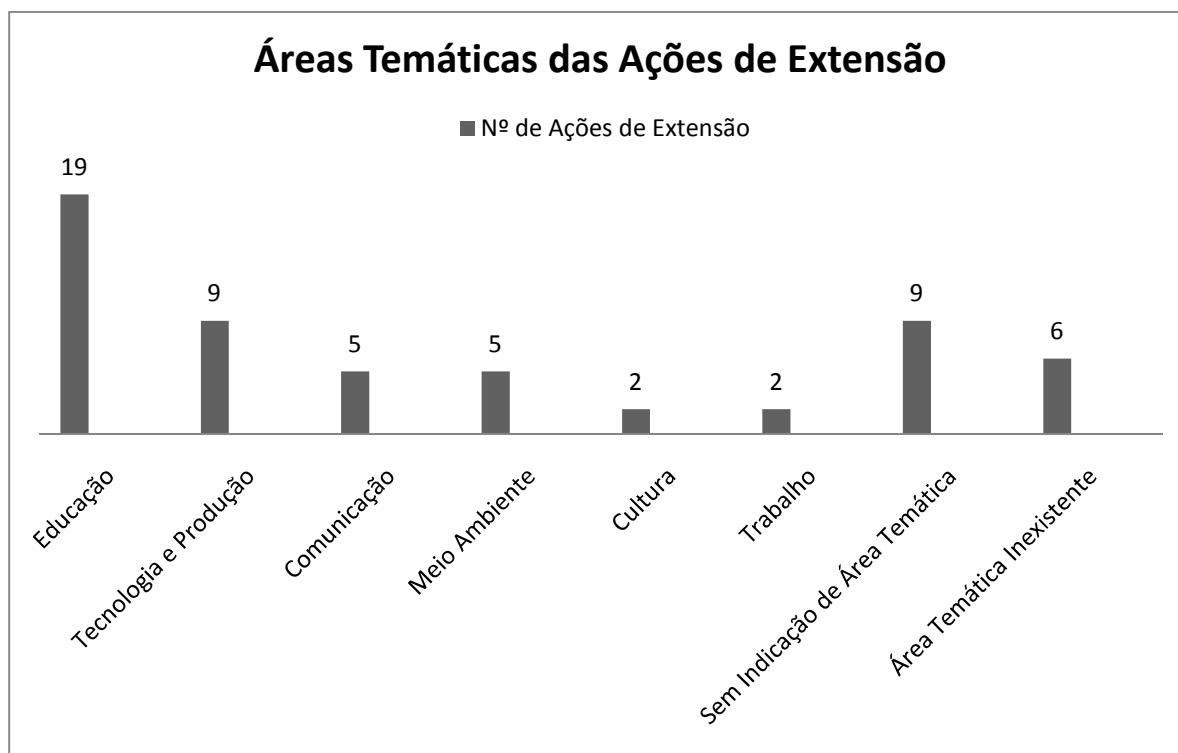


Figura 8 – Áreas Temáticas das ações de extensão.

No que se refere à abrangência dos projetos, 15 (26%) autodenominam-se regionais, enquanto 42 (74%) foram classificados como locais.

A respeito do público alvo 20, dos 57 projetos, foram abertos a estudantes de graduação. Alguns voltados exclusivamente à comunidade universitária. Do total de minutas, 22 contemplaram estudantes da Educação Básica e em 18 projetos os professores da Educação Básica compõem o público alvo em atividades de formação continuada.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa foram discutidos e sistematizados em três categorias inter-relacionadas, denominadas: Concepção Ofertista, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e Articulação Universidade-Comunidade.

4.1 Concepção Ofertista

A presente pesquisa amplia e redimensiona o trabalho realizado por Roso, Dalmolin e Auler (2011), os quais analisaram projetos de extensão da UNIPAMPA Campus Alegrete, de 2008 a 2010. Na ocasião, com distinto problema de pesquisa, os autores não identificaram no corpus analisado a existência de projetos definidos a partir de investigações junto à sociedade, apenas projetos definidos unilateralmente pelas equipes. Foram identificadas duas tendências nos projetos definidos unilateralmente por suas equipes, que são: totalmente ofertista e diálogo posterior²⁶. Nessa categoria problematizo a concepção ofertista associada à extensão universitária na UNIPAMPA Campus Alegrete.

Em termos de encaminhamentos vigentes, recorri ao FORPROEX para discutir o conceito de extensão universitária pactuado pelas universidades públicas brasileiras. A Política Nacional a conceitua com a seguinte redação:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15).

Embora a redação do conceito possa sugerir o entendimento de que a superação da concepção ofertista associada à extensão universitária seja uma realidade nas instituições, salvo casos isolados, ainda constitui um desafio latente.

Na UNIPAMPA Campus Alegrete, como já destacado por Roso, Dalmolin e Auler (2011), não é diferente. No corpus de análise da presente pesquisa identifiquei elementos que conferem caráter ofertista à parcela significativa dos projetos. Das 57 minutas analisadas, 31 apresentaram de forma explícita, em maior ou menor intensidade, elementos com características ofertistas e estão representadas nas 61 unidades de análise que contribuíram para a construção desta categoria. Nesse processo investigativo constatei a presença de três tendências, inter-relacionadas, representativas do caráter ofertista da maioria dos projetos, que são: oferta de conhecimentos com foco na divulgação/difusão da Ciência-Tecnologia, oferta de conhecimentos com foco em cursos e treinamentos e oferta ajustada por demandas sociais.

²⁶Embora existam elementos que confirmam caráter ofertista aos projetos eles prevêm diálogos posteriores com a sociedade a fim de ajustar novos projetos às demandas sociais.

A primeira tendência, oferta de conhecimentos com foco na divulgação/difusão da Ciência-Tecnologia, reduziu a extensão universitária à difusão, divulgação e popularização da CT produzida na universidade, em movimentos unidirecionais – da universidade para a sociedade – tendo como pano de fundo a neutralidade da CT, o determinismo tecnológico e a antialogicidade característica do educador bancário.

A unidade de significado abaixo (P2-2009C) destaca exemplarmente a concepção hegemônica (ofertista) sobre a extensão universitária. Esta foi reduzida a um pseudomecanismo de promoção do bem estar social e cujo funcionamento ocorre por meio da divulgação da CT produzida na universidade, mesmo não havendo relação com as demandas sociais. Segundo o projeto em questão:

A Extensão Universitária é um dos mecanismos de inserção dos resultados obtidos pela educação superior na sociedade. No caso das universidades públicas, a responsabilidade de que essa função seja desempenhada adequadamente é ainda maior, pois nesse caso, os resultados são esperados como retorno de um investimento feito pela sociedade, concorrendo até mesmo, com outros investimentos em serviços fundamentais como saúde, infra-estrutura e outros (P2-2009C).

Como já destacado por Dagnino (2010, p. 297), associado à extensão existe certa “consciência pesada” da universidade, que difunde por “obrigação”, os resultados de suas pesquisas como forma de retribuir algo à sociedade que a financia. A UNIPAMPA nasce com o compromisso do desenvolvimento regional, mas carece de cuidado o entendimento do projeto P1-2008, no qual:

[...] é obrigação da Universidade criar novos caminhos e novas ações que potencializem e desencadeiem o avanço tecnológico e cultural da região e do país. Uma destas ações é a difusão da ciência e da tecnologia junto às comunidades carentes de modo a fomentar o interesse e, assim, a participação efetiva dos jovens nas atividades universitárias, principalmente na área da tecnologia (P1-2008D).

Embora a instituição possua profissionais com formações acadêmicas diversas, é importante respeitar os saberes populares e tratar a extensão como um processo dialógico, de comunicação, no qual há participação social desde a definição da agenda de pesquisa até implementação de propostas de desenvolvimento sociocultural. A difusão do conhecimento, de modo bancário, não garante engajamento dos sujeitos, pois existem outras variáveis (sociais)

interagindo, como por exemplo, a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos (alimentação, saúde, educação, trabalho, etc.).

Outra questão importante é exposta pelo projeto P1-2011, que tem por objetivo “discutir o papel dos professores no ensino de método científico no ensino fundamental e médio (P1-2011B)”. Entendo que a Educação Básica não tem por objetivo formar cientistas, mas, entre outras questões, constituir cidadãos críticos e alfabetizados científica-tecnologicamente. Ainda, o mesmo projeto, no formato de evento, tem por objetivo promover para professores da Educação Básica:

[...] a habilidade de compreensão das ciências e dos fundamentos do método científico, a habilidade de aplicar de forma eficiente técnicas de observação, leitura, pesquisa e escrita científica e a atitude de assumir-se como um replicador destas técnicas na sua área de atuação. (P1-2011A).

A superação dos problemas educacionais passam, principalmente, pelo currículo e sua construção coletiva e democrática. Atribuir insucessos educacionais à ausência de racionalidade científica e postular a difusão do método científico consistem em retroceder na discussão de CT. A ação cientificista de descrição da realidade por meio do método científico, no qual as variáveis são controladas e os problemas possuem soluções ótimas (Superioridade do Modelo de Decisões Tecnocráticas²⁷), no contexto de absolutização da verdade, não se sustenta a partir de processos democráticos de desenvolvimento da CT. Para Dagnino (2007a, p. 25) “a imagem da ciência como uma atividade de indivíduos isolados em busca da verdade não coincide com a realidade social contemporânea”. A interdisciplinaridade é característica essencial nos principais grupos de pesquisa no século XXI. A Ciência-Tecnologia é uma atividade humana, e como tal, não é passível de isolamento de interferências sociais (determinismo tecnológico), questão que sinalizou à articulação Freire-PLACTS, a qual não se apoia na neutralidade da CT.

A discussão do método científico também se faz presente no projeto P6-2011, o qual entende que:

O ensino atual da Física carece de uma maior vivência do método científico: a observação, a indução e a experimentação aplicada à realidade que cerca o ambiente do aluno. Esse distanciamento do ensino ao universo do aluno, muitas vezes o desestimula no processo de aprendizado acarretando em altos índices de reprovação e de evasão escolar (P6-2011A).

²⁷ Auler (2002).

Discordo da referida afirmação e entendo o a questão do Ensino de Física não pode ser tratada isoladamente em sua área, pois os problemas contemporâneos são interdisciplinares. O pano de fundo dos altos índices de reprovação e evasão está ligado ao currículo vigente. A problematização do mundo vivido dos estudantes é um elemento que necessariamente precisa estar contemplado no currículo, de acordo com suas intencionalidades. A experimentação é um recurso didático importante no atual Ensino de Física, mas não o único, tampouco seu alicerce tem apoio na busca por verdades absolutas.

Os termos, utilizados nos projetos, divulgar e difundir a CT são representativos de um contexto de passividade, de discurso bancário da extensão ao invés do diálogo característico do processo de comunicação-intenção. A defesa do método científico tanto na Educação Básica, quanto Superior, ratificou o apoio dessas construções (projetos) no contexto de neutralidade da CT e determinismo tecnológico.

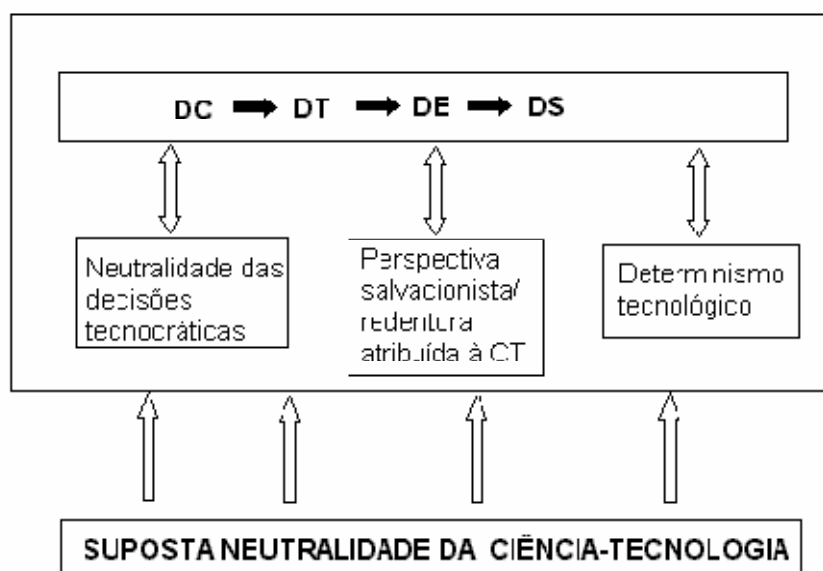


Figura 9 – Compreensão pouco crítica sobre as interações entre CTS (AULER e DELIZOICOV, 2006, p. 6).

Nesta figura o modelo tradicional/linear de progresso apoia-se em três construções históricas, consideradas mitos, que são sustentadas pela suposta

neutralidade da Ciência-Tecnologia. Os referidos mitos são a superioridade do modelo de decisões tecnocráticas, perspectiva salvacionista da CT e o determinismo tecnológico. Segundo Auler (2007, p. 11), o primeiro, pressupõe que as decisões do tecnocrata são neutras, que este especialista está preparado para encontrar a solução “ótima” de cada problema e que estas pessoas “iluminadas”, detentoras de alguma forma de conhecimento, devem governar a sociedade e assim definir as políticas que lhes são pertinentes.

A perspectiva salvacionista/redentora atribuída à CT condiciona a felicidade dos seres humanos ao desenvolvimento de mais CT, o que por sua vez, levaria à resolução de todos os problemas atuais e também dos novos que vierem a surgir. Quanto ao determinismo tecnológico, a mudança social figura como consequência linear da mudança tecnológica, na qual esta tecnologia coloca-se em posição de independência e autonomia em relação às influências sociais.

Assim como a anterior, a segunda tendência, oferta de conhecimentos com foco em cursos e treinamentos, é totalmente ofertista²⁸ e versa sobre uma extensão universitária efetivamente apoiada na educação bancária.

Segundo P2-2008E a universidade leva às “escolas públicas o conhecimento de informática através de palestras, cursos e mini-cursos, ”que podem ser realizados em ambas as instituições. Não posso negar que as escolas de Alegrete demandam de apoio na área de Tecnologias de Informação e Comunicação, porém a crítica esteve na forma como a extensão foi posta, no tratamento dado ao processo de construção do conhecimento, apoiado na concepção bancária da educação. Desse modo, para Freire (2006), na extensão como transmissão, o extensionista, sujeito ativo do processo, transmite seus conhecimentos e técnicas ao seu público com o propósito de “modernizar” sua prática, enquanto estes passivamente figuram como ouvintes do discurso.

O projeto P17-2011 oferta a estudantes e profissionais cursos de mecânica básica, os quais “têm como objetivo transferir através da extensão a experiência dos docentes e técnicos, ao mesmo tempo em que proporciona uma atividade de ensino aos alunos do curso de engenharia mecânica (P17-2011B)”. A extensão neste contexto não é um ato educativo, mas apenas um elemento de transferência de conhecimentos de sujeitos que se julgam sabedores (superiores) para aqueles que

²⁸Tendência identificada por Roso, Dalmolin e Auler (2011).

nada sabem (inferiores), cujo conteúdo do discurso é escolhido por quem fica “além do muro”, o extensionista.

Quanto à relação ensino-pesquisa-extensão a concepção hegemônica prevalece. Para P18-2011D “a idéia básica é que as atividades cotidianas da Unipampa que envolvem ensino e pesquisa sejam estendidas à escolas do ensino fundamental.” Assim como o projeto anterior, no P12-2011 a extensão é o meio de levar à comunidade o fazer universitário, principalmente no campo da pesquisa. Segundo ela:

A extensão e o ensino permeiam as ações deste projeto na aplicação direta de conhecimentos vistos em sala de aula, e transferência à comunidade dos frutos desta aplicação, o que deve se refletir diretamente na qualidade de vida dos componentes desta comunidade (P12-2011E).

Enquanto o P5-2011B o tem por objetivo “ofertar práticas na área da construção civil”, o P18-2011C objetiva motivar e orientar professores e estudantes da Educação Básica quanto às oportunidades da vida acadêmica (na universidade). Para os estudantes as possibilidades da formação em nível superior e para os professores capacitação para o uso de tecnologias de informação e comunicação na educação. No entanto, ao concordar com o caráter intrínseco da motivação defendido por Freire e Shor (2003, p.15), cabe crítica à possibilidade de motivar outras pessoas, quando estas não querem algo. Estes autores não entendem “o processo de motivação fora da prática, antes da prática. O estudante se motiva à medida que estuda e vice-versa. Sua motivação está ligada à sua curiosidade que se torna epistemológica na medida em que os estudantes assumem seu papel de sujeitos e buscam a compreensão/intervenção da realidade. Para P18-2011A, o projeto tem potencial de “qualificar para realização de pesquisa e desenvolver a curiosidade científica.” No entanto, considerando que o querer conhecer antecede o ato de conhecer, entendo que a curiosidade de educadores e educandos é resultado da problematização do mundo vivido e que a indagação, a busca e a pesquisa fazem parte da natureza da prática docente (FREIRE, 2002, p.14).

Outra questão que emerge do corpus é o foco dos projetos de extensão com treinamentos. A palavra treinar é semanticamente carregada por sua vinculação com adestramentos. Reduzir o ser humano a condição de adestrável é negar sua capacidade de compreender/transformar o mundo vivido. Os projetos ofereceram

“treinamento gratuito para professores da área de Matemática de escolas públicas e privadas sobre conteúdos de Matemática do Ensino Médio (P2-2010A)”. Aos estudantes foram ofertados treinamentos para a Olimpíada Brasileira de Informática com objetivo de motivá-los a gostar das áreas tecnológica e ciências exatas (P7-2009A) e também, treinamento na utilização do editor de textos látex (P10-2011A). Aos profissionais e estudantes da área de eletricidade foram oferecidos treinamentos com vistas à qualificação profissional, a partir das normas regulamentadoras.

Para Paulo Freire a transformação na educação não pode ser reduzida a uma questão de métodos e técnicas, de substituir algumas metodologias por outras mais modernas, de ensinar conteúdos mecanicamente transmitidos por educadores e currículos neutros, mas passa pelo estabelecimento de outra relação entre conhecimento e sociedade. Segundo Freire (1992):

A tarefa da educadora ou do educador seria demasiado fácil se se reduzisse ao ensino de conteúdos que nem sequer precisariam de ser tratados assepticamente e assepticamente “transmitidos” aos educandos, porque, enquanto conteúdos de uma ciência neutra, já eram em si assépticos. O educador neste caso não tinha por que, ao menos, se preocupar ou se esforçar por ser decente, ético, a não ser quanto à sua capacitação. Sujeito de uma prática neutra não tinha outra coisa a fazer senão “transferir conhecimento” também neutro. (p. 40)

Além de ofertar cursos e treinamentos, a extensão na UNIPAMPA Campus Alegrete também objetivou conscientizar pessoas. O projeto P15-2012A propôs sensibilizar, conscientizar e capacitar toda a comunidade acadêmica sobre a “implantação de ações de planejamento, programação, execução, gestão e avaliação de ações que combatam o desperdício de energia e de água, promovendo os seus usos eficientes e racionais.” Já o P8-2012A buscou “conscientizar e difundir junto aos polos educacionais²⁹ rurais de ensino médio das potencialidades de exploração dos recursos energéticos renováveis existentes em suas comunidades e propriedades rurais.” Este mesmo projeto também propõe:

Criar uma rede social aberta que permita difundir o conhecimento e a prática gerada, viabilizando a sensibilização, a conscientização e a difusão da importância da preservação e do resgate ambiental através da correta utilização dos recursos energéticos naturais (P8-2012B).

²⁹ Escolas rurais de Alegrete e suas comunidades.

Novamente emergiram questões relacionadas à tendência anterior, como a difusão de conhecimentos e práticas construídas no âmbito universitário, mas com o propósito de conscientização quanto ao uso dos recursos energéticos. Reconheço o mérito da discussão sobre a temática da eficiência energética, mas critico a ausência de elementos, nos projetos, que indiquem a articulação com demandas sociais. Bem verdade que há acertos em propor projetos sem a investigação prévia das demandas da comunidade, mas as chances de insucessos são muito elevadas.

Outro ponto a ser destacado é a impossibilidade de conscientizar os outros. As pessoas se conscientizam na medida em que assumem a postura de sujeitos da práxis, comprometidos com a transformação social. Para Freire (1992) “a conscientização não pode parar na etapa do desvelamento da realidade. A sua autenticidade se dá quando a prática do desvelamento da realidade constitui uma unidade dinâmica e dialética com a prática da transformação da realidade (p. 53).”

Por fim a perspectiva ofertista associada à extensão universitária “coisifica” o ser humano e o nega como um ser de transformação do mundo, da formação e constituição do conhecimento autêntico (FREIRE, 2006, p. 23). O extensionista ao estender seus métodos e técnicas às comunidades abdica da situação gnosiológica, de uma postura dialógica e comunicativa. Tal equívoco gnosiológico está relacionado com a impossibilidade de construção de diálogo entre invasor e invadido, ou seja, barreiras que pode ser tanto de ordem histórico-cultural quanto natural. A extensão ofertista tem viés de invasão cultural. Esta ocorre quando o extensionista leva conteúdos que refletem sua visão do mundo e que se superpõe à daqueles que passivamente recebem (FREIRE, 2006, p. 22).

Nesse contexto de invasão cultural, o conteúdo do discurso do invasor não dialoga com o mundo vivido dos invadidos. Em comparação com o trabalho de Dagnino (2010), acerca da extensão universitária, é comum a prática de estender resultados de pesquisa à comunidade. No entanto, se as pesquisas forem vinculadas às agendas de outros países, principalmente no hemisfério norte, não haverá transformação. Mesmo que tais pesquisas sejam representativas em seus contextos, não significa que serão adaptáveis a qualquer contexto.

Cabe destacar também que esse processo de invasão, onde o extensionista domestica o camponês, implica em um lento processo de codificação e privatização do conhecimento, que por obra do desenvolvimento capitalista, passa, naturalizado,

das mãos do indivíduo (camponês) para o setor privado conforme aponta Dagnino (2010, p. 302). Como exemplo da nossa recente história agrícola estão os produtos transgênicos, que por meio de uma propaganda venderam ilusões aos agricultores com promessas de elevação de ganhos e do término da fome no mundo, deixando-os a mercê das multinacionais para o fornecimento de sementes e insumos.

O equívoco gnosiológico está relacionado com o que Dagnino (2010, p. 318) definiu como falta de um sinal de relevância emitido pela sociedade à comunidade de pesquisa no sentido de expor suas demandas, o que lhes é relevante neste momento histórico.

A terceira tendência, oferta ajustada por demandas sociais, é a potencialmente mais significativa desta categoria, no entanto, também a mais tímida. Apenas 5 (cinco) projetos fizeram algum tipo de referência às demandas sociais. Essa tendência faz parte do grupo de projetos que apresentaram características ofertistas, pois, embora existam citações de ajuste de cursos às demandas, não há detalhes de como ocorreu a identificação de tais demandas. Por exemplo, se nasceu em conversa informal com membros da comunidade, se são resultados de projeto anterior, entre outras possibilidades.

O projeto P2-2008 propõe “cursos de informática de acordo com o cenário e as demandas das escolas (P2-2008B).” A investigação e o ajuste das necessidades das escolas, em termos de cursos de informática, é uma etapa do projeto P2-2008. Ao passo em que este projeto articulou brilhantemente a investigação das necessidades das escolas, também apresentou elementos da concepção bancária da educação, pois, conforme P2-2008E, a universidade (dos que sabem) levou às escolas públicas (dos que “nada sabem”) o conhecimento de informática através de palestras, cursos e mini-cursos.

Segundo o P4-2011A seu objetivo foi “resgatar e divulgar a história e a cultura Alegretense por meio de produção de material on-line (PortalWeb).” É de extrema importância o resgate e socialização da cultura e da história local, para que os projetos de extensão futuros possam considerar e problematizar processos ligados à constituição da comunidade de Alegrete, seus movimentos sociais e populares, suas lideranças, as desigualdades construídas, entre outras questões.

O P5-2012A buscou realizar um diagnóstico energético no município e, embora tenha apresentado ainda a extensão como uma forma de difusão de

resultados do trabalho na universidade, sinaliza para a articulação ensino-pesquisa-extensão ao esperar que, associado ao projeto, seja desenvolvido pelos estudantes ao menos um Trabalho de Conclusão de Curso.

Enquanto o P7-2010B ofertou cursos de trabalho em construção civil a estudantes, apenados, da modalidade Educação de Jovens e Adultos, o P13-2011A desenvolveu um projeto de Formação Continuada de Professores da Rede Pública Municipal. Ambos sinalizaram a existência de estudos de demandas anteriores, mas nas minutas dos projetos não há nenhuma indicação espaço-temporal e metodológica desse processo de investigação de demandas que justificariam a execução de tais projetos.

Por fim, o projeto P4-2010 foi o único que apresentou articulação com movimentos sociais. Fez parte da equipe do projeto um representante da União das Associações de Bairros de Alegrete (UABA). O projeto teve por objetivos “oferecer cursos, mediante demanda, que promovam a autonomia na utilização de tecnologias da informação e da comunicação aos moradores da Vila Piola(P4-2010C).” Mesmo com potencialidades de articulação universidade-comunidade o desenvolvimento deste projeto foi comprometido pela saída do coordenador da UNIPAMPA para outra instituição. E também não apresentou detalhes do processo de investigação das demandas. Apenas foi possível constatar que a investigação das demandas era parte integrante do projeto.

Portanto, os projetos de extensão da UNIPAMPA Campus Alegrete apresentaram características ofertistas, representadas pelas três tendências identificadas na análise do corpus. Como síntese da presente categoria, apresento o esquema abaixo.

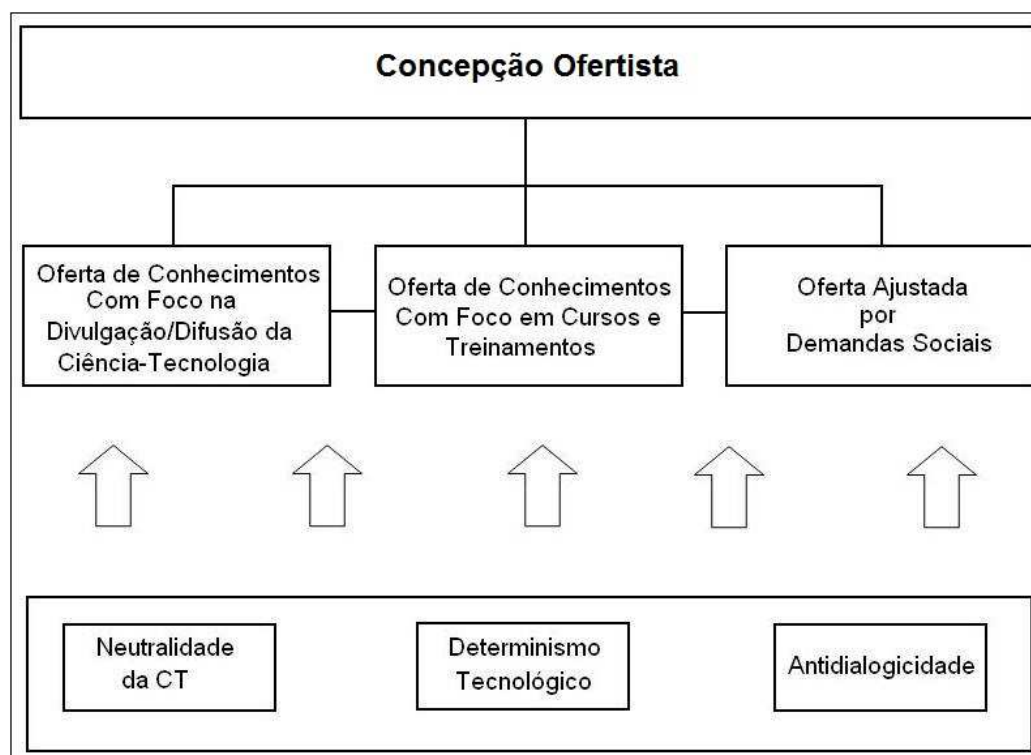


Figura 10 – Concepção ofertista associada à Extensão Universitária.

Os projetos de extensão da UNIPAMPA Campus Alegrete ratificaram a concepção hegemônica, ofertista, associada à extensão. A partir da análise das minutas dos projetos foi possível identificar três tendências, inter-relacionadas, denominadas: oferta de conhecimentos com foco na divulgação/difusão da Ciência-Tecnologia, oferta de conhecimentos com foco em cursos e treinamentos e oferta ajustada por demandas sociais. Essa concepção ofertista e suas tendências estão apoiadas principalmente na neutralidade da CT, no determinismo tecnológico e na antidialogicidade do educador bancário na universidade.

4.2 Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

No início dos anos de 1960, conforme (FORPOEX, 2006, p. 17), nasce, no seio do movimento estudantil brasileiro, uma extensão universitária preocupada com os problemas sociais, que embora assistencialista, buscou estabelecer outra relação

entre universidade e sociedade. Mais tarde com o golpe militar (em 1964) tais ideais progressistas foram silenciados ou adaptados a ideologia do desenvolvimento e segurança nacional do governo militar. Com a abertura à democracia, a criação do FORPROEX e a aprovação da Constituição Federal nos anos de 1980 a relação indissociável entre ensino-pesquisa-extensão se tornou um princípio constitucional e um entendimento que vigora a mais de 20 anos na Educação Superior. No entanto a consolidação desses construtos teóricos na prática universitária ainda é limitada a ações pontuais. Segundo Dagnino (2007b):

O modelo da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão foi o resultado de um movimento liderado pela esquerda num período de ascenso do pensamento crítico sobre a Universidade e de uma concessão das forças conservadoras que deixou a todos com a consciência relativamente em paz (p. 1).

A discussão dessa relação indissociável é, sem dúvida, uma questão contemporânea e complexa, principalmente no contexto em que a esquerda chega ao poder e não desenvolve os projetos anteriormente planejados.

A partir do corpus desta pesquisa, com a contribuição 33 unidades de análise, oriundas de 23 projetos, identifiquei condicionantes inter-relacionados que, em maior ou menor intensidade, dificultam uma articulação efetiva entre ensino-pesquisa-extensão. São eles: o caráter ofertista associado à extensão, a extensão no currículo e aspectos conceituais da extensão universitária. As discussões sobre a característica ofertista foram apoiadas na categoria anterior, denominada de concepção ofertista.

Com relação a tal concepção, são oferecidos à comunidade resultados de pesquisas que, muitas vezes, possuem escassa relação com as demandas sociais, apenas atuam como espécie de retribuição à sociedade do financiamento público das instituições mantidas pelo estado. Entre outros projetos, inclusive já discutidos na categoria anterior, lancei mão do P1-2009 para problematizar a relação da extensão com a pesquisa na universidade. Segundo ele, “o projeto se justifica pelo compromisso da nossa instituição em contribuir efetivamente no processo de formação dos graduandos, futuros engenheiros civis, e na divulgação de pesquisas e avanços tecnológicos à comunidade local (P1-2009B).” Segundo esta minuta a extensão é um mero instrumento de divulgação do conhecimento produzido na universidade, de modo bancário. Como definiu o P2-2009C “a Extensão Universitária

é um dos mecanismos de inserção dos resultados obtidos pela educação superior na sociedade.”

Logo, a necessidade de superação da concepção ofertista associada à extensão é defendida pelo FORPROEX, mas a prática universitária, em especial no caso das engenharias, é uma questão latente e carente de discussão/aprofundamento. Se a extensão for reduzida a divulgação e oferta de conhecimentos à sociedade, sem que esta possa participar da definição da agenda de pesquisa universitária, tal oferta pode construir um vazio de significados que negam a possibilidade de transformação social. Se não há relação com a realidade social não há curiosidade, tampouco motivação, apenas passividade.

Para Dagnino (2010, p. 297), a agenda de pesquisa brasileira “tende a ser conservadora e pouco relevante” em função da escassa relação com a realidade local e do caráter cientificista de uma ciência como verdade codificada na natureza, pronta a ser desvelada. Negar a possibilidade de participação social na construção da agenda é permitir a invasão cultural e a importação de tecnologias. A primeira apoiada na antialogicidade do educador bancário, que invade contextos sociais para modificá-los, modernizá-los, sem diálogo algum com os sujeitos destas localidades. A segunda, também próxima da denominada invasão cultural, se limita a trazer respostas de perguntas realizadas em outros contextos, inviabilizando a construção de tecnologias sociais efetivamente articuladas com as demandas sociais, locais.

Novaes (2012) elencou elementos fundamentais, que conferem relevância, às agendas universitárias.

Dentro dos critérios que conformariam a agenda de ensino, pesquisa e extensão, destacaríamos a formação de intelectuais completos, a busca do interesse público, a desmercantilização dos produtos ou serviços, a autogestão e a propriedade coletiva dos meios de produção (NOVAES, 2012, p. 285).

O segundo condicionante está relacionado com questões curriculares. Os currículos dos cursos de engenharia, em Alegrete, não estão organizados por problemas ou temas, mas por componentes curriculares isolados. O P4-2011B espera que os estudantes possam relacionar a experiência extensionista com as “disciplinas” trabalhadas ao longo de seus cursos. Este é o ônus de trabalhar com o currículo fragmentado, pois atribui aos estudantes, de modo propedêutico, a tarefa

de articular os conhecimentos e “fazer” a interdisciplinaridade em um currículo unidisciplinar.

Os currículos dos cursos de engenharia no país são organizados a partir das diretrizes curriculares nacionais voltadas a estes cursos, construídas pela Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE). Os egressos de cursos de engenharia, segundo Brasil (2002, p. 1), têm como perfil profissional a “formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias,” além de considerar “aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.”

Os cursos estão organizados em três núcleos (núcleo de conteúdos básicos, núcleo de conteúdos profissionalizantes e núcleo de conteúdos específicos), indicados pela legislação vigente, o que constitui um limitante na construção de propostas que valorizam as peculiaridades regionais, haja vista que a composição dos núcleos não é aberta, são elencados³⁰ 15 tópicos para o núcleo de conteúdos básicos, além de uma lista para os conteúdos profissionalizantes, dos quais são definidos os específicos. Na UNIPAMPA Campus Alegrete os cursos estão organizados segundo a legislação. No entanto a Resolução nº 11 do CNE/CES (BRASIL, 2002) propõe que sejam reduzidas as atividades em sala de aula em prol de “trabalhos de iniciação científica, projetos multidisciplinares, visitas teóricas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras.” A extensão universitária sequer foi lembrada no documento, mas o “mantra” do empreendedorismo não ficou de fora!

A extensão também é vista em alguns projetos como atividade complementar à formação dos estudantes. De fato também é, mas não em ações internas da instituição, que não dialogam com a comunidade local, como por exemplo, “ofertar aos estudantes uma formação universitária complementar as atividades específicas ministradas pelos cursos (P5-2009A)”. E também um “treinamento dos alunos envolvidos no projeto na utilização do editor de textos látex (P10-2011A).” Essa redução da extensão a atividades de ensino de graduação distantes do mundo

³⁰ Metodologia Científica e Tecnológica; Comunicação e Expressão; Informática; Expressão Gráfica; Matemática; Física; Fenômenos de Transporte; Mecânica dos Sólidos; Eletricidade Aplicada; Química; Ciência e Tecnologia dos Materiais; Administração; Economia; Ciências do Ambiente; Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania.

vivido pouco acrescenta à formação humanística do estudante, tampouco para a transformação social. Estas duas questões fazem parte das cinco diretrizes³¹ que orientam a Extensão, segundo a política nacional vigente.

Uma sinalização importante que surgiu do corpus foi a articulação de projetos de extensão com o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso (TCC). Segundo (P10-2012),

O projeto é espaço de formação para acadêmicos da UNIPAMPA, que têm a oportunidade de compartilhar conhecimentos que pertencem ao seu fazer cotidiano na Universidade. Neste ano, em particular, possui um trabalho de conclusão de curso associado ao seu desenvolvimento, que investiga a qualidade no uso de objetos de aprendizagem (P10-2012A).

O projeto P11-2012 apresentou sua expectativa de que possam surgir trabalhos de conclusão de curso vinculados a ele. Outro projeto que alimenta expectativas com relação aos TCC's é o P5-2012, o qual espera “que a participação ativa de alunos de graduação como extensionistas resulte em no mínimo um Trabalho de Conclusão de Curso e publicações em congressos e seminários (P5-2012A).”

Uma questão fundamental, porém complexa, que precisa ser aprofundada na Extensão da UNIPAMPA Alegrete é a discussão sobre avaliação³². Os projetos apresentam de modo muito tímido e pouco claro os mecanismos de avaliação dos mesmos. Quando há, são propostas ditas tradicionais, como destaque no P4-2008. “Será realizada uma avaliação escrita individual sem consulta, no término do curso. O aluno que obtiver nota maior ou igual a 7,0 e no mínimo 75% de frequência estará aprovado (P4-2008C).”

O currículo é questão central na universidade, principalmente para a construção da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, pois ele articula as áreas acadêmica, administrativa e a relação com a comunidade. Segundo (FORPROEX, 2006, p. 46) o currículo é entendido como um processo não-linear e um “espaço de produção coletiva e ação crítica.” Para Moreira e Silva (2005),

³¹ Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

³² Foi organizado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura um curso sobre avaliação da extensão no primeiro semestre de 2013, com vistas à formação de extensionistas, multiplicadores.

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais. (MOREIRA e SILVA 2005, p. 7-8)

As intencionalidades do currículo podem sinalizar, entre outras questões, para o desenvolvimento de processos de identificação de demandas sociais e de uma instituição efetivamente comprometida com a transformação social. O projeto P9-2011 propôs um momento inicial de levantamento e conhecimento da realidade local dentro do próprio projeto. O P2-2011, embora apresentasse equívocos no tratamento da relação entre pesquisa e extensão e no conceito de currículo, sintetizou de modo muito feliz possibilidades de articulação ensino-pesquisa-extensão.

O ensino, ao contrário, é limitado por um currículo, exige uma restrição. Já a proposição desta pesquisa como extensão, a universidade entra em contato com os problemas da comunidade, promove estudos em busca da solução destes problemas e propõe e/ou, até mesmo, participa da resolução dos problemas (P2-2011A).

Segundo P5-2009B é importante conhecer a história, tradições e cultura local para estabelecer sentimentos de respeito e preservação do patrimônio cultural. Corroboro as afirmativas e entendo que conhecer a realidade local e propiciar espaços de efetiva participação social, principalmente na construção do currículo e, por conseguinte, da agenda de pesquisa, é o caminho para a construção coletiva de uma indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão com relevância de caráter eminentemente social.

Desse modo a institucionalização da extensão, defendida pelo FORPROEX, se consolida como fundamental na construção de articulação mais sólida entre universidade-comunidade. A defesa de espaços mais significativos para a extensão, no currículo, consiste em ir além do simples aproveitamento como Atividades Complementares de Graduação (ACG), pois estas são flexíveis e podem ser preenchidas apenas com atividades de pesquisa, privando os estudantes do enriquecimento que a extensão pode agregar à sua formação. Figura como fundamental avançar na discussão curricular, pois o espaço da extensão no currículo está vinculado às intencionalidades deste, a que modelo de sociedade a

universidade fomenta, por exemplo, se pautada pelo consumismo ou pela sustentabilidade.

O terceiro condicionante identificado, aspectos conceituais da extensão universitária, está relacionado com a superação da dicotomia teoria-prática, da dificuldade de compreensão e implementação do significado de uma extensão universitária comprometida com a transformação social.

Segundo a política nacional vigente, a Extensão Universitária é um processo “interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 15)”, com relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Os projetos P10-2011, P4-2008 e P3-2008 propõem cursos para complementar a formação dos estudantes, logo voltados à comunidade universitária. Desse modo, um projeto que não dialoga com a comunidade que está “além dos muros” da academia seguramente não é de extensão. Também não é extensão aquele projeto que não possui um viés de pesquisa. Para Freire (2002) não existe ensino sem pesquisa, nem pesquisa sem ensino. No entanto o P3-2011 define que “este é um projeto de extensão, com o objetivo de divulgar a ciência e tecnologia, sem fins de pesquisa. Entretanto, as atividades estão diretamente relacionadas ao ensino (P3-2011A).” Já o P9-2012A tem por objetivo “estimular a busca por novos conhecimentos e experiências sociais, sem fins de pesquisa.”

Para melhor entender a extensão, recorri às cinco diretrizes que orientam a formulação e implementação das ações de extensão universitária, segundo a Política Nacional vigente (FORPROEX, 2012).

a) **Interação Dialógica:** está orientada nas relações universidade-comunidade com vistas à superação do discurso hegemônico, no qual a academia estende à sociedade o conhecimento produzido/acumulado, para engajar-se na superação das desigualdades e da exclusão social.

b) **Interdisciplinaridade e interprofissionalidade:** esta diretriz busca conferir consistência teórica e operacional por meio da mescla entre especialização e complexidade, inerentes às comunidades e grupos sociais, sem dicotomizá-las.

c) **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão:** é um princípio constitucional, o qual sinaliza para a ampliação dos espaços educativos para além das salas de aulas, para novas possibilidades na relação professor-estudante, além

de múltiplas possibilidades de articulação universidade-comunidade. Merece destaque duas proposições desta diretriz, que são: a incorporação da EU em programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e o desenvolvimento da produção acadêmica a partir de ações de extensão.

d) Impacto na Formação do Estudante: esta diretriz visa à qualificação da formação do estudante por meio das ações de Extensão apoiadas em currículos mais flexíveis e pela sua valorização manifestada na integralização de créditos oriundos de tais ações.

e) Impacto e Transformação Social: esta diretriz ressalta o caráter político da EU, além de sinalizar que a mudança não é só da sociedade, mas também da universidade, pois ela está imersa no tecido social.

Outra questão ligada a aspectos conceituais que emergiu do corpus foi a dificuldade de interpretação e transposição da teoria para a prática na extensão, principalmente na relação indissociável ensino-pesquisa-extensão. O projeto P12-2012 entende que: “obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão este projeto pretende integrar alunos e professores do ensino ao ambiente universitário; ambiente onde as três áreas atuam em conjunto P12-2012A. "Ele afirma a existência de tal relação na universidade, o que é passível de discussão, mas a apresenta de forma confusa. Outro projeto que não apresentou de forma clara tal relação foi o P7-2011, para o qual:

A relação ensino, pesquisa e extensão, ficará evidenciada na participação de professores, técnicos especializados, assim como na utilização dos trabalhos produzidos e publicados pelos professores envolvidos na organização dos trabalhos. Outra forma de manifestar este enlace, é através da participação de alunos de graduação da instituição, na forma de estagiários, inserindo os mesmos na atividade de extensão e buscando estender a formação profissional para a prática agrícola (P7-2011A).

Neste projeto foi possível constatar elementos do caráter bancário e ofertista da extensão universitária pela relação vertical e antidialógica da universidade para com a sociedade. Também destaco a presença de elementos ligados a concepção de neutralidade da CT e a superioridade do modelo de decisões tecnocráticas, nas quais os tecnocratas, e suas decisões neutras, estão preparados para encontrar as soluções (ótimas) para os problemas que surgirem. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão inexistente na ausência de diálogo com os atores sociais que se encontram “além dos muros” universitários.

A dificuldade de implementar essa relação indissociável também se fez presente na UNIPAMPA. Desse modo sintetizei a presente categoria através do esquema abaixo.

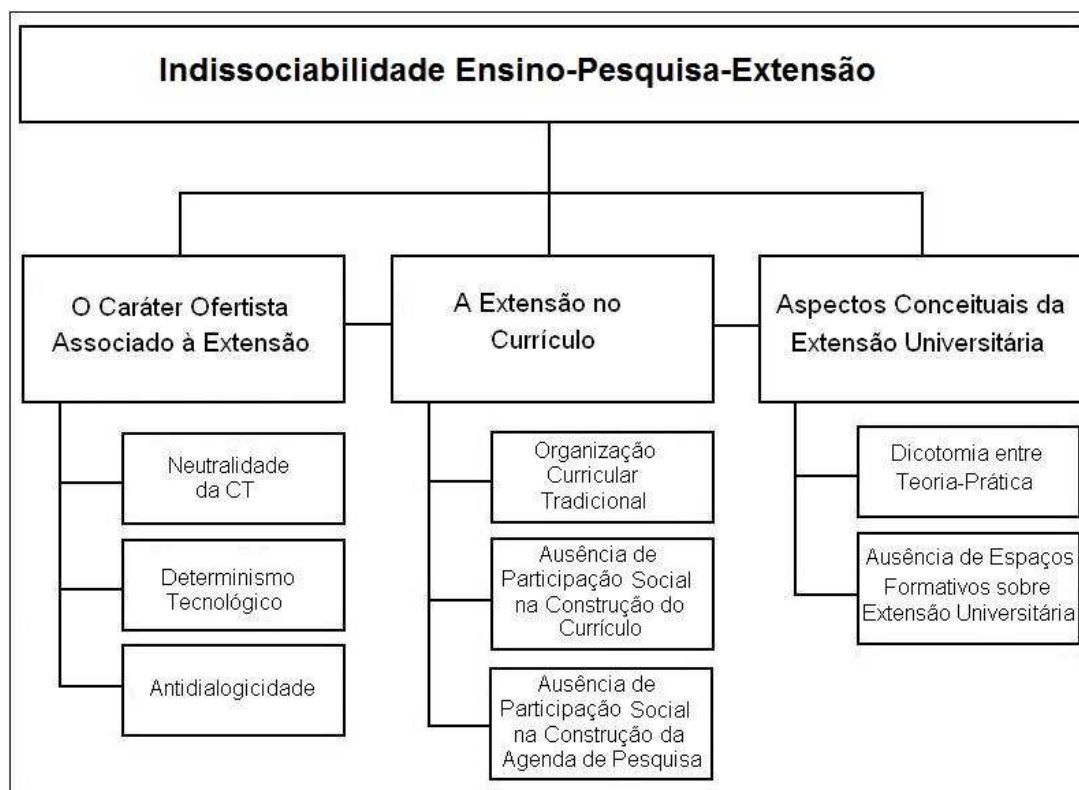


Figura 11 – Condicionantes de uma Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão mais Orgânica.

A construção de uma indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão efetivamente comprometida com a transformação social é um dos principais desafios, não só da UNIPAMPA, mas do conjunto das universidades públicas brasileiras. Desse modo, a partir da análise dos projetos de extensão identifiquei três condicionantes inter-relacionados que dificultam a construção de uma relação mais orgânica, viva, no diálogo universidade-comunidade. O primeiro é o caráter ofertista associado à extensão, apoiado na neutralidade da CT, no determinismo tecnológico e na antialogicidade.

O segundo, a extensão no currículo, esbarrou em organizações curriculares tradicionais que secundarizam, em detrimento da pesquisa, o espaço da extensão na formação dos estudantes. Também constituem obstáculos a serem superados, a

ausência de participação social na construção do currículo e da agenda de pesquisa da instituição. Quanto à agenda, explicitamente não existe, já o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) na UNIPAMPA, na prática, tem sua construção restrita aos docentes, pois ele é construído pelo Núcleo Docente Estruturante dos cursos juntamente com a Comissão do Curso (que, em geral, tem apenas duas pessoas não docentes), com apoio do NUDE (composto apenas de servidores técnicos administrativos). Desse modo a participação social inexistente.

O terceiro condicionante, denominado de aspectos conceituais da extensão universitária, versa sobre a necessidade de superar a dicotomia existente entre teoria-prática, pois na extensão há uma grande distância entre as sinalizações dos documentos oficiais e a prática desenvolvida, conforme foi possível identificar nos projetos analisados nesta pesquisa. Outra questão importante foi a ausência de espaços de discussão/aprofundamento na temática da extensão. Não cabe culpabilizar nem os servidores (docentes e técnicos) da universidade, nem os estudantes, tampouco os oprimidos da sociedade. Os obstáculos existentes são construções históricas, interessadas, que precisam ser superadas e a extensão universitária é fundamental na construção de outra relação (“para além do capital”)³³ entre universidade-comunidade.

4.3 Articulação Universidade-Comunidade

A articulação universidade-comunidade representa o cerne do trabalho na universidade, pois tal relação perpassa o currículo e o projeto institucional, que por sua vez requer o desenvolvimento de uma efetiva indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e a explicitação do modelo de sociedade na qual a instituição se insere e pretende edificar em conjunto com os demais atores sociais. Desse modo, a partir das 57 unidades de análise, oriundas de 30 projetos, presentes no corpus desta pesquisa, problematizei a questão na UNIPAMPA de posse da tipologia das “mentes” e “corações” (SILVA e DAGNINO, 2011).

³³ Segundo Novaes (2012).

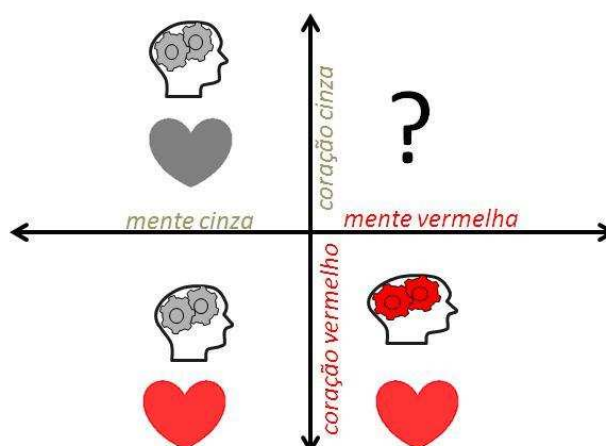


Figura 12– Tipologia das “mentes” e “corações”(SILVA e DAGNINO, 2011).

No canto superior esquerdo estão pessoas com “corações e mentes cinzas”, que, segundo Silva e Dagnino (2011), “são aqueles que se dedicam à formação de estudantes com a “mente cinza”. A cor dos corações dos estudantes aparentemente não os importa.” Eles se apoiam na neutralidade da CT e não permitem a interferência de ideologias, visões de mundo, interesses políticos ou econômicos, entre outros, na sua prática.

Na parte superior direita da figura, o ponto de interrogação indica que é pouco provável que, alguém que não deseja a mudança social, por estar satisfeito com o modelo de social vigente, possa questionar tal modelo e seu desenvolvimento de CT.

Na porção inferior direita estão os “corações e mentes vermelhos”, que são pessoas que almejam uma sociedade justa, igualitária e sustentável, que conscientes das possibilidades de transformação social, são coerentes em sua práxis e trabalham com tecnologias sociais em prol da mudança.

No canto inferior esquerdo estão aqueles com “corações vermelhos” e “mentes cinza”. Segundo Dagnino (2010, p. 304) a maioria dos “fazedores” de CT tem “coração vermelho” e a maioria destes possuem a “mente cinza”, pois não percebem que o conhecimento que possuem e difundem não é suficiente para construir a sociedade que desejam, apenas tendem a reproduzir a exclusão social.

Para Silva e Dagnino (2011) os de “coração vermelho e mente cinza” podem ser divididos em dois grupos: os que acreditam que uma CT com ética pode

construir a inclusão social e os que consideram que apenas uma revolução social pode fazer com que a CT convencional se converta em bem estar social. O primeiro grupo entende ser suficiente controlar, por meio da ética, o uso da CT (para o “bem” ou para o “mal”) e assim satisfazer as necessidades sociais. Para o segundo, a CT que oprime a sociedade precisa passar para as mãos dos trabalhadores para a construção da sociedade desejada pelos oprimidos.

Tais concepções sobre CT pouco contribuem para “avermelhar os corações” dos estudantes e promover diálogo sobre as variáveis políticas e ideológicas da CT. A falta de intervenção política do grande grupo (“corações vermelhos”), muito por conta de suas “mentes cinzas”, no desenvolvimento da CT não contribui para que os empreendimentos solidários e as Tecnologias Sociais sejam apropriadas pelo estado como políticas públicas.

Frente às provocações de Silva e Dagnino (2011) com a Tipologia das “mentes e corações”, das críticas de Novaes (2012) na relação universidade-movimentos sociais e pressupostos ligados à educação libertadora de Paulo Freire, discuto três sinalizações presentes no corpus da pesquisa, que podem ser associadas a processos de “avermelhamento” na articulação universidade-comunidade, na UNIPAMPA Campus Alegrete. São elas: extensão como troca de conhecimentos³⁴ entre universidade-comunidade, identificação de demandas sociais pela extensão e extensão e transformação social. Alguns projetos apresentaram, consciente ou inconscientemente, elementos totalmente ofertistas junto do reconhecimento da necessidade de construir uma relação mais próxima entre universidade-comunidade. Esta contradição justificou a denominação de sinalizações aos encaminhamentos que emergiram nesta categoria.

Com relação à primeira sinalização, extensão como troca de conhecimentos entre universidade-comunidade, destaco em meio à concepção hegemônica, ofertista, avanços na interação entre estes atores sociais pelas pontuais referências presentes nos projetos e, considerando as contradições presentes em alguns deles, entendo pertinente a discussão sobre as “mentes” que promovem tais trocas de conhecimentos.

³⁴O termo “troca de conhecimentos” não é coerente com pressupostos freireanos, mas ele se faz presente pela significativa presença nos projetos de extensão, muitas vezes com o intuito, mesmo que inconsciente, de estabelecer um diálogo entre universidade-comunidade.

O projeto P1-2008 sinaliza para a integração entre a UNIPAMPA e a comunidade para troca de conhecimentos, no entanto reduz a extensão à divulgação e difusão de conhecimento científico e tecnológico à comunidade. O P2-2009 buscou aproximar estudantes e profissionais egressos de cursos de engenharia e ciências da computação com vistas a promover um intercâmbio entre conhecimentos advindos da academia e resultantes da prática profissional, mas defende a extensão na perspectiva ofertista como mecanismo de inserção dos resultados obtidos pela universidade na sociedade. Outro exemplo é o P5-2011 que propôs a criação de “grupos de trabalhos que acompanham, dialoguem e orientem as parcerias entre as redes estaduais, municipais e federais (P5-2011A)”, o que é positivo, porém poucas linhas após objetiva ofertar práticas a professores da Educação de Jovens e Adultos, de modo antidialógico e sem indicação de investigação de tais demandas.

As minutas P3-2010, P5-2010, P9-2010 e P12-2012 discutiram aproximações, trocas de conhecimentos entre a universidade, principalmente graduandos, e a Educação Básica, com objetivo principal de capacitar³⁵ estudantes e professores. Tal aspecto mais valoriza o caráter ofertista da extensão do que propriamente a interação dialógica, constituída do diálogo entre os saberes acadêmicos e populares, na extensão universitária.

Os projetos P3-2009 e P7-2012 buscaram articulação com a prefeitura municipal de Alegrete. O primeiro objetivou uma articulação em prol da melhoria de obras de pavimentação, utilizando materiais de jazidas existentes no município. O segundo propôs a criação de um escritório modelo, em cooperação com a prefeitura municipal, para desenvolvimento de projetos para captação de recursos em editais federais, voltados à área social.

A sinalização da extensão como troca de conhecimentos entre universidade-comunidade ainda se apresentou imersa em contradições. Embora exista uma inegável necessidade de articulação universidade-comunidade, tais contradições me permitem inferir a existência de possíveis “mentes cinzas” na UNIPAMPA Campus Alegrete. As equipes dos projetos que contribuíram para esta sinalização possivelmente, além da “mente cinza”, possuem o “coração vermelho”, pois ao defender no mesmo projeto o caráter ofertista e o diálogo com a sociedade, ratificam o desejo de construir uma sociedade melhor, de promover o desenvolvimento da

³⁵Seriam eles Incapazes? Seguramente, não.

região (principal objetivo da UNIPAMPA), mas sua prática não contribui para edificar uma transformação social, democrática e libertadora. Apenas burocratiza a extensão e a trata como válvula de escape da “consciência pesada” da universidade na sua “obrigação” em retribuir algo à sociedade que a financia.

A segunda sinalização, denominada de identificação de demandas sociais pela extensão, ainda se apresentou como borrões no horizonte da articulação universidade-comunidade. Dos seis projetos que apresentaram algum indicativo de investigação de demandas, quatro foram ações vinculadas a escolas de Alegrete. Um trata de infra-estrutura e outro de inclusão digital em um bairro da cidade.

Segundo P2-2008 foram realizadas visitas às escolas para identificar carências, demandas e interesse por cursos de informática. Foi proposta a realização de um levantamento da infra-estrutura das escolas para o desenvolvimento dos cursos nas próprias escolas. Porém, as referências a investigação de demandas nos projetos analisados foram restritas e resumidas. Como foram ações do projeto, possivelmente a análise dos relatórios pode aclarar o processo de investigação das demandas desenvolvido. No entanto, os relatórios das ações não foram objeto desta pesquisa.

Os projetos P9-2010 e P13-2011 propuseram levantar demandas junto aos professores e estudantes. Já o P3-2010 objetivou construir uma rede de escolas na região para mapear suas identidades/diferenças, considerando as particularidades locais e a complexidade da dinâmica social. O P4-2010 focou na identificação de demandas vinculadas a inclusão digital, enquanto que o P12-2011 diagnosticou deficiências ligadas ao tratamento de esgotos domésticos, drenagem urbana e urbanização da área. As demandas estão limitadas a um conjunto específico de questões e não há detalhes da operacionalização da investigação das necessidades das comunidades e os encaminhamentos tomados em relação às demandas emergentes.

Estas possíveis “mentes cinzas e corações vermelhos” que sinalizam para a investigação de demandas e o tratamento dos problemas sociais na universidade representam o pequeno grupo que, consciente de suas limitações, trabalha em prol do “avermelhamento” de suas práticas.

Em termos de encaminhamentos recorro às contribuições de Roso, Dalmolin e Auler (2011b) que realizaram pesquisa em periódicos na tentativa de identificar

práticas educativas balizadas pelo referencial de Paulo Freire e/ou ligadas ao movimento Ciência-Tecnologia-Sociedade. Os resultados foram sintetizados em duas categorias: Análise de Impactos do Desenvolvimento de Ciência-Tecnologia (CT) e Reconfigurações Curriculares. Vinculado a essas categorias, sinaliza-se a construção de currículos estruturados a partir de temas significativos para os estudantes. A construção de currículos sensíveis aos problemas sociais é fundamental. Além disso, participar do desenvolvimento da CT, e principalmente da definição da agenda de pesquisa é primordial. Os autores identificaram duas tendências da análise de impactos do desenvolvimento da CT, que são: análise de impactos pré-produção de CT e análise de impactos pós-produção de CT. A figura abaixo ilustra aprofundamentos realizados por Dalmolin e Roso (2012), sobre a identificação de temas socialmente relevantes na Educação em Ciências.

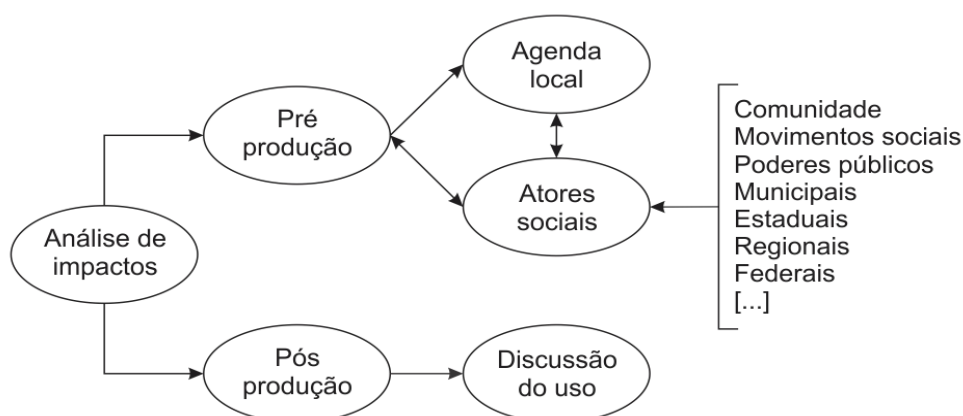


Figura 13 – Análise de Impactos no Desenvolvimento de CT. (DALMOLIN e ROSO, 2012, p. 8)

A análise de impactos pós-produção, segundo Dalmolin e Roso (2012, p. 8) “está apoiada na concepção de suposta neutralidade da CT e restringe a discussão ao seu bom ou mau uso. Não há horizontes, não há transformação social”, há unicamente um sentimento de conformismo para com a agenda de pesquisa e o desenvolvimento de CT que estão postos. Na análise de impactos pré-produção de CT os atores sociais participam da definição dos rumos do desenvolvimento da CT, de modo a sinalizar suas demandas. Esta proposta de pré-produção interage com os atores sociais de modo a lhes conferir a responsabilidade de participação crítica na

construção da agenda de pesquisa e, por conseguinte nos rumos do desenvolvimento de CT. Compartilho da posição dos autores, que defendem em termos de encaminhamentos curriculares a investigação temática de Freire (1987) como dinâmica para identificação de demandas sociais, de temas socialmente relevantes e do seu desenvolvimento em sala de aula. Deste modo, sinalizam para a construção de uma agenda de pesquisa, local, com qualidade eminentemente social.

A terceira sinalização presente no corpus da pesquisa, extensão e transformação social, discutiu encaminhamentos voltados ao compromisso institucional de promoção do desenvolvimento regional sustentável e a articulação com movimentos comunitários na construção de políticas públicas sociais. De modo, ainda, muito tímida esta sinalização representa a existência de “corações vermelhos”, que incomodados com a realidade social da região trabalham para que a mudança aconteça.

O projeto P18-2011 defendeu a formação de estudantes que possam atuar em prol do desenvolvimento de suas regiões, pois o pampa gaúcho sofre com a evasão jovens que saem da região para estudar e acabam não retornando por conta do enfrentamento de desafios profissionais em outros contextos. O P1-2008 entendeu a educação científica como instrumento de transformação das relações sociais e o P1-2011 citou a existência de relação entre o conhecimento científico e o desenvolvimento sustentável. No entanto não foi discutido que conhecimento é esse, quem o define e para quem ele é produzido.

Também foram discutidos nos projetos de extensão do campus Alegrete articulação com a sociedade para a construção de políticas públicas voltadas para a área social. O P16-2012 buscou estimular atores sociais para a formatação de políticas públicas de gestão energética, enquanto o P12-2011 intentou apresentar soluções técnicas a problemas sociais que a comunidade tenha identificado e na busca de soluções junto ao poder público. Já o P7-2010 ofereceu a jovens e adultos apenas a oportunidade de estudos em nível Fundamental.

É importante destacar a articulação proposta pelo projeto P4-2010 com os movimentos populares, de um bairro de Alegrete, com vistas a trabalhar com tecnologias de informação e comunicação por meio de metodologias participativas. Outra questão que tem potencial para ampliar a discussão é o trabalho cooperativo sinalizado pelos projetos P9-2011 e P14-2012. O primeiro toma como ponto de

partida a “busca de informação junto aos trabalhadores da cooperativa de catadores”, no entanto seus objetivos estão restritos à discussão de proteção ambiental. O segundo propõe no contexto do uso racional de água e energia, “contribuir para a inclusão social através da geração de renda junto a comunidades urbanas e rurais carentes, incentivando o cooperativismo e o associativismo comunitário (P14-2012A).”

Na UNIPAMPA Campus Alegrete existem projetos promissores que podem operar mudanças e “avermelhar” práticas. Nesse momento histórico é possível inferir que os extensionistas da UNIPAMPA Campus Alegrete possuem o coração vermelho, pois a ausência de um programa estruturado para avaliação de progressão funcional, não cria obstáculos àqueles que não querem fazer extensão. No entanto, entendo que os projetos se fortalecerão na medida em que se unirem em prol de objetivos comuns, pois isoladamente os efeitos produzidos são limitados. Desse modo sintetizei a presente categoria através do esquema abaixo.

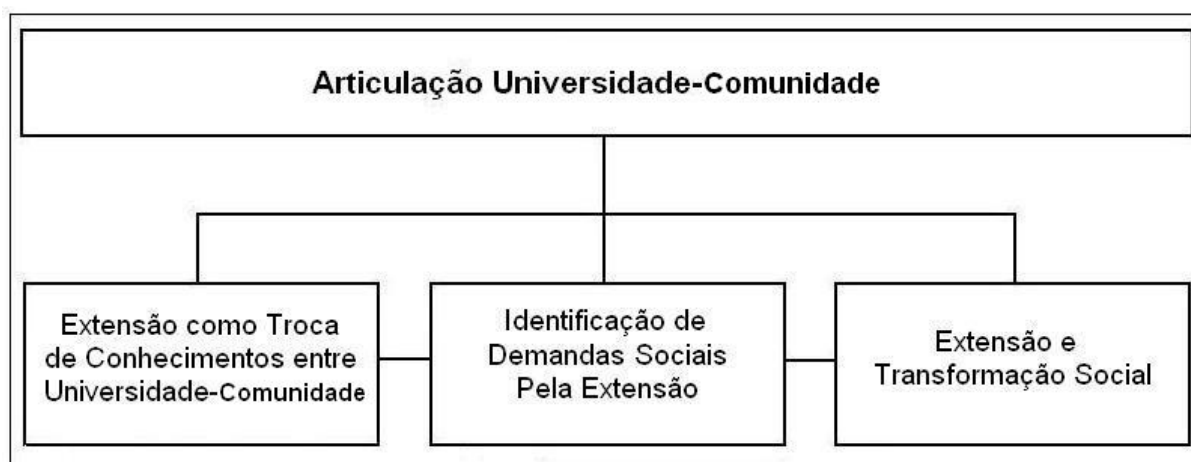


Figura 14 – Sinais de “Avermelhamento” na Articulação Universidade-Comunidade.

As sinalizações presentes, mesmo que timidamente, no corpus com relação a extensão como troca de conhecimentos entre universidade-comunidade, a identificação de demandas sociais pela extensão e a extensão e transformação social, corroboram a premissa de que possivelmente existam na UNIPAMPA, em algum estágio, processos de “avermelhamento” de práticas em favor da mudança social.

5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

INDAGAÇÕES

*A resposta certa, não importa nada:
o essencial é que as perguntas estejam certas
(MARIO QUINTANA).*

As considerações deste trabalho não são finais pelo fato de que ele não se encerra com o término desta pesquisa. Novos problemas emergem, assim como a necessidade de aprofundar variáveis não contempladas neste estudo. Também não tive pretensão de discutir a verdade absoluta sobre a extensão, pois entendo que ela não exista, mas sim, propus sua problematização a partir da articulação Freire-PLACTS.

Nesses “últimos” momentos, busquei percorrer os objetivos da pesquisa (construídos a partir do projeto institucional da UNIPAMPA) e discutir/problematizar encaminhamentos relacionados à temática da extensão universitária na UNIPAMPA Campus Alegrete. O problema de investigação foi: Como os projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa, Campus Alegrete, contemplam as orientações do Projeto Institucional na relação universidade-comunidade em geral, cultura local e regional? A partir da análise das minutas dos projetos senti falta da verdadeira práxis. A extensão padece em meio à histórica separação entre teoria-prática. A política nacional de extensão trata a perspectiva ofertista como uma compreensão clara há muitos anos, mas na prática a questão figura distante da superação. A legislação aponta para a relação indissociável entre ensino-pesquisa-extensão, no entanto é um grande desafio que requer um contexto de mudanças na universidade e fora dela. Mas também existem movimentos, na UNIPAMPA, em favor da construção de uma articulação universidade-comunidade comprometida com o desenvolvimento regional.

A respeito do objetivo geral, a análise do corpus da pesquisa segundo os referenciais de Paulo Freire e do PLACTS foi uma escolha minha em função de minhas vivências pessoais e profissionais. Não objetivei procurar experiências apoiadas nesses referenciais, tampouco alimentava expectativas de encontrá-los

nos projetos, voltados em sua maioria para as áreas das engenharias e das Ciências Exatas e da Terra. Os referenciais foram meu apoio para adentrar na temática da extensão.

Quanto aos objetivos específicos, a investigação sobre a construção de projetos de extensão cujos temas fossem oriundos de demandas regionais confirmou, na UNIPAMPA Campus Alegrete, a proximidade com a concepção hegemônica, ofertista, associada à extensão. Com relação ao caráter ofertista foram identificadas três tendências, inter-relacionadas, denominadas: oferta de conhecimentos com foco na divulgação/difusão da Ciência-Tecnologia, oferta de conhecimentos com foco em cursos e treinamentos e oferta ajustada por demandas sociais. O suporte para essas tendências são, principalmente, a neutralidade da CT, o determinismo tecnológico e a antialogicidade do educador bancário na universidade. A terceira tendência, oferta ajustada por demandas sociais, que apresentou frente à articulação Freire-PLACTS maior potencial de articulação com os problemas sociais, esteve presente em apenas 5 (cinco) projetos, no entanto a ausência de detalhes de como ocorreu a investigação das demandas trabalhadas nos projetos constituiu obstáculo para aprofundar a articulação universidade-comunidade em tais minutas.

Outra questão proposta nos objetivos foi a de investigar a articulação das ações previstas nos projetos de extensão da Universidade Federal do Pampa com os movimentos sociais. Contudo o único projeto que apresentou alguma articulação com tais movimentos, no caso com a União das Associações de Bairros de Alegrete, também não apresentou detalhes do processo de investigação das demandas.

A terceira categoria trata do “avermelhamento” de práticas na articulação universidade-comunidade. Nesse contexto identifiquei no corpus três sinalizações, mesmo que de modo tímido, denominadas de: extensão como troca de conhecimentos entre universidade-comunidade, a identificação de demandas sociais pela extensão e a extensão e transformação social. Estas corroboram a premissa de que possivelmente existam na instituição, em algum estágio, processos de “avermelhamento” de práticas em favor da mudança social.

Cabe destacar que anualmente ocorre no campus uma reunião (chamada de fórum universidade-sociedade) na qual são convidados os representantes das diversas entidades do município (associações, sindicatos, entidades, etc.) para

dentre eles escolherem um representante titular e um suplente para a representação da comunidade externa no conselho do campus. Embora exista espaço, há pouca participação dos movimentos sociais, talvez por falta de informação ou até mesmo por não possuírem apoio suficiente que possa lhes garantir maioria de votos na eleição. De qualquer maneira, este é um importante espaço de discussão com representantes da sociedade, que em minha opinião pode ser mais bem explorado no sentido de identificar as necessidades dos diferentes grupos sociais.

Um obstáculo à democracia na universidade é a composição de seus órgãos colegiados. Pela legislação³⁶ vigente 70% dos assentos são reservados aos servidores docentes e os 30% restantes são divididos entre servidores técnicos administrativos, discentes e membros da comunidade externa. A exceção é a comissão própria de avaliação que possui paridade entre os 4 segmentos por força da Lei nº 10.861 de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O outro objetivo consistiu em analisar o contributo dos objetivos e metas dos projetos de extensão com o horizonte do desenvolvimento regional sustentável. Apenas 4 projetos apresentaram alguma menção a referida proposta de desenvolvimento, sendo que um deles era referente a uma experiência do Projeto Rondon³⁷. Os demais defenderam a necessidade de formação de estudantes que possam atuar em prol do desenvolvimento de suas regiões e a existência de relação entre o conhecimento científico e o desenvolvimento sustentável. Contudo não foi discutida a origem e natureza desse conhecimento, tampouco quem participou de sua definição, produção e socialização.

A contribuição da extensão universitária para o desenvolvimento regional sustentável está vinculada à construção de uma relação indissociável entre ensino-pesquisa-extensão. Na análise dos projetos de extensão identifiquei três condicionantes inter-relacionados que dificultam a construção de uma relação mais orgânica, viva, no diálogo universidade-comunidade. O primeiro foi o caráter ofertista associado à extensão, apoiado na neutralidade da CT, no determinismo tecnológico

³⁶ Lei nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968, Lei nº 9.192, de 21 de Dezembro de 1995 e Decreto nº 1.916, de 23 de Maio de 1996.

³⁷ Projeto do Ministério da Defesa criado em 1967 que tem por objetivo principal a interação entre estudantes universitários e comunidades em condições de vulnerabilidade social. No entanto há críticas sobre o projeto, principalmente relacionado ao tempo da ação (em torno de 15 dias) e a definição dos locais por parte do próprio ministério.

e na antialogicidade. O segundo, a extensão no currículo, esbarrou em organizações curriculares tradicionais que secundarizam, em detrimento da pesquisa, o espaço da extensão na formação dos estudantes. Também constituem obstáculos a serem superados a ausência de participação social na construção do currículo e da agenda de pesquisa da instituição. Quanto à agenda, explicitamente não existe, já o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) da UNIPAMPA, na prática, tem sua construção hegemonicamente restrita aos servidores docentes. Os demais segmentos da comunidade universitária praticamente não participam e a comunidade externa tem sido alijada do processo. O terceiro condicionante, denominado de aspectos conceituais da extensão universitária, versa sobre a necessidade de superar a dicotomia existente entre teoria-prática e também problematiza a ausência de espaços de discussão/aprofundamento na temática da extensão.

Nesse sentido, não cabe culpabilizar os servidores (docentes e técnicos) da universidade, os estudantes, tampouco os oprimidos da sociedade. Os obstáculos existentes são construções históricas, interessadas, que precisam ser superadas por meio de participação social e de postura crítica na problematização dos problemas sociais e das possibilidades de enfrentamento pela universidade. A extensão universitária é fundamental na construção dessa outra articulação entre universidade-comunidade.

Considerarei um avanço a valorização da extensão proposta pelo planejamento estratégico da UNIPAMPA Campus Alegrete (2013-2016) que embora não detalhe a operacionalização das ações sinaliza para a qualificação das ações de extensão, com a formação de extensionistas, a promoção da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão por meio da ampliação da extensão nos currículos de graduação para 10% dos créditos obrigatórios em todos os cursos até 2015 e também com a realização de eventos na área.

Nesse contexto, a partir da presente pesquisa, sintetizei no esquema abaixo a Extensão na UNIPAMPA Campus Alegrete e as possibilidades de promover o desenvolvimento regional sustentável no processo de mudança social.

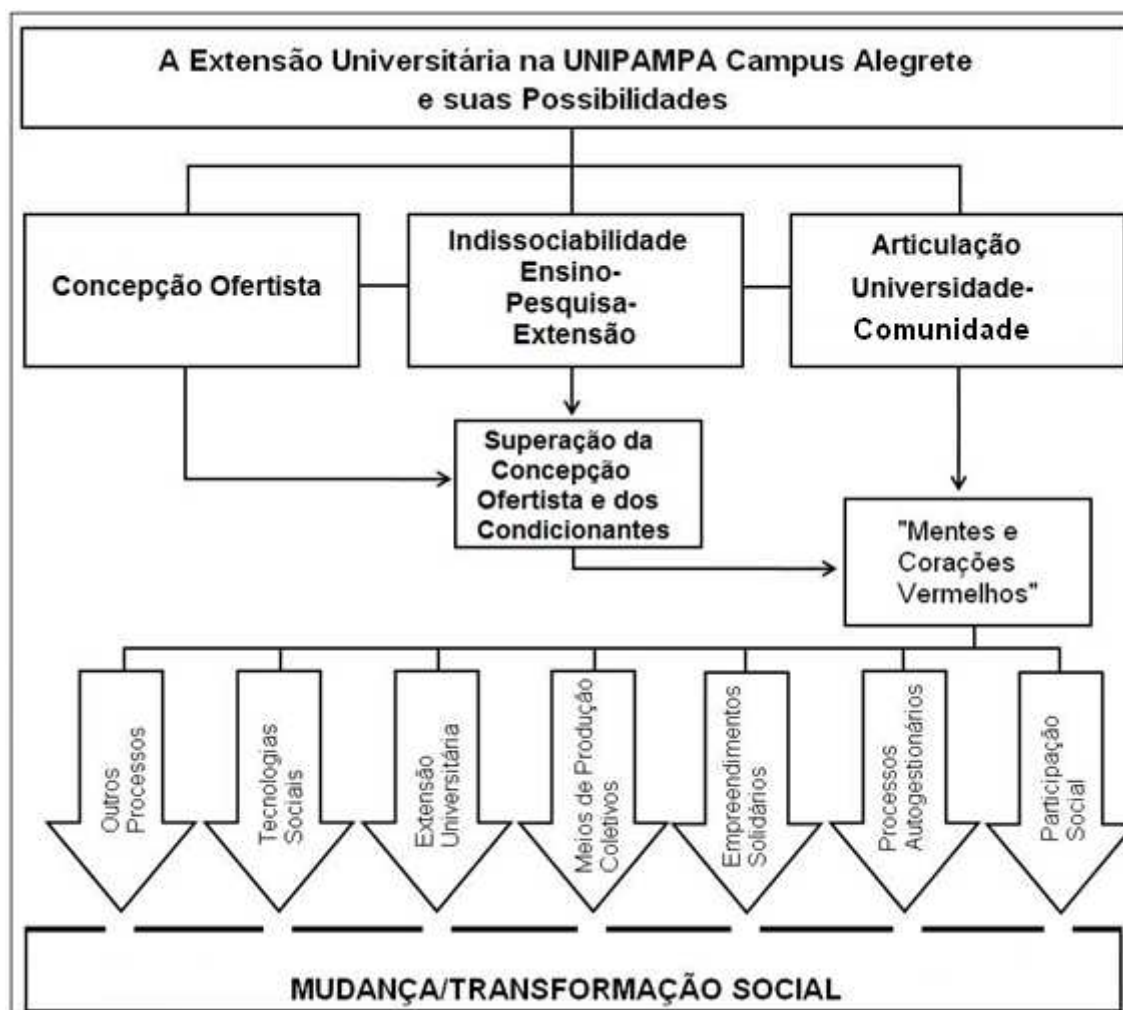


Figura 15 – Extensão Universitária na UNIPAMPA Campus Alegrete e suas Possibilidades.

As três categorias representam a síntese da pesquisa. As duas primeiras requerem a superação de suas limitações, a concepção ofertista associada à extensão e os condicionantes de uma indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão mais orgânica, de modo a contribuir para o “avermelhamento” de suas práticas.

A mudança social é resultado de processos multivariados, defendidos por pessoas com “mentes e corações vermelhos”, que almejam uma sociedade justa e igualitária e sua práxis vai ao encontro de tal objetivo. No entanto a passagem para a construção da mudança/transformação social é estreita e difícil. A barreira imposta pelo capitalismo global contém lacunas que permitem a passagem de processos autogestionários, empreendimentos solidários, processos que garantam a participação social, concepção de propriedade coletiva de meios de produção, tecnologias sociais efetivamente comprometidas com o desenvolvimento regional

sustentável, extensão universitária comprometida com a transformação social, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a dialogicidade, a interdisciplinaridade e a formação de estudantes críticos. Também contempla outros processos de mesma natureza e propósito.

Com relação ao último objetivo, sinalizar redimensionamentos à proposta de Extensão da Universidade Federal do Pampa, a partir dos referenciais de Paulo Freire e do PLACTS, busquei esboçar o que seria um projeto de extensão segundo Novaes (2012) e a articulação Freire-PLACTS.

O cerne de um projeto de extensão está nas comunidades, grupos e/ou movimentos sociais com os quais interage. A investigação das demandas do grupo social é fundamental para a internalização dos problemas da sociedade na agenda de pesquisa universitária. A relação construída entre universidade-comunidade tem que ser dialógica, de respeito aos saberes populares. O projeto de extensão pode ter dois movimentos principais que são processos de identificação de demandas e socialização de compreensões trabalhadas na universidade em favor do desenvolvimento social. Também é importante expressar clareza e coerência nos encaminhamentos teórico-metodológicos, pois não espero de um coração e mente vermelha nada menos que a verdadeira práxis, já de um coração vermelho com mente cinzenta, as contradições.

Figura como importante considerar, desde a construção até a avaliação das ações, as cinco diretrizes apontadas na Política Nacional de Extensão, que são: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social.

Mas para que ocorra mudança social a universidade precisa fazer sua parte. Compartilho com Henrique Novaes o entendimento da necessidade de inclusão de problemas dos movimentos sociais na agenda de discussão universitária, com vistas a contribuir para a superação de paradigmas de ensino-aprendizagem espartejadores da realidade. E também a necessidade de que ambos, universidade e comunidade mudem, pois não há espaço, em uma universidade “para além do capital”, às práticas capitalistas como o consumismo exacerbado, a obsolescência planejada, a manipulação, a mercantilização da educação, etc.

Portanto, um projeto de extensão requer interação com grupos sociais, não hegemônicos, capazes de articular ações em prol do desenvolvimento local e da participação na construção de agendas de discussão social. A figura abaixo representa a síntese da articulação Universidade-comunidade construída nesta pesquisa.

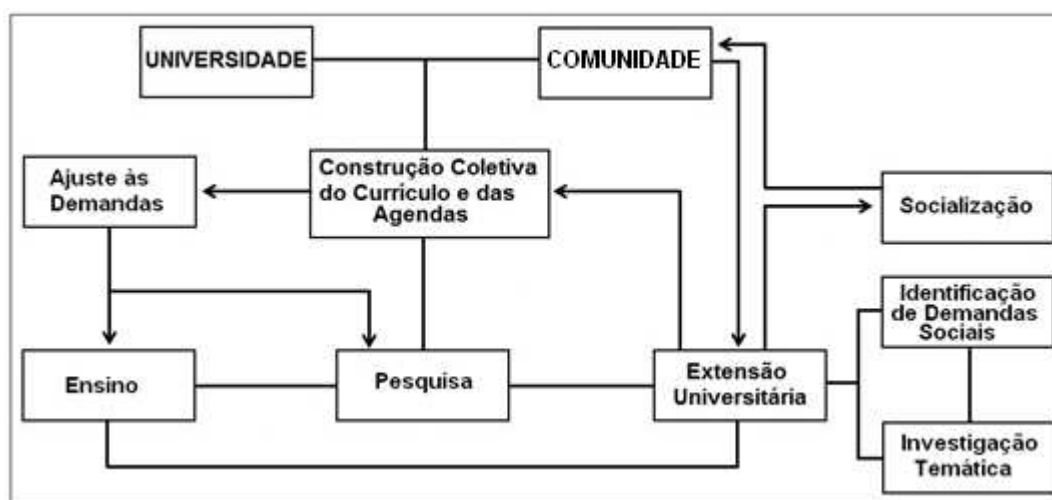


Figura 16 – Esboço da Articulação Universidade-Comunidade.

Neste esboço, universidade e comunidade travam diálogos horizontais uma com a outra. A comunidade foi compreendida pelo conjunto dos diferentes atores sociais: gestores públicos, movimentos sociais e populares, comunidades, etc. A contribuição da sociedade para os currículos e as agendas de ensino, pesquisa e extensão pode assumir dois caminhos, o primeiro por representação direta em órgãos colegiados da instituição ou através da extensão em sua função de identificar demandas sociais. A dinâmica escolhida para os processos de identificação foi a investigação temática de Paulo Freire.

Após definidas as demandas, elas são internalizadas pela universidade em suas agendas e ajustadas de acordo com as condições humanas e físicas da instituição para seu desenvolvimento. Os problemas se movimentam entre ensino e pesquisa de modo a viabilizar seu desenvolvimento. Concluída a pesquisa, esta volta para a extensão na etapa de socialização dos resultados com os grupos

sociais interessados. As possibilidades de organização da extensão de modo indissociável com ensino e pesquisa são muitas, mas destaco:

- A extensão como parte de um projeto de pesquisa;
- A pesquisa como elemento de um projeto de extensão;
- A identificação de problemas através da extensão e o desenvolvimento da pesquisa articulado a trabalhos de conclusão de cursos e projetos articulados a outros componentes curriculares;

Por fim, como destaquei as considerações como (não) finais, significa que existem desafios no horizonte da extensão universitária na UNIPAMPA que precisam ser superados. Para enfrentá-los recorro a aportes teóricos de alguns encaminhamentos, que possam contribuir para a problematização destes desafios. São eles:

- Aprofundar os estudos sobre as “Epistemologias do Sul”, do sociólogo português Boaventura de Souza Santos;
- Aprofundar os estudos sobre a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) por Boaventura de Souza Santos e do Projeto Universidade Popular (PUP) de Paulo Alves de Lima Filho;
- Aprofundar discussões sobre o PLACTS;
- Aprofundar discussões sobre o referencial freireano;

Não tenho conhecimento teórico e empírico para afirmar que todos esses referenciais podem ser implementados na UNIPAMPA, mas sinalizo possibilidades de investigações futuras, no caminho para construção de uma articulação mais efetiva entre a UNIPAMPA e seus contextos sociais.

De modo a ampliar o mapeamento da extensão universitária na UNIPAMPA Campus Alegrete, figura como importante:

- Investigar os relatórios dos projetos de extensão;
- Investigar os trabalhos de conclusão de cursos com objetivo de identificar a articulação com os problemas sociais e a relevância social das pesquisas desenvolvidas;
- Viabilizar atividades formativas a estudantes, servidores e comunidade, sobre a extensão universitária. Como desdobramento desta pesquisa será realizado o Seminário sobre extensão universitária “Diálogos com Alegrete”, a ser realizado em junho de 2014, em Alegrete.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e Abusos do Estudo de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, set.-dez. p. 637-651, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 3ª Ed. Brasília: Liber Livro, 2008. (Série Pesquisa, 13).

AULER, Décio. **Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade no Contexto da Formação de Professores de Ciências**. 2002. 258f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

_____. Enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. **Ciência & Ensino**. Campinas, v. 1, n. especial, p. 1-19, 2007.

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Educação CTS: Articulação entre Pressupostos do Educador Paulo Freire e Referenciais Ligados ao Movimento CTS. In: SEMINÁRIO IBÉRICO CTS EN LA ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS – Las Relaciones CTS en la Educación Científica, 4, 2006, Málaga. **Anais...** Málaga: Universidad de Málaga, 2006. p. 1-7.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. Brasília.1931.

_____. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1961.

_____. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília. 1968.

_____. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Decreto nº 1.916, de 23 de Maio de 1996. Regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior, nos termos da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Brasília, 1996.

_____. Resolução CNE/CES nº 11, de 11 de março de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília, 2002.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Notícias**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3682&catid=212>. Acesso em: 01 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Notícias**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5700&catid=212>. Acesso em: 01 ago. 2013.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

_____. Lei Nº 11.640, de 11 de Janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 04 ago. 2012.

_____. Sinopse das ações do Ministério da Educação. In: PORTAL do Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/download/sinopse_acoes_mec.pdf8>. Acesso em: 8 mai. 2012.

DAGNINO, Renato Peixoto. Os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e a abordagem da análise de política: teoria e prática. **Ciência & Ensino**, v. 1, n. Especial, nov. 2007a.

_____. A Universidade nova e o modelo da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. In: *Jornal da Ciência*, abr, Vol. 3235, p. 1-1, Rio de Janeiro, 2007b. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=45850>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

_____. Uma estória sobre Ciência e Tecnologia, ou Começando pela extensão universitária... In: DAGNINO, Renato. (Org.). **Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia**: abordagens alternativas para uma nova América Latina. Campina Grande: EDUEPB, 2010, p. 293-324.

DAGNINO, Renato Peixoto; NOVAES, Henrique Tahan. A Adequação Sócio-Técnica na agenda do Complexo de C & T e dos empreendimentos autogestionários. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: OEI, 2005. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/52212510.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

DAGNINO, Renato Peixoto; BRANDÃO, Flávio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social**: Ferramenta para construir outra sociedade. 2ª ed. Campinas: Komedi, 2010.

DALMOLIN, Antonio Marcos Teixeira; ROSO, Caetano Castro; SANTOS, Rosemar Ayres dos; HUNSCHKE, Sandra.; AULER, Décio. Paulo Freire já era??? In FÓRUM DE ESTUDOS: LEITURAS DE PAULO FREIRE, 11., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Faced/UFRGS, 2009, p. 1-8.

DALMOLIN, Antonio Marcos Teixeira; ROSO, Caetano Castro. Investigação Temática: análise de impactos pré-produção de CT como encaminhamento para a Educação em Ciências. In: Seminário Internacional de Educação em Ciências, 2., 2012, Rio Grande. **Anais...** Rio Grande: NUEPEC/FURG, 2012.

DIAS, Rafael de Brito. Um tributo ao pensamento Latino-Americano em Ciência, tecnologia e Sociedade (PLACTS). **Revista Espaço Acadêmico**, n 90, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/090/90dias.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

DIAS, Rafael de Brito; DAGNINO, Renato Peixoto. A Política Científica e Tecnológica Brasileira: Três Enfoques Teóricos, Três Projetos Políticos. **Revista de Economia** (Curitiba), v. 33, n. 2, 2007. p. 91-113. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/6511/6836> > Acesso em: 10 set. 2012.

ESCOLA PLURAL – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. II Congresso Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino/Escola Plural. Secretaria Municipal de Educação, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rosisca Darcy de Oliveira (Trad.). 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O cotidiano do professor**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FONSECA, Juarez: **Ora Bolas - O Humor de Mario Quintana**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

FORPROEX. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília. 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Extensão universitária e a flexibilização curricular. Brasília. 2006. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2012.

_____. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus. 2012. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2012.

GARCÍA, Marta. Isabel. González; CERESO, José Antonio López; LÓPEZ, José Luiz Luján. **Ciência, tecnologia y sociedad**. Uma introducción al estudio social de la ciência y la tecnologia. Madrid: Tecnos, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG/RS). **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=295>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

HERRERA, Amílcar Oscar. Autodeterminação e Tecnologia, p. 29-33, 1982. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Amilcar Herrera: um intelectual latino-americano**. Campinas – SP: UNICAMP, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. 262 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**. v. 9, n. 3, p. 191-211, 2003.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2ª Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. 224 p.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

NOVAES, Henrique Tahan. **Reatando um fio interrompido**: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 336 p.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Servidores Lotados na Universidade Federal do Pampa**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/servidores/OrgaoLotacao-ListaServidores.asp?CodOS=15000&DescOS=MINISTERIO%20DA%20EDUCACA>>

O&CodOrg=26266&DescOrg=FUNDACAO%20UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DO%20PAMPA>. Acesso em: 8 dez. 2012.

RISTOFF, Dilvo Ivo. **Universidade em Foco**: Reflexões sobre a educação Superior. Florianópolis: Insular, 1999. 239 p.

ROSO, Caetano Castro; DALMOLIN, Antonio Marcos Teixeira; AULER, Décio. Extensão Ofertista ou Diálogo com a Comunidade: o que tem pautado a extensão universitária? In: Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, 11., 2011, Santa Fé. **Anais...** Santa Fé: UNL, 2011a.

ROSO, Caetano Castro; DALMOLIN, Antonio Marcos Teixeira; AULER, Décio. Práticas Educativas Balizadas por Freire e CTS. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 8., 2011, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ABRAPEC, 2011b.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. 116 p.

SILVA, Rogério Bezerra da; DAGNINO, Renato Peixoto. Tecnologia social: aquela voltada para a inclusão. **ComCiência**. LabJor/UNICAMP. Set. 2011.

SOARES, Maria Susana Arrosa et al. A Educação Superior no Brasil. In: IESALC/UNESCO. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

STAKE, Robert. **Investigación com estudio de casos**. Madrid: Ediciones Morata, 1998.

TORRES, Juliana Rezende; GEHLEN, Simoni Tormöhlen; MUENCHEN, Cristiane; GONÇALVES, Fábio Peres; LINDEMANN, Renata Hernandez; GONÇALVES, Fernando José Fernandes. Resignificação curricular: contribuições da Investigação Temática e da Análise Textual Discursiva. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 01-13, 2008.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Institucional**. Bagé, 2009. 57 p. Disponível em:

<http://www.unipampa.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011.** Bagé, 2011. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2012/03/Relat%C3%B3rio-de-gest%C3%A3o-de-2011_UNIPAMPA_vers%C3%A3o-1.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Normas para as Atividades de Extensão - Resolução nº 47 de 30 de agosto de 2012.** Alegrete, 2012a. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-47_2012-Normas-de-Extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2012.

UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Pós-Graduação em Números.** Alegrete, 2012b. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/prpg/cursos/>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

APÊNDICE

Apêndice A – Unidades de Análise

UNIDADES DE ANÁLISE

1. P1-2008A

Desenvolver atividades educacionais visando a desmistificação da ciência, expor suas potencialidades como instrumento de transformação das relações sociais, promovendo a difusão do conhecimento científico à comunidade, popularizando a compreensão dos fenômenos naturais e contribuindo com a educação científica de crianças e jovens.

2. P1-2008B

Divulgar e difundir o conhecimento científico e tecnológico de forma acessível através da produção de materiais, sistemas e experimentos interativos, de modo a possibilitar um acesso fácil e rápido, assim como uma interação criativa e intensa pelos visitantes em todas as áreas de atuação do Clube de Astronomia.

3. P1-2008C

Proporcionar a integração da Universidade Federal do Pampa junto à comunidade através de ações conjuntas, permitindo a troca de conhecimentos.

4. P1-2008D

(...) é obrigação da Universidade criar novos caminhos e novas ações que potencializem e desencadeiem o avanço tecnológico e cultural da região e do país. Um destas ações é a difusão da ciência e da tecnologia junto às comunidades carentes de modo a fomentar o interesse e, assim, a participação efetiva dos jovens nas atividades universitárias, principalmente na área da tecnologia.

5. P2-2008A

Realizar levantamentos de dados sobre o estado das escolas públicas de Alegrete com relação à tecnologia, mais especificamente computadores;

6. P2-2008B

Propor cursos de informática de acordo com o cenário e as demandas das escolas;

7. P2-2008C

Elaborar e ministrar os cursos de informática que forem julgados como os mais convenientes para alunos e professores das escolas;

8. P2-2008D

Existem escolas que possuem laboratórios de informática, porém, os mesmos estão desativados por falta de pessoas qualificadas para manter e fazer bom uso dos recursos disponíveis. De outro lado, há escolas que sequer possuem um laboratório de informática.

9. P2-2008E

Levar a escolas públicas o conhecimento de informática através de palestras, cursos e minicursos, utilizando os próprios laboratórios das escolas ou trazendo alunos e funcionários para dentro do CTA.

10. P2-2008F

Esta etapa consiste em realizar visitas as escolas procurando identificar carências, demandas e interesse delas por cursos de informática. Uma segunda parte do levantamento de dados consiste em verificar as disponibilidades de laboratórios de informática e cronogramas para a agenda de cursos a serem ministrados.

11. P3-2008A

Público alvo: Estudantes, Profissionais de engenharia, arquitetura, construção civil, projetistas de móveis e outros que tenham necessidade de trabalhar com projetos em computador.

Número estimado de pessoas atingidas: 20 participantes – 15 reservas de vagas para alunos e 5 reservas para público externo.

12. P4-2008A

Público alvo: profissionais que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade. Docentes e discentes de engenharia elétrica e áreas afins.

Número estimado de pessoas atingidas: 35 (15 servidores públicos / 20 profissionais – discentes)

13. P4-2008B

Treinamento visando à qualificação profissional. Capacitar na implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade, com na base na Norma Regulamentadora N° 10.

14. P4-2008C

Avaliação (descrição sucinta de critérios e indicadores): será realizada uma avaliação escrita individual sem consulta, no término do curso. O aluno que obtiver nota maior ou igual a 7,0 e no mínimo 75% de frequência estará aprovado.

15. P1-2009A

- Proporcionar o contato dos alunos de graduação e da comunidade de engenheiros locais com as pesquisas desenvolvidas pelos docentes da UNIPAMPA.
- Proporcionar o contato dos alunos de graduação e da comunidade de engenheiros civis locais com novas tecnologias, técnicas e materiais inovadores, aplicados no âmbito da engenharia civil.
- Construir a imagem de uma universidade que busca interação com a comunidade onde atua.

16. P1-2009B

O projeto se justifica pelo compromisso da nossa instituição em contribuir efetivamente no processo de formação dos graduandos, futuros engenheiros civis, e na divulgação de pesquisas e avanços tecnológicos à comunidade local.

17. P2-2009A

Oferecer aos operários das áreas de construção civil e de eletricidade revisão e atualização de noções teóricas e normas vigentes dos serviços que realizam, criando uma oportunidade de se sobressaírem no mercado de trabalho e desenvolver as suas atividades com mais entusiasmo e perfeição.

18. P2-2009B

Outro objetivo dos cursos é permitir que os estudantes da graduação de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Ciências da Computação, com a função de instrutores, tenham a possibilidade de construir a sua experiência acadêmica através do intercâmbio entre os conhecimentos adquiridos na universidade e os adquiridos pela relação de aproximação com a prática profissional desses trabalhadores.

19. P2-2009C

A Extensão Universitária é um dos mecanismos de inserção dos resultados obtidos pela educação superior na sociedade. No caso das universidades públicas, a responsabilidade de que essa função seja desempenhada adequadamente é ainda maior, pois nesse caso, os resultados são esperados como retorno de um investimento feito pela sociedade, concorrendo até mesmo, com outros investimentos em serviços fundamentais como saúde, infra-estrutura e outros.

20. P3-2009A

Desenvolver projetos na área de engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica e ciência da computação, tendo como clientes preferencialmente entidades sem fins lucrativos, de modo a oportunizar aos alunos o contato direto com as práticas profissionais da área.

21. P3-2009B

A crescente demanda dos municípios por projetos buscando atender editais do governo federal exige que as prefeituras estejam aptas a apresentar projetos capazes de receber estas verbas. Com o intuito de auxiliar o município de Alegrete, a Unipampa através do Campus Tecnológico propõe a criação do Escritório Modelo onde alunos do campus desenvolverão projetos de cunho social sob a orientação de professores e com supervisão da prefeitura e de entidades de classe locais.

22. P4-2009A

O projeto Gurizada.net tem como objetivo geral promover o uso significativo de tecnologias de informação e comunicação (TICs) por adolescentes, alunos da rede pública municipal, como mecanismo para inclusão digital.

23. P5-2009A

Ofertar aos estudantes uma formação universitária complementar as atividades específicas ministradas pelos cursos.

24. P5-2009B

A principal justificativa para a realização deste projeto é ressaltar para a comunidade acadêmica a importância de se conhecer a história, as tradições e os aspectos culturais do local onde se vive, e com isso estabelecer um sentimento de respeito e preservação do patrimônio cultural do município.

25. P6-2009A

O MPU – Mostra de Profissões na UNIPAMPA visa oferecer a estudantes do ensino médio e interessados em um curso de graduação a oportunidade de conhecer a UNIPAMPA, bem como ter acesso a informações mais detalhadas sobre os cursos oferecidos pelo campus de Alegrete.

26. P6-2009B

Consiste em palestras, experimentos em laboratório, apresentação de simulações e protótipos, distribuição de folders sobre os cursos, esclarecimento de dúvidas, entre outros.

27. P7-2009A

O Treinamento para a OBI tem como objetivo geral motivar os alunos de ensino médio a gostar da área tecnológica e das ciências exatas, através de atividades desafiadoras relacionadas a programação.

28. P1-2010A

Tem-se como objetivo geral engajar estudantes de graduação na divulgação de conhecimentos construídos no espaço universitário.

29. P1-2010B

Promover contexto rico e desafiador para troca de conhecimentos entre os estudantes matriculados na disciplina Interação Humano-Computador; divulgar a área Interação Humano-Computador aproximar Universidade e Sociedade.

30. P2-2010A

Oferecer treinamento gratuito para professores da área de Matemática de escolas públicas e privadas sobre conteúdos de Matemática do Ensino Médio.

31. P2-2010B

A idéia principal do programa é oferecer treinamento gratuito para professores de Matemática do Ensino Médio de diversos estados do país, nas instituições parceiras através de teleconferência.

32. P2-2010C

Propiciar a discussão e resolução de problemas em grupos de estudos, enfatizando a cooperação e o estudo de forma conjunta.

33. P3-2010A

Construir uma rede de escolas na região, que busque mapear suas identidades/diferenças, considerando aspectos particulares e coletivos, para que seus atores possam perceber a escola como organização autônoma situada em um contexto social complexo.

34. P3-2010B

Aproximar Universidade e escola, proporcionando a acadêmicos espaços para atuação junto a comunidade

35. P3-2010C

Pretende-se estreitar os laços entre as escolas da rede pública de Ensino Médio e a UNIPAMPA, não só as identificando com a unidade instalada nos municípios de origem, como também estabelecendo relações com outros espaços da Universidade.

36. P4-2010A

Proporcionar à população da Vila Piola, Alegrete/RS, o acesso às facilidades da tecnologia da informação e da comunicação, como condição de cidadania, por meio de processos metodológicos participativos, organizados pela academia, pela sociedade civil e por movimentos sociais de base comunitária, priorizando a parcela da comunidade excluída do contato com a tecnologia digital.

37. P4-2010B

Levantar demandas da comunidade, especialmente no que diz respeito à inclusão digital.

38. P4-2010C

Oferecer cursos, mediante demanda, que promovam a autonomia na utilização de tecnologias da informação e da comunicação aos moradores da Vila Piola.

39. P4-2010D

A Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - apresenta-se como parceira para indicar metodologia a ser desenvolvida, promovendo a coleta inicial de dados, acompanhando a implantação de cursos e oficinas para a comunidade e, posteriormente, fazendo a análise e avaliação da proposta, com o intuito de, mediante adequação, reproduzi-la em outros espaços do Município que apresentarem interesse em ações de inclusão digital e social.

40. P5-2010A

Oportunizar a troca de saberes entre os discentes de graduação em Engenharia Civil da Unipampa e alunos das escolas públicas de Alegrete.

41. P5-2010B

Associar atividade de monitoria às ações de extensão universitária, como por exemplo, a realização de cursos de curta duração em Desenho Técnico para alunos das escolas públicas de Alegrete, implica na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, ou seja na formação técnica e cidadã dos discentes de graduação em Engenharia. A monitoria irá estimular a participação dos discentes no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica da Unipampa. Poderá favorecer o oferecimento de atividades de reforço escolar ao discente com a finalidade de superar problemas de repetência escolar, evasão e falta de motivação; bem como criar condições para a iniciação da prática da docência, por meio de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade. As ações de extensão propostas, associadas à tarefa de monitoria, fortalecerão a formação humanística do discente, a partir da troca de saberes dos discentes com outros setores da sociedade.

42. P7-2010A

Assegurar a jovens e adultos apenados, excluídos do sistema formal de educação, uma oportunidade educacional de Ensino Fundamental.

43. P7-2010B

A oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada em Construção Civil Integrado ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA foi elaborado com o propósito de formar profissionais que saibam trabalhar de modo correto e adequado na Construção Civil, por ser uma área que vem crescendo muito rapidamente no município de Alegrete e por ser a área apontada no estudo de demanda junto à clientela escolhida, esta formada preferencialmente de jovens e adultos apenados.

44. P8-2010A

Facilitar a integração social estudante-comunidade, contribuindo para a formação profissional e humanística do acadêmico e para o desenvolvimento sustentável do município de Parnamirim/PE.

45. P8-2010B

Participar do Projeto Rondon do Ministério da Defesa e outros parceiros, na operação "Rei do Baião", homenagem a Luiz Gonzaga, permitirá que acadêmicos e professores participantes possam conhecer

a realidade dos municípios do estado de Pernambuco e, trabalhar seus conhecimentos teórico-práticos junto às comunidades da mesorregião do sertão nordestino.

46. P9-2010A

Promover trocas de experiências; compreender como recursos da informática têm sido usados no ambiente escolar para apoio a atividades de ensino-aprendizagem; levantar demandas; fomentar a sistematização do uso de recursos de informática nas escolas públicas de forma autônoma.

47. P1-2011A

A habilidade de compreensão das ciências e dos fundamentos do método científico, a habilidade de aplicar de forma eficiente técnicas de observação, leitura, pesquisa e escrita científica e a atitude de assumir-se como um replicador destas técnicas na sua área de atuação.

48. P1-2011B

Discutir o papel dos professores no ensino de método científico no ensino fundamental e médio.

49. P1-2011C

Por meio de oficinas: Ensinar técnicas de leitura e escrita científica.

50. P1-2011D

Cabe lembrar que a Universidade Federal do Pampa foi criada para minimizar o processo de estagnação econômica da região e que a sua criação foi baseada na premissa de que a educação pode viabilizar o desenvolvimento. Assim, a promoção de conhecimento científico esta relacionada a construção de um desenvolvimento sustentável.

51. P2-2011A

Os alunos do curso de Engenharia Civil, começa pela aceitação de um tema curricular. O indivíduo pode ter a liberdade de escolha no vestibular; mas, após seu ingresso na universidade, essa liberdade torna-se bastante restrita. Nem o professor tem muita escolha, posto que ele é obrigado a seguir um currículo. O ensino, ao contrário, é limitado por um currículo, exige uma restrição. Já a proposição desta pesquisa como extensão, a universidade entra em contato com os problemas da comunidade, promove estudos em busca da solução destes problemas e propõe e/ou, até mesmo, participa da resolução dos problemas.

52. P3-2011A

Este é um projeto de extensão, com o objetivo de divulgar a ciência e tecnologia, sem fins de pesquisa. Entretanto, as atividades estão diretamente relacionadas ao ensino, pois proporcionam aos seus participantes a oportunidade de expandir seu conhecimento na área da astronomia.

53. P4-2011A

Resgatar e divulgar a história e a cultura Alegretense por meio de produção de material on-line (PortalWeb).

54. P4-2011B

O elo entre comunidade acadêmica e comunidade local no desenvolvimento colaborativo de um produto indica o caráter extensionista da proposta. No escopo de ensino, espera-se que os acadêmicos envolvidos possam relacionar a experiência com o arcabouço teórico-prático de disciplinas realizadas durante o curso de graduação. Quanto à pesquisa, espera-se que os estudantes envolvidos desenvolvam habilidades e competências necessárias ao que-fazer científico: autonomia, sistematização das atividades, publicação de resultados, entre outros.

55. P5-2011A

Criar grupos de trabalhos que acompanham, dialoguem e orientem as parcerias entre as redes estaduais, municipais e federais.

56. P5-2011B

Ofertar praticas na área da construção civil.

57. P6-2011A

O ensino atual da Física carece de uma maior vivência do método científico: a observação, a indução e a experimentação aplicada à realidade que cerca o ambiente do aluno. Esse distanciamento do ensino ao universo do aluno, muitas vezes o desestimula no processo de aprendizado acarretando em altos índices de reprovação e de evasão escolar.

58. P6-2011B

Introduzir, ilustrar e reforçar definições e conceitos físicos por meio do uso de atividades experimentais abrangendo os conteúdos abordados.

59. P7-2011A

A relação ensino, pesquisa e extensão, ficará evidenciada na participação de professores, técnicos especializados, assim como na utilização dos trabalhos produzidos e publicados pelos professores envolvidos na organização dos trabalhos. Outra forma de manifestar este enlace, é através da participação de alunos de graduação da instituição, na forma de estagiários, inserindo os mesmos na atividade de extensão e buscando estender a formação profissional para a prática agrícola.

60. P9-2011A

O presente trabalho apresenta uma forte ligação entre os campos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Na fase de inicial deverá ser realizado um levantamento de informações que subsidiará o trabalho posterior, o que compreende uma etapa de pesquisa para conhecer a realidade local do problema.

A fase de divulgação nas escolas tem inerentemente um viés de Ensino, uma vez que as informações concorrerão para que o público-alvo possa aprender mais sobre os problemas causados pela destinação inadequada de resíduos e propor as bases do consumo consciente e respeito aos recursos ambientais.

A Extensão fica compreendida em ambas as fases, uma vez que o projeto partirá da busca de informação junto aos trabalhadores da cooperativa de catadores, o que se entende como ponto de partida para valorização desses indivíduos pela sociedade, até as atividades de educação ambiental nas escolas, que poderá contribuir para a disseminação da importância do respeito ao meio ambiente.

61. P10-2011A

Treinamento dos alunos envolvidos no projeto na utilização do editor de textos látex.

62. P12-2011A

Atuar junto à comunidade do Bairro Capão do Angico, no intuito de diagnosticar qualitativa e quantitativamente as deficiências existentes ligadas ao tratamento de esgotos domésticos, drenagem urbana e urbanização da área ocupada pela mesma.

63. P12-2011B

Elaborar relatório da situação das moradias no tocante à deposição/recolhimento de lixo doméstico, número de moradias, densidade demográfica da região, tratamento de esgoto, fornecimento de água potável, energia elétrica, existência de pavimentação nas vias públicas, arborização, equipamentos urbanos entre outros aspectos.

64. P12-2011C

Apresentar soluções técnicas quando aplicável, subsidiando a comunidade no seu planejamento para pleitear soluções junto ao poder público ou, quando for o caso, de implantação de suas próprias soluções.

65. P12-2011D

Realização de encontros de conscientização com a coletividade da comunidade, no intuito de mobilizar a mesma na colaboração para o levantamento de dados, bem como na implementação das soluções propostas.

66. P12-2011E

A extensão e o ensino permeiam as ações deste projeto na aplicação direta de conhecimentos vistos em sala de aula, e transferência à comunidade dos frutos desta aplicação, o que deve se refletir diretamente na qualidade de vida dos componentes desta comunidade.

67. P13-2011A

O projeto Formação Continuada de Professores da Rede Pública Municipal foi estruturado a partir de demandas e interesses identificados junto a educadores da rede básica de ensino no município.

68. P16-2011A

As oficinas tem como objetivo oportunizar experiências de leitura com apresentação de autores, através de diferentes suportes; participação em leituras interativas; produção e socialização de histórias e exploração e apropriação do acervo das bibliotecas escolares.

69. P17-2011A

Capacitar os participantes dos cursos para que desenvolvam conhecimento relacionado à mecânica base, para que habilite ao trabalhar e possam vir a contribuir para o desenvolvimento da região.

70. P17-2011B

Os cursos têm como objetivo transferir através da extensão a experiência dos docentes e técnicos, ao mesmo tempo em que proporciona uma atividade de ensino aos alunos do curso de engenharia mecânica.

71. P18-2011A

Qualificar para realização de pesquisa e desenvolver a curiosidade científica.

72. P18-2011B

Favorecer o desenvolvimento regional como elemento transformador da realidade local, alicerçado na possibilidade de permanência de estudantes em seu local de origem.

73. P18-2011C

Motivar e orientar professores do ensino básico quanto às oportunidades de interação com a Universidade, sobre as possibilidades de cursos oferecidos e sobre oportunidades de cursos de pós-graduação.

Capacitar professores para o uso de tecnologias de informação e comunicação na educação.

Motivar e orientar alunos do ensino médio para as possibilidades de cursos oferecidos pela Universidade e suas formas de ingresso;

74. P18-2011D

A idéia básica é que as atividades cotidianas da Unipampa que envolvem ensino e pesquisa sejam extendidas à escolas do ensino fundamental.

75. P2-2012A

Capacitar e instruir catadores de rua do lixo urbano em recicladores dos resíduos sólidos urbanos.

76. P2-2012B

Aumentar o nível de conhecimento sobre a temática da reciclagem. Mostrar o impacto sócio econômico que envolve a reciclagem dos resíduos sólidos urbanos.

77. P5-2012A

O projeto prevê que o Diagnóstico Energético deverá ser executado pela UNIPAMPA, às suas expensas. Para tanto faz-se necessário contar com um aluno Extensionista para dar suporte na preparação do projeto, acompanhar a sua implantação e propiciar a difusão dos resultados. O projeto em si proporcionará aos integrantes oportunidade de demonstrar a importância do uso eficiente da energia elétrica no cotidiano de nossas vidas. Também abrirá espaços para buscar a inovação tecnológica como pesquisa e desenvolvimento de processos associados com o uso da energia, a compatibilidade da iluminação natural com a artificial.

Espera-se que a participação ativa de alunos de graduação como extensionistas resulte em no mínimo um Trabalho de Conclusão de Curso e publicações em congressos e seminários.

78. P6-2012A

O presente projeto tem por objetivo efetuar um levantamento do patrimônio histórico e cultural de Alegrete junto ao COMPAHCA (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural do Município), verificando os prédios tombados, em processo de tombamento e identificando prédios com potencial, gerando a partir de então, um SIG (Sistema de Informação Geográfica).

79. P6-2012B

A relação ensino, pesquisa e extensão, esta presente em todas as fases do projeto. Na etapa inicial, será efetuado uma pesquisa do Patrimônio Histórico e Cultural de Alegrete, a partir de registros existentes junto ao COMPAHCA (Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Alegrete). Numa etapa seguinte, proceder-se-á a identificação de prédios com potencial para tombamento, segundo diretrizes da Lei Municipal Nº 3736/2005, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural. Na etapa seguinte, proceder-se-á a estruturação do SIG, onde o aluno terá a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em disciplina como geoprocessamento, evidenciando a relação com o ensino. Na fase final do projeto, serão ministradas palestras em escolas municipais onde será apresentado o SIG do Patrimônio Histórico e Cultural de Alegrete, divulgando a história do município, além da preservação destes bens.

80. P7-2012A

O projeto em parceria da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a Prefeitura Municipal do Alegrete Descrever visa propor técnicas de aproveitamento dos materiais de jazidas para utilização em obras de pavimentação. Dessa maneira, objetiva-se envolver atividades de ensino, pesquisa e extensão. A atividade de ensino será contemplada com a participação ativa de professores e estudantes vinculados ao projeto, aplicando e complementando os ensinamentos abordados. Como atividade de extensão, destaca-se a parceria com a Prefeitura Municipal do Alegrete a qual propiciará a qualificação do seu corpo técnico com a realização de atividades conjuntas na solução dos problemas ligados ao projeto. A partir desse projeto, será oportunizada a realização de trabalhos de conclusão de curso, bem como a publicação de artigos em congressos nacionais e internacionais, como em revistas.

81. P8-2012A

Conscientizar e difundir junto aos polos educacionais rurais de ensino médio das potencialidades de exploração dos recursos energéticos renováveis existentes em suas comunidades e propriedades rurais.

82. P8-2012B

Criar uma rede social aberta que permita difundir o conhecimento e a prática gerada, viabilizando a sensibilização, a conscientização e a difusão da importância da preservação e do resgate ambiental através da correta utilização dos recursos energéticos naturais.

83. P8-2012C

Considerando a larga interdisciplinaridade que envolve a questão da exploração de recursos energéticos renováveis junto à sociedade faz-se necessário uma forte iteratividade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária na busca de difundir e popularizar o conhecimento. Considerando que o Programa apresenta diferentes enfoques regionais, propõe-se abordar de forma individual estas relações, porém na prática elas interagem fortemente e contribuem de forma coerente e integrada para o sucesso das ações. A iteração com os professores, pais e alunos dos polos rurais de ensino é primordial para a condução dos projetos. Ter o aceite e a participação do corpo docente e discente, dos gestores municipais e dos professores forma a base para o sucesso ao abordar a questão no uso da energia e da água no âmbito dos polos rurais de educação. Negociar com a prefeitura, com associações de pais e mestres e mesmo com representantes de assentamentos rurais e pequenas propriedades, assim como outros agentes ativos é condição fundamental na condução de ações públicas de educação na exploração integrada de recursos energéticos renováveis.

84. P9-2012A

Este é um projeto de extensão, com o objetivo de estimular a busca por novos conhecimentos e experiências sociais, sem fins de pesquisa. Entretanto, as atividades estão diretamente relacionadas ao ensino, pois proporcionam aos seus participantes a oportunidade de expandir seu conhecimento nas áreas da matemática, álgebra, pensamento lógico racional, língua inglesa, dentre outras.

85. P10-2012A

O projeto é espaço de formação para acadêmicos da UNIPAMPA, que têm a oportunidade de compartilhar conhecimentos que pertencem ao seu fazer cotidiano na Universidade. Neste ano, em particular, possui um trabalho de conclusão de curso associado ao seu desenvolvimento, que investiga a qualidade no uso de objetos de aprendizagem.

86. P11-2012A

Quanto à pesquisa, espera-se que este cenário favoreça a proposição de trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso que contribuam ao ambiente escolar/universitário, por exemplo, desenvolvimento de ferramentas para a produção de materiais educacionais digitais que considerem fatores de usabilidade e acessibilidade; desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva alinhados ao Desenho Universal; desenvolvimento de novas ferramentas para ambientes virtuais de aprendizagem.

87. P12-2012A

Obedecendo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão este projeto pretende integrar alunos e professores do ensino ao ambiente universitário; ambiente onde as três áreas atuam em conjunto.

88. P12-2012B

Estabelecer relação dos saberes e a construção do conhecimento entre a Universidade e a escola pública de ensino básico, visando a qualificação docente e discente no processo ensino-aprendizagem, possibilitando intervenções que garantam o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento de habilidades e competências exigidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que apontam a necessidade de formação do Professor e a preparação do aluno para ingressar no mundo do trabalho e na Universidade.

89. P12-2012C

Motivar e orientar professores do ensino básico quanto as oportunidades de interação com a Universidade, sobre as possibilidades de cursos oferecidos e sobre oportunidades de cursos de pós-graduação.

Capacitar professores para o uso de tecnologias de informação e comunicação na educação.

Motivar e orientar alunos do ensino médio para as possibilidades de cursos oferecidos pela Universidade e suas formas de ingresso

90. P13-2012A

Este curso de extensão, englobado num projeto nacional de formação continuada de professores, visa uma atualização de professores de matemática. Em consequência espera-se uma melhora no ensino e aprendizagem dos alunos e diminuição do fracasso escolar. A elaboração e oferta de cursos de atualização são norteadas por constantes pesquisas que levantam as necessidades dos docentes.

91. P14-2012A

Contribuir para a inclusão social através da geração de renda junto à comunidades urbanas e rurais carentes, incentivando o cooperativismo e o associativismo comunitário.

Contribuir para que o crescimento socio-econômico das populações carentes se façam dentro de premissas de uso racional e eficiente de energia, afastando-as da situações de ilegalidade no uso dos serviços de energia e de água.

92. P14-2012B

No contexto do projeto focando o poder público municipal e os serviços públicos fornecidos por estes agentes o uso adequado da energia oportuniza aos estudantes da UNIPAMPA campos de estágio e de Trabalhos de conclusão de Curso - TCC, focando ações de combate ao desperdício de energia e de promoção de seu uso eficiente. Este enfoque transcende também a área de engenharia, envolvendo outras áreas de formação como Administração, Serviço Social, Economia e as Ciências Exatas como um todo.

93. P15-2012A

Sensibilização, conscientização e capacitação dos docentes, discentes, gestores, técnico-administrativos e funcionários terceirizados na implantação de ações de planejamento, programação, execução, gestão e avaliação de ações que combatam o desperdício de energia e de água, promovendo os seus usos eficientes e racionais.

94. P16-2012A

Estimular a participação de setores organizados da sociedade e da administração pública, em todos os níveis, na formatação de políticas públicas de gestão energética

ANEXO

Anexo A – Carta de ciência da UNIPAMPA sobre a realização da pesquisa**CARTA DE CIÊNCIA SOBRE PROJETO DE PESQUISA E ACEITE QUANTO
A COLETA DE DADOS NA UNIVERSIDADE**

Na condição de Reitora da Universidade Federal do Pampa (CPF 485.111.020-00), conheço o trabalho de pesquisa "**Extensão Universitária na UNIPAMPA**", desenvolvido pelo Pesquisador Antonio Marcos Teixeira Dalmolin, para elaboração de sua dissertação de mestrado na Universidade Federal de Santa Maria.

O trabalho está de acordo com os preceitos éticos institucionais e sua proposta técnica, registrado junto a Pró-Reitoria de Pesquisa sob o número 01.025-11. Nesse sentido estamos de acordo com sua operacionalização e com a coleta de dados nesta Universidade. Autorizo o desenvolvimento da pesquisa, para fins de consolidação do trabalho proposto.

Bagé, 15 de fevereiro de 2013.

Ulrika Arns
Reitora